



Relatório Anual 2017

Modernizando o
Sistema Financeiro
Por Um
Futuro Melhor

01-Oct-09
01-Nov-09
01-Dec-09
01-Jan-10
01-Feb-10
01-Mar-10
01-Apr-10
01-Jun-10





Relatório Anual

2017

**Modernizando o
Sistema Financeiro
Por Um
Futuro Melhor**

índice

Capítulo 01

Capítulo 02

Capítulo 03

Capítulo 04

Apresentação	6	Evolução recente da economia nacional	32	Missão e mandato principal, Organização e governação, e actividade	74	Informações financeiras sobre o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2017	116
Evolução da economia internacional	10	2.1. Sector Real	34	3.1. Principais mandatos e funções	77	4.1. Declaração de Conformidade	119
1.1. Economia mundial e Asiática	12	2.1.1. Produção, despesa e actividade económica	34	3.2. Organização e governação do BCTL	78	4.2. Demonstração de Posição Financeira	120
1.1.1. O crescimento económico nas principais economias	12	2.1.2. Preços e Inflação	38	3.3. As actividades do BCTL em 2017	80	4.3. Demonstração de Rendimento Integral	121
1.1.2. A evolução da inflação nas principais economias	14	2.2. Finanças Públicas	40	3.3.1. Sistema Nacional de Pagamento	82	4.4. Demonstração de Alterações no Capital Próprio	122
1.1.3. Mercados de commodities	15	2.2.1. Programa Orçamental Para 2017	40	3.3.1.1. Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária	82	4.5. Demonstração de Fluxos de Caixa	123
1.1.4. Mercados financeiros de referência	16	2.2.2. Execução do Orçamento em 2017	42	3.3.1.2. O Sistema SWIFT e RTGS (R-Timor)	83	4.6. Notas às Demonstrações Financeiras	124
1.2. Quadro económico no espaço asiático	18	2.2.2.1. Receitas	42	3.3.1.3. Banca Electrónica	84	4.7. Relatório dos Auditores independentes	154
1.3. Canais de transmissão para Timor-Leste	23	2.2.2.2. Despesa	43	Caixa 1. Estratégia Nacional de Inclusão financeira	87		
1.3.1. Síntese	23	2.2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	45	3.3.1.4. Importação e exportação de moeda	88		
1.3.2. Inflação importada	24	2.3. Sector Monetário e Cambial	47	Caixa 2. O desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos	90		
1.3.3. Mercados energéticos e as receitas petrolíferas	26	2.3.1. Base Monetária (BM)	47	3.3.2. Sistema financeiro e serviços bancários	92		
1.3.4. Mercados financeiros e o fundo petrolífero	28	2.3.2. Taxa de Juro	48	3.3.2.1. Licenciamento e regulação do sistema financeiro	92		
		2.3.3. Taxa de Câmbio	49	Caixa 3. Implementação de Estratégias Nacionais do Programa da Educação Financeira	93		
		2.3.4. Massa Monetária	50	Caixa 4. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste	96		
		2.3.5. Crédito à Economia	52	Caixa 5. Assinatura de memorando de entendimento	100		
		2.3.6. Indicadores de Aprofundamento Financeiro	54	Caixa 6. Reuniões e Encontros	102		
		2.4. Sector Externo	55	3.3.2.2. Seguradoras	103		
		2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas (RIL)	55	3.3.3. Gestão do Fundo Petrolífero	104		
		2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	56	3.3.4. Reforço institucional	106		
		2.5. Balança de Pagamentos	58	3.3.5. Pessoal e programa de formação	106		
		2.5.1. Conta Corrente	59	3.3.6. Relações externas	109		
		2.5.1.1. Conta de Bens	60	Caixa 7. Plano de Acção do BCTL para 2018	110		
		2.5.1.2. Conta de Serviços	62	Organização interna do BCTL a 31 de Dez 2017	115		
		2.5.1.3. Conta de Rendimentos Primários	63				
		2.5.1.4. Conta de Rendimentos Secundários	64				
		2.5.2. Fluxos Finaceiros	64				
		2.6. Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste	65				
		2.6.1. Estrutura Patrimonial	65				
		2.6.1.1. Evolução e Estrutura do Activo	65				
		2.6.1.2. Passivo	68				
		2.6.1.3. Rentabilidade	71				
		2.6.2. Serviços de Transferência	72				
		2.6.2.1. Serviços de Transferência de Dinheiro (MTS)	72				
		2.6.2.2. Operadores de Transferência de Dinheiro (MTO)	72				

Gráficos & Quadros

Gráficos

1.1.	Crescimento do PIB real – nos 3 blocos	13	2.1.	Crescimento anual do PIB real e as suas composições; optica da despesa e da produção	35
1.2.	Crescimento do PIB real – regiões selecionadas	13	2.2.	Estrutura do PIB por sectores (%)	35
1.3.	Crescimento do PIB – 4 maiores economias	13	2.3.	Crescimento do PIB real e indicador económico	36
1.4.	Taxas de inflação – 5 economias selecionadas	14	2.4.	Indicador de actividade económico	37
1.5.	Preços das principais commodities - % variação anual	15	2.5.	Inflação (Dili): taxa de variação	38
1.6.	Taxas de juro das obrigações a 2 anos	16	2.6.	Inflação (Dili): taxa variação anual; contributos em pontos	38
1.7.	Taxas de juro das obrigações a 10 anos	16	2.7.	Evolução das Receitas Fiscais	42
1.8.	Principais moedas face ao dólar EUA	17	2.8.	Evolução das Despesas Corrente	43
1.9.	Principais índices accionistas mundiais	17	2.9.	Fontes de Financiamento do Défice	46
1.10.	PIB – taxas de crescimento	19	2.10.	Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos	48
1.11.	Taxas de inflação - médias anuais em %	19	2.11.	Taxas de Câmbio Nominais	49
1.12.	Taxa de câmbio – variação % face ao USD	20	2.12.	O crescimento do agregado monetário	50
1.13.	Taxas obrigações do tesouro a 2 anos	20	2.13.	M2 e os seus componentes	50
1.14.	Contas corrente em % do PIB	21	2.14.	Peso dos Depósitos por Titularidade	51
1.15.	Saldos orçamentais em % do PIB	21	2.15.	Crédito por Sector de Actividade - Dez 2017	53
1.16.	Inflação doméstica e externa - % ano	25	2.16.	O crescimento do agregado monetário: em % do PIB	54
1.17.	Taxas de inflação regional - % ano em USD	25	2.17.	Reservas Internacionais Líquidas	56
1.18.	Moedas asiáticas face ao dólar - % ano	25	2.18.	Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real	56
1.19.	Taxas de inflação esternas - % moeda local	25	2.19.	Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real; bilateral	56
1.20.	Preços de energia spot – 2011 Dez = 100	26	2.20.	Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real	57
1.21.	Preços da energia spot – variação % ano	26	2.21.	Conta Corrente da Balança de pagamentos	59
1.22.	Taxas de juro 2 anos - % ano	29	2.22.	Conta de Bens	60
1.23.	Taxas de juro 10 anos - % ano	29	2.23.	Conta de Serviços	63
1.24.	Mercados accionistas – 2012 Dez = 100	30	2.24.	Conta de Rendimentos Primários	63
1.25.	Moedas face ao USD – 2012 Dez = 100	30	2.25.	Evolução do Activo de Sistema Bancário	66
			2.26.	Estrutura do Activo	67
			2.27.	Estrutura do Passivo Elegível	68
			2.28.	Evolução dos depósitos	69
			2.29.	Estrutura dos Depósitos	69
			2.30.	Estrutura dos Depósitos de residentes	70
			2.31.	Transfeência para o/ e proveniente do Exterior	72

Quadros

3.1.	Caixas de Pagamento Automático	86	2.1.	Inflação: Produtos com maior variação anual (%) – Dili	39
3.2.	Terminais de Pagamento Automático	86	2.2.	Orçamento do Estado e Execução	41
3.3.	Contas Bancárias	86	2.3.	Detalhes de orçamento de infraestrutura (milhões de USD)	45
3.4.	Transacções de Moeda	88	2.4.	Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais (%)	49
3.5.	Desempenho do negócio de Seguro	103	2.5.	Principais factores de variação da Massa Monetária (M2)	52
3.6.	Evolução dos Ativos do Fundo Petrolífero	104	2.6.	Evolução do Crédito à Economia	52
3.7.	Carreiras Profissionais	107	2.7.	Balança de Pagamentos	59
3.8.	Número dos Dias de Treinamento e Workshops	108	2.8.	Exportações por países	60
3.9.	Número de funcionários que participaram em formações	109	2.9.	Importações por países	61
			2.10.	Importações por tipo de produtos	62
			2.11.	Remessas de trabalhadores	64
			2.12.	Fontes de financiamento	64
			2.13.	Estrutura do Activo da Banca Comercial	67
			2.14.	Resultados das actividades Bancárias	21
			3.1.	Transacções na CEL de Dili	82
			3.2.	Pagamentos Nacionais e Internacionais	83
			3.3.	Entradas e Saídas de Transferências (SWIFT)	84
			3.4.	Transacções em Moeda e não em Moeda	85
			3.5.	Movimento da Moeda	89



O Relatório anual do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) sintetiza e apresenta a evolução económica nacional e internacional em 2017, assim como o conjunto de actividades desenvolvidas pelo BCTL ao longo do ano.

Apresentação

A Lei Orgânica do Banco Central estabelece e enquadra os deveres de reporte anual do Banco Central face ao Presidente da República, Parlamento Nacional, Primeiro Ministro e ao Ministro das Finanças. O relatório é composto por duas grandes secções, designadamente, a análise do panorama económico nacional e internacional e a apresentação do relatório de actividades do Banco, incluindo também a informação financeira relevante.

Em 2017, a economia mundial registou um aceleração em termos de crescimento (3,6%). O ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas manteve-se sólido em 2017, acima de 2%, enquanto que a aceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4,6% em

2017) explicou o aceleração do crescimento mundial. Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6,5%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2017 (1,2%). O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN acelerou para 5.2%. Para 2018 e 2019, o FMI prevê uma continuada e robusta expansão da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do bloco emergente, que deverá compensar uma ligeira desaceleração do crescimento dos países mais desenvolvidos.

Em 2017, voltou a assistir-se a uma ligeira aceleração das taxas de inflação nas principais economias mundiais, continuando a tendência verificada em 2016, com particular destaque para os EUA e UE, cuja taxas médias anuais de inflação

subiram para cerca de 2,1% e 1,7%, face aos valores praticamente nulos (0%) registados em 2015.

Em termos dos mercados financeiros internacionais, as taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política monetária, continuaram a exhibir em 2017 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2017, o impacto da subida de taxas de política nos EUA. No que se refere às taxas de juro a 10 anos, as taxas de juro nos EUA mantiveram-se estáveis em 2017, tendo-se assistido a uma ligeira recuperação das taxas de juro na Alemanha. Em ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas mantiveram-se em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão.

No espaço económico Asiático, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2017, com a taxa média de crescimento a rondar os 5%, sendo de destacar a aceleração do crescimento em praticamente todas as economias. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 2,4%. A manutenção do dinamismo económico na região em 2017, e o resultante aumento da inflação nas várias economias, em conjunto com a ligeira depreciação das moedas regionais face ao dólar, explicou, por sua vez, o ligeiro aumento das pressões inflacionistas regionais, quando medidas em dólares norte-americanos.

Em termos da economia nacional, verificou-se que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) em 2016 foi de 5.3%, e que, de acordo com base dos dados de indicador de actividade económica do BCTL, a economia doméstica parece ter desacelerado em termos de crescimento em 2017, para 3.5%.

A taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, situou-se nos 0,6% em Dezembro de 2017. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se situou em -1,6% e 0,6% em 2016 e 2017, respectivamente. O aumento ligeiro da inflação em 2017 em parte a dever-se, maioritariamente, à subida da inflação externa, apesar da relativa estabilidade das moedas dos parceiros económicos de Timor-Leste face ao dólar, e da subida dos preços internacionais das “commodities”.

Em termos orçamentais, o Sector Público continua a registar um elevado défice orçamental, com as receitas não petrolíferas a financiarem apenas uma parte reduzida do total da despesa pública realizada. O Estado registou em 2017 uma cobrança total de receitas domésticas não petrolíferas da ordem dos 203 milhões de USD. O montante global orçamentado para a Despesa do Estado foi de 1.387 milhões de USD, dos quais apenas se gastou 88,3%.

No quadro externo, o aumento ligeiro das receitas petrolíferas em 2017, resultado da subida do preço internacional do petróleo, resultou numa ligeira redução do défice da conta corrente (que exclui outros rendimentos primários) do nosso país, de 64 milhões de USD para 705, o equivalente a 45%, o equivalente a 43% do PIB de 2017. A tendência persistente de redução do rendimento dos recursos explorados no Mar de Timor (impostos e royalties) e a manutenção dos elevados níveis de importações de bens e serviços, são os determinantes principais do substancial défice da conta corrente da balança de pagamentos de Timor-Leste.

Em termos da actividade anual do BCTL, o Banco continua activamente empenhado em promover a estabilidade monetária e financeira, tendo desenvolvido iniciativas particularmente relevantes neste contexto. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi a continuação da implementação do Plano Director para o Sector Financeiro de

Timor-Leste e a continuada administração do programa de desenvolvimento da literacia financeira, que abrangeu várias escolas primárias e contou com a participação de 56 professores de 39 escolas primárias de 12 municípios, e a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA). No âmbito da celebração do dia nacional de poupança, o BCTL organizou atividades lúdicas em 27 de Novembro em coordenação com a Autoridade RAEOA - em particular com a Direção de Educação - sob o tema “poupa agora para um futuro melhor”.

O Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, a suportar o desenvolvimento do sistema nacional de pagamentos. Durante o ano, a unidade de suporte do R-TIMOR no BCTL apoiou bancos e o Estado em várias iniciativas para fortalecer a integração eletrónica (do tipo STP, ou Straight Through Processing) entre o R-TIMOR e seus sistemas internos. Em Março de 2017, o BCTL contratou a SIBS Internacional de Portugal para o fornecimento e implementação de um Cartão Nacional e um Interruptor de Pagamentos. O interruptor, designado de “P24” (o “P” associado às palavras Pagamento, Pagamento e Pembayaran) oferecerá uma gama de serviços.

No que diz respeito ao sistema bancário Timorense, a informação disponível mostra que o mesmo se manteve estável e sólido, o que se traduz na manutenção de elevados níveis de liquidez e de provisões para riscos de crédito e na continuação de elevados níveis de crescimento dos activos bancários, que aumentaram 1,8% em 2017 para um total de 1.170 milhões de USD.

No exercício económico de 2017, as contas do BCTL registaram um resultado líquido positivo de 3,1 milhões de dólares, gerado, essencialmente pelas receitas provenientes das taxas de gestão do Fundo Petrolífero e de juros recebidos das aplicações efectuadas.

O Banco continua a manter a sua aposta forte na formação do pessoal, alocando recursos financeiros significativos para este fim. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a todos os funcionários do Banco Central, aos nossos parceiros ou interlocutores em vários momentos, que continuaram a contribuir activamente para a consolidação do Banco Central e o desenvolvimento económico do nosso País.



Abraão de Vasconcelos, Governador

Dili, 27 de Abril de 2018

Evolução da economia internacional

Capitulo 01

1.1.	Economia mundial e Asiática	14
1.2.	Quadro económico no espaço asiático	20
1.3.	Canais de transmissão para Timor-Leste	25





Este capítulo descreve sumariamente a evolução dos principais blocos económicos mundiais em 2017, assim como das economias dos principais parceiros económicos de Timor-Leste, em conjunto com as tendências mais relevantes para a nossa economia, dos mercados financeiros e de “commodities” mundiais. Tomando por base esta sucinta descrição, o capítulo analisa depois os principais canais de transmissão da evolução externa e os desenvolvimentos da economia doméstica, extraindo as influências observadas em 2017 e as perspectivas esperadas para 2018.

A economia mundial continuou a expandir-se robustamente em 2017, perspectivando-se forte crescimento também em 2018 e 2019..



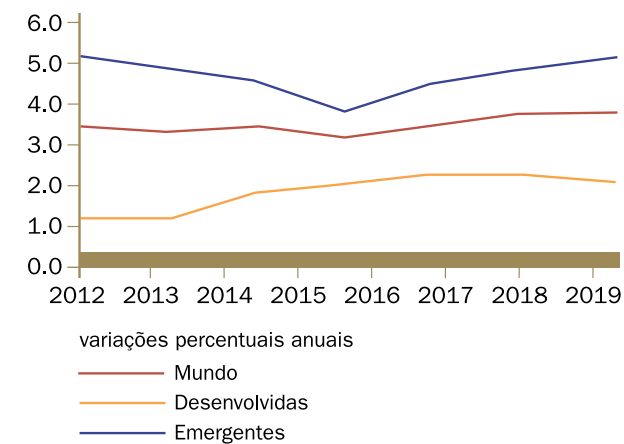
Economia Mundial e Asiática

1.1.1. O crescimento económico nas principais economias

Em 2017, a economia mundial registou um aceleração em termos de crescimento (3,6%), face aos níveis médios registados nos últimos 3 anos, prolongando a recuperação económica da crise financeira mundial de 2008-2009. O ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas manteve-se sólido em 2017, acima de 2%, o que, em conjunto com a aceleração do crescimento das economias menos desenvolvidas (4,6% em 2017) explicou o aceleração do crescimento mundial.

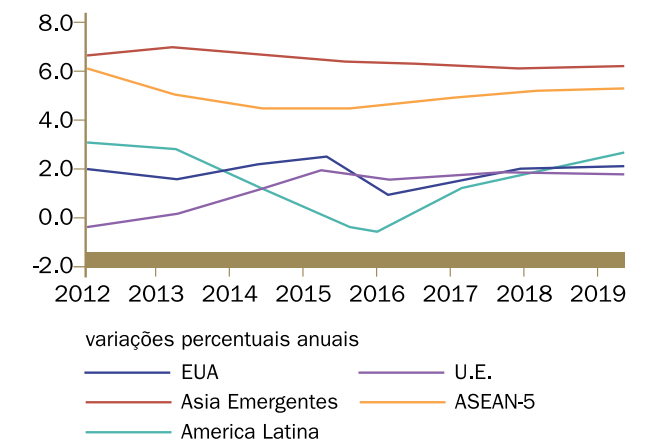
Para 2018 e 2019, o FMI prevê uma continuada e robusta expansão da economia mundial, sustentada pelo dinamismo do bloco emergente, que deverá compensar uma ligeira desaceleração do crescimento dos países mais desenvolvidos.

Gráfico 1.1
Crescimento do PIB real - nos 3 blocos



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2017

Gráfico 1.2
Crescimento do PIB - Regiões Seleccionadas

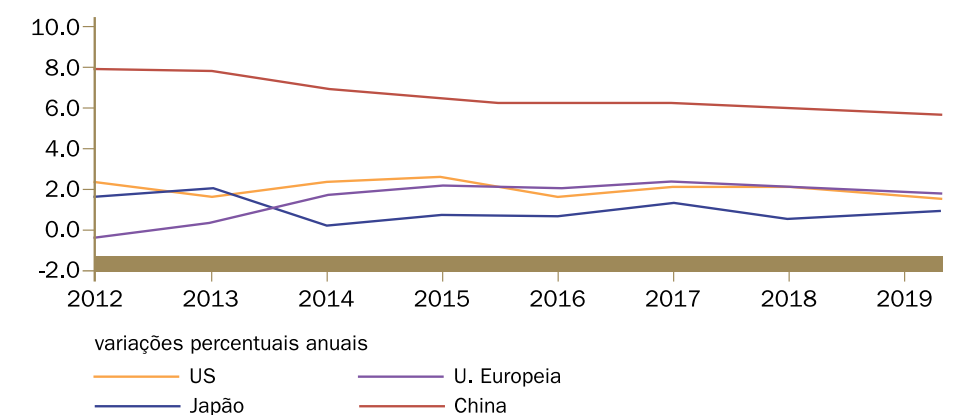


Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2017

.... as economias da ASEAN também mantiveram um nível de crescimento robusto..

Em termos de regiões, a Ásia continuou a liderar em termos de crescimento (6,5%) e a América Latina a região que menos cresceu em 2017 (1,2%), região esta que continua a recuperar da forte desaceleração económica registada entre 2014 e 2016. O crescimento para o conjunto das 5 maiores economias da ASEAN acelerou para 5,2%, o que representa o ritmo de crescimento mais forte para a região desde 2013. Em linha com o já referido optimismo do FMI para 2018 e 2019, o Fundo prevê a continuação de um forte crescimento económico nos EUA, U.E. e Ásia, projectando em simultâneo uma aceleração dos níveis de crescimento na América Latina, Médio Oriente e África.

Gráfico 1.3
Crescimento do PIB - 4 Maiores Economias Mundiais



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2017

Por último, a comparação da performance das 4 principais economias mundiais – E.U.A., U.E., Japão, China - revela que a China manteve estável o seu nível de crescimento em 2017, perspectivando-se uma gradual e ligeira desaceleração para 2018 e 2019, e que os E.U.A. registaram uma ligeira aceleração económica em 2017 (2,2%), face a 2016. O Japão continuou a registar níveis de crescimento inferiores aos dos E.U.A. e U.E., mas encurtou a distância que o separa das outras 2 economias em 2017. Em linha com as já referidas previsões do FMI, as 4 principais economias mundiais deverão manter os respectivos níveis de crescimento em 2018 e 2019, perspectivando-se a continuação de uma expansão das respectivas economias em torno dos níveis de crescimento potenciais.

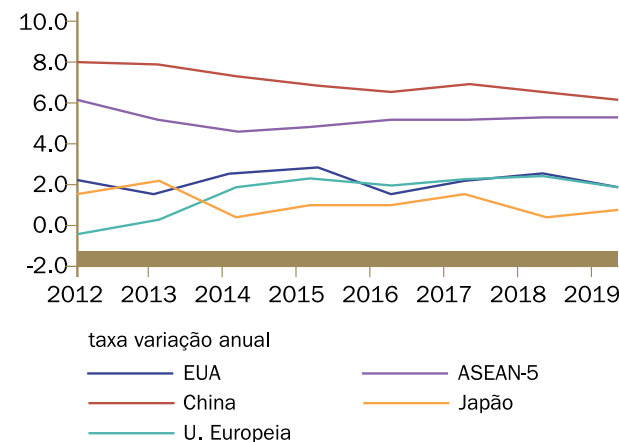
1.1.2. A evolução da inflação nas principais economias

As pressões inflacionistas subiram novamente em 2017....

Em 2017 voltou a assistir-se a uma ligeira aceleração das taxas de inflação nas principais economias mundiais, continuando a tendência verificada em 2016, com particular destaque para os EUA e UE, cuja taxas médias anuais de inflação subiram para cerca de 2,1% e 1,7%, face aos valores praticamente nulos (0%) registados em 2015.

Gráfico 1.4

Taxas de Inflação - 5 Economias Seleccionadas



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2017

.... em função da manutenção dos ritmos de crescimento das principais economias e recuperação dos preços internacionais das commodities.

A recuperação gradual da inflação deveu-se sobretudo à subida dos preços das principais commodities mundiais em 2017, com destaque para a subida dos preços energéticos face aos valores deprimidos de 2015. Para 2018 e 2019, o FMI antevê um cenário de estabilidade das pressões de preços nas principais economias, destacando-se a possibilidade de uma nova aceleração da inflação nos EUA em 2019, que resulta da manutenção de níveis de crescimento sólidos, em simultâneo com a inexistência de um défice do PIB face ao seu nível potencial (“output gap” nulo).

Será interessante salientar que o FMI espera que as economias Japonesa e da U.E. continuem a registar taxas de inflação inferiores às dos EUA, dada a existência de “espaço” em termos de recursos não empregues nestas economias, que continuam a operar abaixo do seu nível potencial. Contudo, apesar da assinalável recuperação económica na U.E. e Japão, será necessário que ambas as economias continuem a crescer robustamente durante vários anos consecutivos de forma a que se feche efectivamente o défice na utilização de recursos económicos e se materializem pressões inflacionistas substanciais nestas economias. O Japão, pese embora, continue a adoptar um conjunto de medidas monetárias altamente expansionistas, continuou a registar níveis de inflação anémicos, em torno dos níveis registados na última década.

1.1.3. Mercados de Commodities

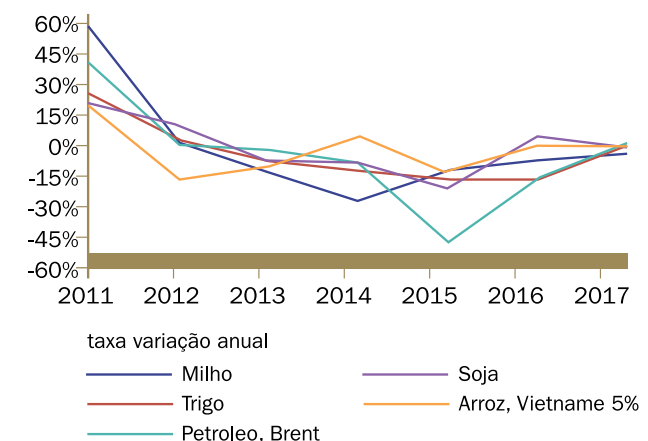
Os preços das matérias primas recuperaram parcialmente das quedas registadas em 2015...

Nos mercados de commodities, 2017 ficou marcado pela continuada recuperação dos preços internacionais dos inputs energéticos e metais industriais, face às substanciais descidas registadas em 2015, e pela evolução anémica dos preços dos bens alimentares. Conforme se mostra em baixo, das 4 commodities alimentares consideradas, apenas o trigo e o arroz registaram aumentos de preços em 2017. O preço do petróleo e de outras fontes energéticas continuou a recuperar parte do terreno perdido em 2015, mas os preços internacionais continuam substancialmente abaixo dos máximos de preços verificados na última década. Tendo em conta que as principais economias mundiais apresentaram níveis de crescimento robustos em 2017, a recuperação dos preços dos inputs energéticos e metais industriais justifica a já referida recuperação das pressões inflacionistas nas respectivas economias. Para as economias exportadoras destes bens, tipicamente países em vias de desenvolvimento, a recuperação dos preços internacionais representa um estímulo positivo sobre os seus rendimentos e, conseqüentemente, sobre as suas economias. Um exemplo claro desta situação corresponde naturalmente a América Latina e à Rússia, que beneficiaram da recuperação dos preços das commodities energéticas e metais em 2017. Pelo contrário, a continuada descida dos preços de bens alimentares representa um choque negativo para os países que mais exportam este tipo de mercadoria.

.... suportando a recuperação das economias exportadoras deste tipo de produtos.

Gráfico 1.5

Preços das Principais Commodities



Fonte: Banco Mundial, Commodities Datasheet, Fevereiro 2017

1.1.4. Mercados Financeiros de Referência

.... em função da manutenção dos ritmos de crescimento das principais economias e recuperação dos preços internacionais das commodities.

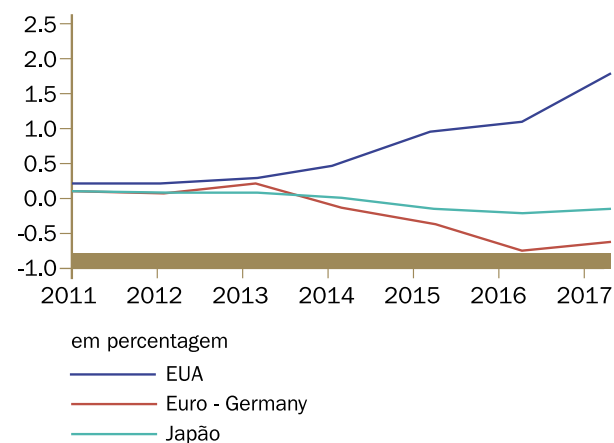
Em termos de mercados financeiros, começamos por analisar a evolução dos principais mercados obrigacionistas, designadamente os de títulos do Tesouro, que permitem aferir a evolução, e expectativas de evolução, das políticas monetárias das várias economias, assim como dos respectivos ritmos de crescimento e expectativas inflacionistas.

As taxas de juro a 2 anos, mais sensíveis a alterações de política monetária continuaram a exibir em 2017 uma clara divergência das políticas entre as 3 maiores economias mundiais, com os mercados a incorporarem gradualmente, em 2017, o impacto da subida de taxas de política monetária nos EUA.

No que se refere às taxas de juro a 10 anos, as taxas de juro nos EUA mantiveram-se estáveis em 2017, tendo-se assistido a uma ligeira recuperação das taxas de juro na Alemanha. Em ambos os 2 e 10 anos, as taxas de juro norte-americanas mantiveram-se em níveis bastante superiores aos verificados na zona-euro e Japão, em resultado da melhor performance da economia dos EUA nos últimos anos, que acabou por justificar a continuação da subida de taxas pelo FED em 2017.

Gráfico 1.6

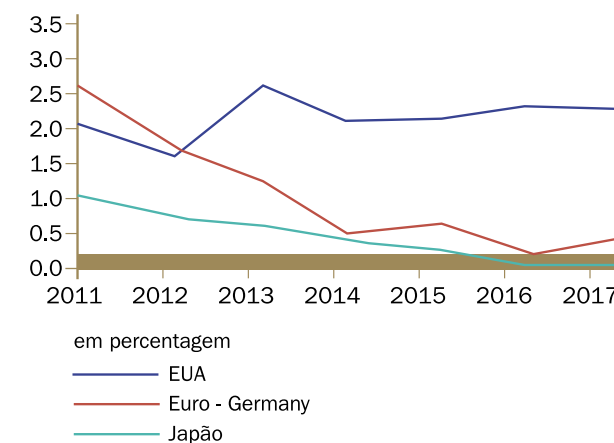
Taxas de Juro das Obrigações a 2 Anos



Fonte: Bloomberg

Gráfico 1.7

Taxas de Juro das Obrigações a 10 Anos



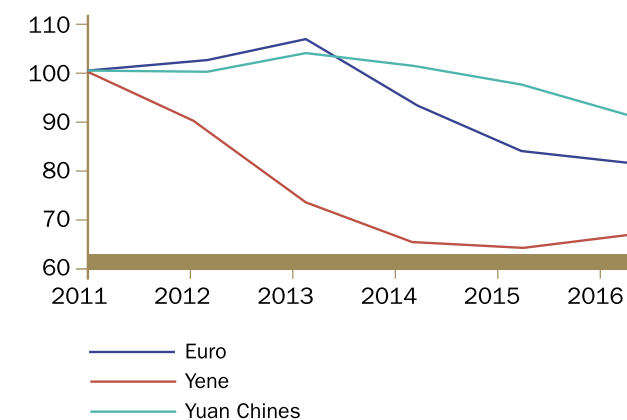
Fonte: Bloomberg

.... mas o dólar depreciou-se em relação às principais moedas mundiais.

Naturalmente, a evolução dos mercados obrigacionistas, em conjunto com os desenvolvimentos económicos já analisados, determinaram também grande parte dos desenvolvimentos registados nos principais mercados cambiais e accionistas mundiais. Contudo, salienta-se que, nos mercados cambiais, o dólar acabou por se depreciar face ao euro e ao iene em 2017, o que decorreu, por um lado, da excessiva apreciação do dólar nos anos anteriores e também, da consolidação de expectativas de redução do estímulo monetário na zona do euro e Japão ao longo de 2017, em resultado da recuperação das respectivas economias.

Gráfico 1.8

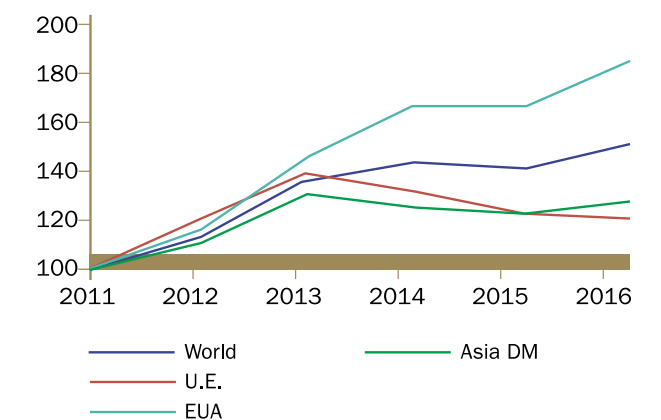
Principais Moedas face ao \$ Dolar EUA. 2011=100; descida implica depreciação



Fonte: Google

Gráfico 1.9

Principais Índices Accionistas Mundiais cotados em dólares. 2011=100



Fonte: Google

Os principais mercados accionistas mundiais registaram ganhos assinaláveis em 2017.

or outro lado, o mercado accionista do EUA registou novamente ganhos assinaláveis em 2017, à semelhança de 2016, beneficiando da forte recuperação depois da conclusão das respectivas eleições Presidenciais e da aprovação de um substancial programa de estímulo fiscal, continuando a cotar-se acima dos demais principais mercados mundiais. Em 2017, conforme se mostra em cima, não obstante a performance assinalável do mercado norte-americano, será ainda de destacar a subida substancial das cotações accionistas nos mercados asiático e europeu, que recuperaram parte do terreno perdido entre 2013 e 2016.

Tendo em conta a performance sustancial das acções norte-americanas nos últimos 8 anos, que resultaram na apreciação substancial dos preços em proporção dos resultados empresariais, será destacar que uma possível desaceleração económica na economia norte-americana, ou dos lucros empresariais poderá resultar numa correcção em baixa deste mercado accionista.



Depois de sintetizado o quadro macroeconómico das principais economias mundiais, será também relevante aprofundar a análise dos desenvolvimentos económicos no espaço Asiático, em particular da ASEAN, dado que os principais parceiros económicos de Timor-Leste se situam nesta região.

1.2

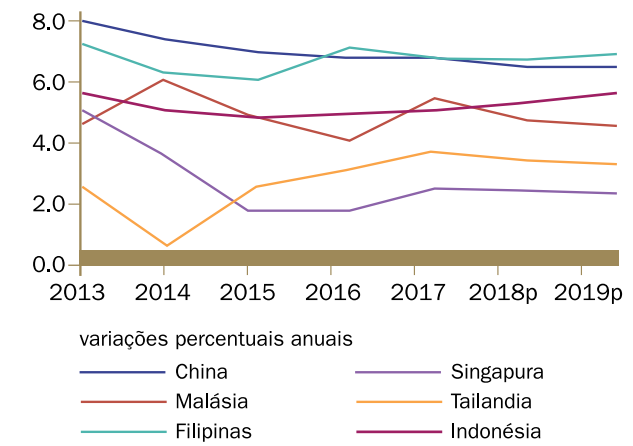
Quadro Económico no Espaço Asiático

A nossa análise incide sobre as 5 maiores economias da ASEAN e a China, cuja economia assume cada vez maior relevância regional e mundial, porque são estes os principais parceiros da nossa economia. Por sua vez, destas 6 economias, a Indonésia é o principal parceiro de Timor-Leste, o que justifica alguns comentários específicos à sua evolução.

O crescimento económico na ASEAN manteve-se robusto em 2017....

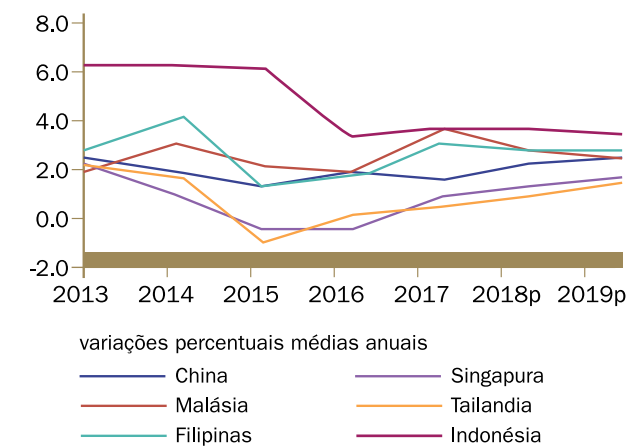
m termos dos 2 principais indicadores macroeconómicos, crescimento do PIB e taxas de inflação, os níveis de crescimento mantiveram-se robustos na região em 2017, com a taxa média de crescimento a rondar os 5%, sendo de destacar a aceleração do crescimento em praticamente todas as economias. No que se refere à inflação, em média, a região registou taxas da ordem dos 2,4%, um acréscimo face aos 1,5% de 2016, sendo de destacar que a economia Indonésia continuou a manter um elevado nível de inflação face aos restantes parceiros.

Gráfico 1.10
Taxas de Crescimento do PIB



Fonte: IMF WEO

Gráfico 1.11
Taxas de Inflação



Fonte: IMF WEO

.... enquanto as pressões inflacionistas aumentaram novamente.

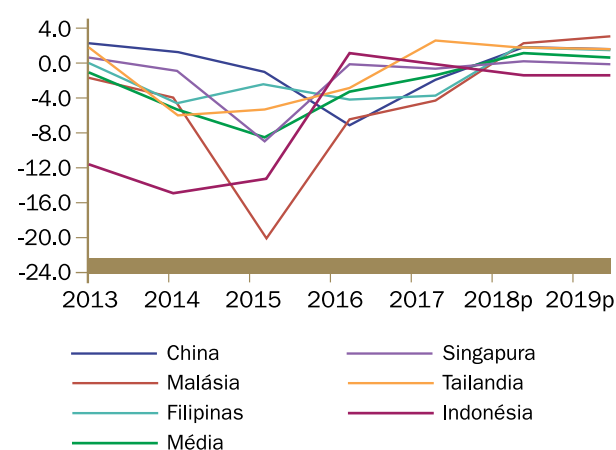
manutenção do dinamismo económico na região em 2017, e o resultante aumento da inflação nas várias economias, em conjunto com a ligeira depreciação das moedas regionais face ao dólar, explicou, por sua vez, o ligeiro aumento das pressões inflacionistas regionais, quando medidas em dólares norte-americanos.

As divisas regionais registaram apenas uma ligeira depreciação face ao dólar em 2017....

A evolução dos determinantes macroeconómicos ajuda a explicar, como também é explicada, pelos desenvolvimentos registados nos 2 principais mercados financeiros, o cambial e obrigacionista. Em termos cambiais, 2017 foi também marcado pela depreciação generalizada das divisas regionais face ao dólar, resultante do anúncio de eliminação gradual das políticas monetárias expansionistas nos E.U.A. A média das variações cambiais das divisas da região face ao dólar foi de -1,7% em 2017 (-3,4% em 2016), mas o FMI prevê que as divisas regionais se mantenham estáveis face ao dólar em 2018 e 2019, o que contribuirá, a materializar-se este cenário, para estabilizar as pressões inflacionistas na região e, sobretudo, para estabilizar os preços dos bens importados por Timor-Leste.

Gráfico 1.12

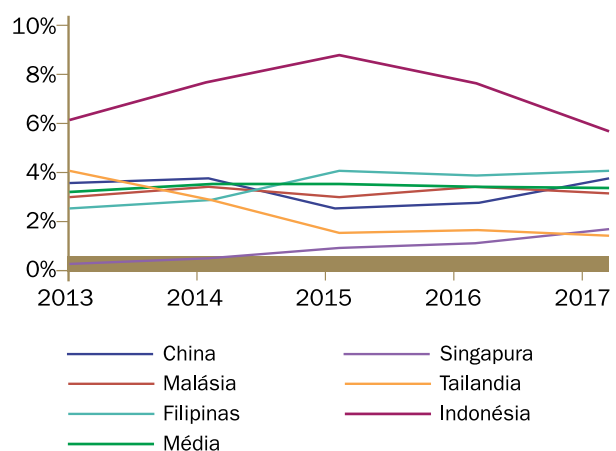
Taxas de Câmbio - Variação % face ao USD



Fonte: IMF WEO

Gráfico 1.13

Taxas Obrigações do tesouro a 2 anos



Fonte: ADB

.... com as taxas de juro a 2 anos estáveis, excepto a da Indonésia que continuou a descer em 2017.

As taxas de juro dos mercados obrigacionistas, aqui representados com base nos títulos com 2 anos, mantiveram-se geralmente estáveis na região, constituindo a Indonésia a única excepção. No caso da Indonésia, as taxas de juro continuaram a descida substancial iniciada em 2016, beneficiando da diminuição sucessiva das taxas de juro do respectivo banco central, em resposta à moderação das pressões inflacionistas na economia, assim como da redução do respectivo défice externo.

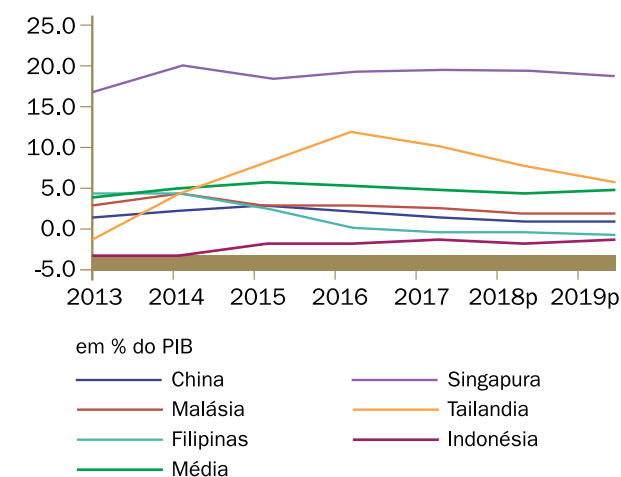
As contas externas mantiveram-se superavitárias, com a excepção da Indonésia e Filipinas.

No que se refere ao equilíbrio das contas externas e públicas, podemos concluir que a maior parte dos parceiros continuou a manter excedentes externos substanciais em 2017, com excepção das Filipinas e Indonésia, que manteve um défice da conta externa corrente em -1,7%. Sendo a Indonésia um país exportador de matérias-primas, sobretudo energéticas e metais industriais, a descida dos preços internacionais destas “commodities” nos últimos 3 anos resultou num choque substancialmente negativo para a sua economia, exigindo políticas macroeconómicas restritivas mais fortes para conter o dinamismo da procura doméstica, corrigir o défice externo e conter a depreciação da rupia face ao dólar.

Em termos dos saldos orçamentais, 2017 foi caracterizado por um ligeiro aumento dos défices públicos na região, somando-se à deterioração já verificada em 2016, destacando-se a tendência negativa de Singapura, ao longo dos últimos anos. As 2 exceções regionais continuam a ser Singapura, pela positiva (+1,7%) e a Malásia, pela negativa, cujo défice público ascendeu a -3% em 2017.

Gráfico 1.14

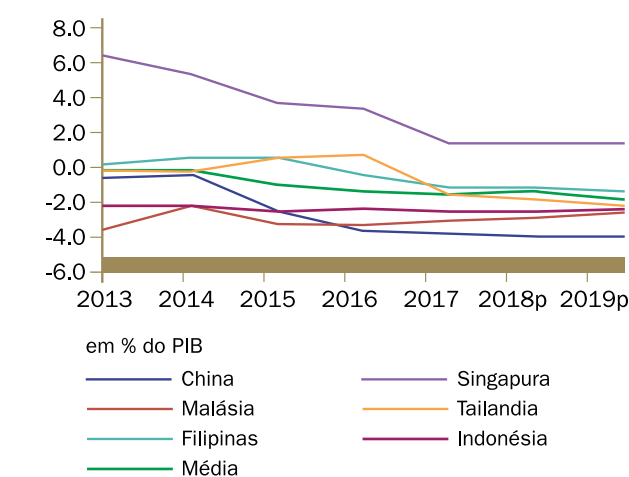
Contas Correntes Externas



Fonte: IMF WEO

Gráfico 1.15

Saldos Orçamentais Públicos



Fonte: IMF WEO



1.3

A breve análise da evolução económica e financeira internacional e do espaço asiático, que é bastante mais relevante para Timor-Leste, não estaria completa sem o entendimento das respectivas repercussões na nossa economia. Este ponto trata de identificar os principais canais de transmissão dos desenvolvimentos internacionais à nossa economia.

Canais de Transmissão para Timor-Leste

1.3.1. Síntese

A nossa análise incide sobre as 5 maiores economias da ASEAN e a China, cuja economia assume cada vez maior relevância regional e mundial, porque são estes os principais parceiros da nossa economia. Por sua vez, destas 6 economias, a Indonésia é o principal parceiro de Timor-Leste, o que justifica alguns comentários específicos à sua evolução.

Actualmente, é razoável aceitar-se que estes efeitos são ainda reduzidos e limitados a determinados aspectos sectoriais da nossa economia. Este ponto procura precisamente ilustrar o mecanismo de funcionamento dos principais canais, que são: o impacto na evolução dos níveis de inflação doméstica, determinação do valor das receitas petrolíferas e efeitos sobre o valor dos investimentos realizados no âmbito do Fundo Petrolífero. O Investimento Directo Estrangeiro é certamente uma das variáveis mais influenciadas pelo contexto externo, mas a escassez de investimentos efectivos e de dados fiáveis em Timor-Leste, não nos permite ainda analisar devidamente esta relação.

As contas externas mantiveram-se superavitárias, com a excepção da Indonésia e Filipinas.

Em suma, o quadro macroeconómico da região manteve-se relativamente estável em 2017, sendo de se destacar a redução do grau de depreciação generalidade das divisas regionais face ao dólar em 2017 e 2016, quando comparado com as fortes depreciações de 2015. Esta depreciação parece-nos, em geral, mais devida ao início do ciclo de subidas de taxas de juro directoras nos Estados Unidos, do que a desequilíbrios macroeconómicos na região, dada a manutenção de ritmos de crescimento económico robustos e a forte posição externa das economias regionais.

Note-se, porém, que este quadro geral não se aplica completamente à economia Indonésia, o maior parceiro de Timor-Leste. No entanto, a rúpia indonesiana apresentou-se relativamente estável em 2017, depois de ter registado perdas substanciais face ao dólar verificadas entre 2013 e 2015. Ainda embora experimentando níveis de volatilidade cambial notáveis, a par dos desequilíbrios já referidos, a economia Indonésia conseguiu manter um crescimento anual robusto, de 5,2% em 2017, face aos +5% de 2016. A importância deste parceiro para a nossa economia implica naturalmente a manutenção de uma monitorização adequada destes desenvolvimentos, esperando-se, contudo, que as medidas de política introduzidas pela Governo e uma vigilância mais apertada pelo seu Banco Central, venham a reduzir gradualmente estes riscos macroeconómicos.

Naturalmente, à medida que a nossa economia se desenvolve e aprofunda as relações de interdependência com os seus parceiros económicos regionais, esperamos que os desenvolvimentos externos influenciem, cada vez mais, a evolução da nossa economia, expandindo o número e a influência dos vários canais de transmissão.

1.3.2. Inflação Importada

O modelo de inflação do BCTL assenta em 2 principais determinantes: a evolução da economia doméstica e a taxa externa de inflação na região asiática.

Um dos principais de canais de transmissão para a nossa economia é, de facto, o impacto dos preços internacionais na evolução da inflação doméstica e respectivas expectativas. Sendo Timor-Leste uma economia de grande intensidade importadora – as importações de bens e serviços correspondiam, em 2017, a 58% do PIB não-petrolífero – é natural esperar-se que a evolução dos preços internacionais dos bens e serviços importados afecte substancialmente a inflação doméstica.

O trabalho de investigação empírica e construção de modelos económicos desenvolvido pelo BCTL tem confirmado a importância deste canal. Um dos principais problemas do nosso trabalho neste contexto decorre da dificuldade em definir uma variável adequada para medir o nível de “inflação externa” para Timor-Leste, dada a ausência de um índice de preços de importações e a grande variabilidade do cabaz de importação e da estrutura geográfica das nossas importações. Depois de experimentadas diversas formas funcionais para esta variável, concluímos que a variável mais adequada, em termos empíricos, parece ser uma média das taxas de inflação das 5 maiores economias da ASEAN e da China, convertida em dólares. Na prática, esta medida corresponde a uma média da taxa de inflação regional medida em dólares, pelo que inclui, em simultâneo, o impacto das variações cambiais regionais face ao dólar e das taxas de inflação em moeda local.

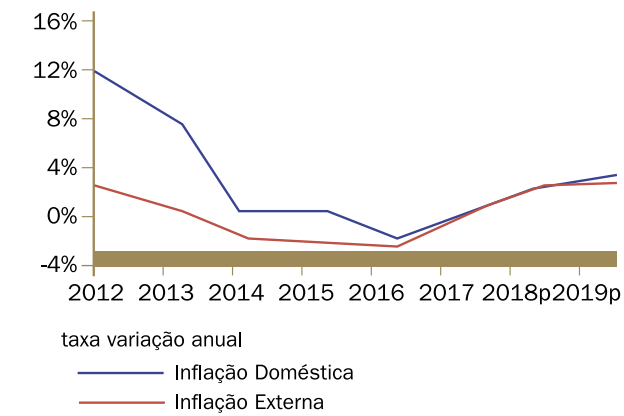
A evolução da taxa de inflação externa influencia a taxa da inflação de Timor-Leste....

Conforme se pode notar no gráfico em baixo e à esquerda, a taxa de inflação doméstica tende a seguir razoavelmente os movimentos da taxa de inflação externa, embora com menor volatilidade. Na medida em que a taxa de inflação externa corresponde à média das 6 economias já referidas, os modelos de previsão de inflação do BCTL utilizam esta variável e respectivas expectativas para construir as previsões de inflação.

.... a ligeira subida da inflação externa tem justificado a recuperação da inflação em Timor-Leste, devendo continuar a exercer um efeito positivo em 2018 e 2019.

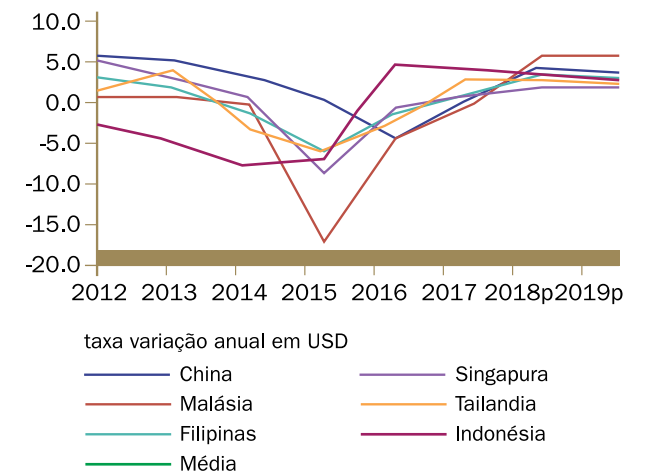
Adicionalmente, como se pode concluir dos 2 gráficos, a ligeira subida recente da taxa de inflação em Timor-Leste tem sido reforçada pela subida das taxas de inflação externa. Naturalmente, a relação não é perfeita, uma vez que a evolução da economia não-petrolífera de Timor-Leste, sobretudo ao longo dos últimos anos, também afecta fortemente a evolução da taxa de inflação doméstica.

Gráfico 1.16
Inflação Doméstica e Externa



Fonte: IMF WEO

Gráfico 1.17
Taxas de Inflação regional

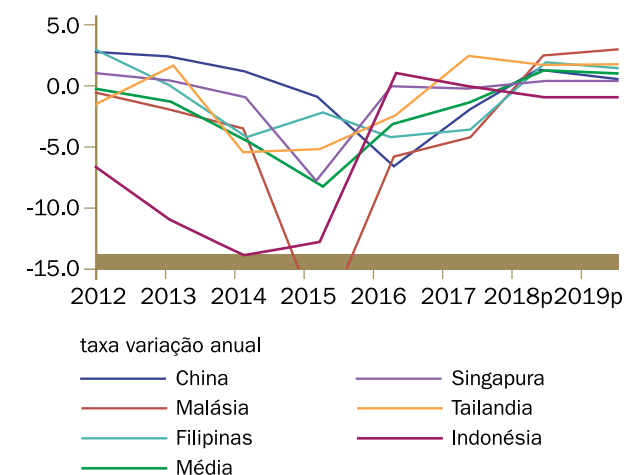


Fonte: IMF WEO

Em 2017, a ligeira subida das taxas de inflação regionais em dólares, observadas para praticamente todas as economias, decorreu, sobretudo, da subida das taxas de inflação em moeda local e da relativa estabilidade das divisas asiáticas face ao dólar, conforme se pode verificar nos gráficos em baixo. De facto, a continuada depreciação generalizada das divisas regionais, depois das descidas registadas entre 2013 e 2015, tem sido um dos factores que mais contribuíram para a descida substancial e manutenção de uma inflação historicamente baixa em Timor-Leste, visto que tornam mais baratos os bens e serviços importados.

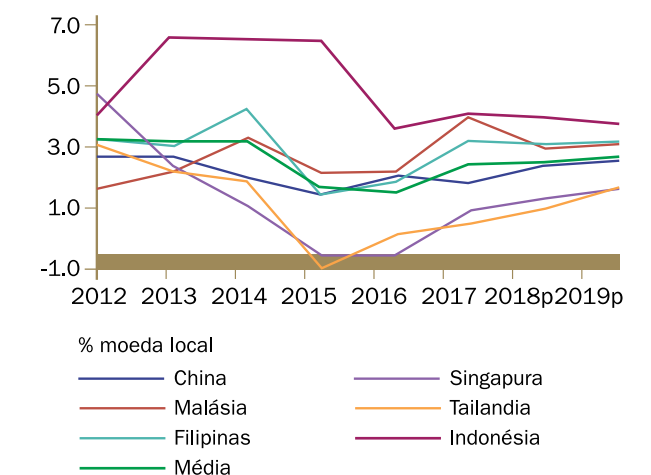
Sendo as taxas de inflação externas em moeda local relativamente estáveis no tempo, conclui-se que os movimentos das moedas dos parceiros face ao dólar são, por sua vez, um factor bastante importante na determinação da inflação doméstica. Note-se ainda que a redução substancial da inflação em Timor-Leste resulta também das descidas de preços internacionais das commodities mais representativas, como o petróleo e os bens alimentares, já referida anteriormente.

Gráfico 1.18
Moedas Asiáticas face ao Dólar



Fonte: IMF WEO

Gráfico 1.19
Taxas de Inflação externas



Fonte: IMF WEO

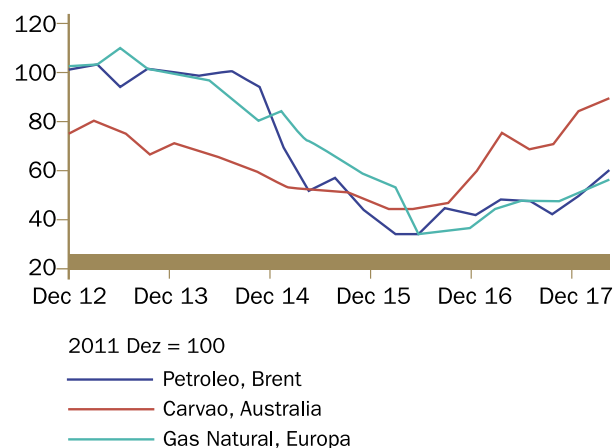
Tendo em conta a importância deste canal de transmissão, a evolução a prazo da “inflação externa”, determinada fortemente pela evolução cambial, será um dos factores mais influentes na determinação da evolução da inflação doméstica. Neste campo, o BCTL espera agora, em linha com o FMI, que as divisas regionais se mantenham estáveis face ao dólar em 2018 e 2019, o que, em conjunto, com a manutenção de taxas de inflação dos parceiros moderadas, nos leva a prever que a inflação importada venha a aumentar, mas apenas ligeiramente, no mesmo horizonte temporal, contribuindo para elevar, mas também de forma ligeira, as pressões inflacionistas em Timor-Leste em 2018 e 2019.

1.3.3. Mercados Energéticos e as Receitas Petrolíferas

O preço do petróleo continuou a recuperar em 2017, mas ainda não recuperou totalmente da forte queda verificada em 2014 e 2015.

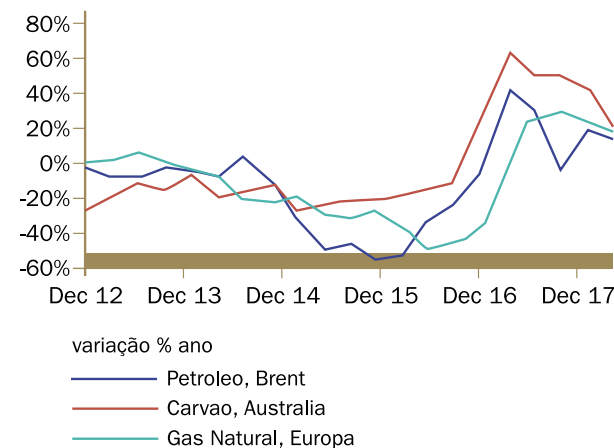
A evolução dos preços do petróleo, gás natural e outros recursos energéticos é bastante volátil, oscilando substancialmente entre períodos de elevados e baixos níveis de preços. Os gráficos em baixo evidenciam estas oscilações e permitem colocar a descida recente dos preços energéticos, numa perspectiva plurianual. Note-se que não são raras as ocasiões em que os preços descem 50% e aumentam mais de 50%, no espaço de 1 ano. Em termos de níveis, a descida abrupta do preço do petróleo a partir do final de 2014 resultou em preços idênticos aos de 2006, anulando todos os ganhos de preços nominais registados nos últimos 9 anos. Contudo, em 2017, voltou a assistir-se à recuperação substancial no preço destes inputs, sobretudo do carvão, mas ainda assim para níveis de preços bastante inferiores aos máximos dos últimos 5 anos.

Gráfico 1.20
Preços da Energia spot



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 1.21
Preços da Energia spot



Fonte: Banco Mundial

A evolução dos preços energéticos não é, contudo, fácil de antecipar, visto que resulta tanto da interdependência entre a procura e oferta agregada nos mercados físicos, como, crescentemente, dos efeitos menos mensuráveis e imprevisíveis decorrentes da “financiarização” destes mercados, evidente na expansão do mercado de derivados financeiros e crescente participação de intermediários financeiros e especuladores. Uma prova evidente desta incapacidade de previsão é, claramente, a queda recente do preço do petróleo, cuja velocidade e amplitude não foram, de forma alguma, previstas pela generalidade dos intervenientes e analistas do mercado.

As receitas petrolíferas futuras são hoje bastante menores do que no passado, reduzindo o impacto das oscilações do preço do petróleo sobre a riqueza petrolífera.

Esta ressalva é importante, porque nos previne de aceitar cenários simplistas e de extrapolar maiores descidas de preços, apenas baseados na queda recente do preço do petróleo. Por outro lado, a evolução do preço dos produtos petrolíferos é importante para Timor-Leste, visto que se esperam ainda receitas petrolíferas significativas nos próximos anos.

Note-se ainda que o impacto das flutuações dos preços energéticos na riqueza petrolífera do país é hoje muito inferior, face ao que acontecia em anos anteriores. Isto decorre do facto de as futuras receitas petrolíferas serem hoje muito reduzidas face ao que já foi extraído das reservas do mar de Timor, com a perspectiva da exploração dos campos existentes cessar completamente até 2021. Note-se, assim, que as receitas futuras previstas de 2017 até 2021 ascendem apenas a 551 milhões de dólares, o que corresponde a apenas 2,6% das receitas acumuladas obtidas de 2002 a 2016, no valor de 21.412 milhões. Em 2015, o valor das receitas futuras era de 868 milhões, ou 4,1% das receitas obtidas até esse ano. Saliente-se ainda que, no final de 2015 se esperavam receitas futuras de cerca de 1400 milhões de euros, entre 2016 e 2021, valor esse que é bastante superior ao calculado actualmente pelo Estado, devido à descida das previsões de produção de petróleo e gás no mar de Timor e descida dos preços destes bens.

Tendo em conta a diminuta estimativa das receitas petrolíferas futuras do mar de Timor, preferimos não desenvolver neste relatório, como fizemos em anos anteriores, o exercício de análise de sensibilidade das receitas em relação ao preço do petróleo.

1.3.4. Mercados Financeiros e o Fundo Petrolífero

Os preços dos activos financeiros influenciam o RSE e, por sua vez, a capacidade de financiamento do OGE

Por último, abordamos ainda um outro canal de transmissão dos desenvolvimentos internacionais a nossa economia, que se relaciona com o Fundo Petrolífero criado para gerir eficientemente a riqueza petrolífera do país. O mecanismo de funcionamento deste canal é semelhante ao do preço do petróleo, na medida em que a evolução dos preços dos activos financeiros internacionais determinam o valor do Fundo Petrolífero e, por sua vez, o valor do Rendimento Sustentável. Na medida em que afectam estes 2 agregados, os preços dos activos financeiros acabam por influenciar o montante das receitas disponíveis para financiar o Orçamento de Estado e, consequentemente, o ritmo e dimensão das políticas de gastos e de investimento público.

Neste momento, o FP investiu já 60% do seu valor em obrigações e 40% em acções....

O Fundo Petrolífero (FP) fechou o ano de 2017, com o valor dos activos financeiros a ascender a 16,799 milhões de dólares, investidos maioritariamente (60%) em obrigações do Tesouro dos países mais desenvolvidos e em acções (40%) de milhares de empresas sedeadas nestes mesmos países. O Fundo conseguiu assim inverter as quedas de valor total dos activos registadas em 2015 e 2016, aumentando 955 milhões. Desde a sua criação, o FP tem vindo a alargar o seu universo de investimento, começando, primeiro, por apenas investir em títulos do Tesouro Norte-Americanos, passando depois por investir gradualmente em acções e, por fim, estendendo os investimentos a obrigações de vários Tesouros mundiais. O alargamento gradual do mandato de investimento regeu-se pela procura crescente de um retorno esperado mais elevado para o Fundo e pela maior diversificação dos investimentos e mercados considerados.

...mas apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções

A performance do Fundo depende da evolução dos preços dos títulos nestes 2 mercados...

Naturalmente, este desenvolvimento institucional expõe o Fundo a novos riscos e mercados, mas que, beneficiando da diversificação entre a evolução dos preços dos vários activos, permite construir uma Carteira mais sólida e cujo retorno é mais eficiente, para o nível de risco desejado. Actualmente, o Fundo investe apenas em obrigações de taxa de juro fixa e acções, pelo que os juros das obrigações e os dividendos das acções providenciam, ao Fundo, um rendimento fixo e constante, pelo menos a priori. Naturalmente, ao investir em títulos obrigacionistas e acções, o Fundo beneficia das subidas dos respectivos valores de mercado, ou, pelo contrário, pode ser prejudicado pela sua descida. Assim sendo, os principais riscos financeiros do Fundo correspondem a eventuais perdas decorrentes da descida dos preços das obrigações, ou das acções adquiridas. Adicionalmente, uma vez que o FP investe em vários mercados, denominados em moedas diferentes do dólar, o Fundo também se encontra exposto ao risco cambial dos investimentos, entendido como a possibilidade de depreciação das várias moedas de investimento face ao dólar. Em suma, o risco financeiro do FP inclui 3 tipos de riscos: risco accionista, ou risco de descida dos preços dos principais mercados accionistas mundiais, risco de taxa de juro, que corresponde ao risco de queda dos preços das obrigações do tesouro; e risco cambial, que consiste no risco de depreciação das moedas de investimento face ao dólar.

Em 2017, o Fundo registou ganhos substanciais, beneficiando tanto das subidas dos preços dos activos accionistas, como obrigacionistas.

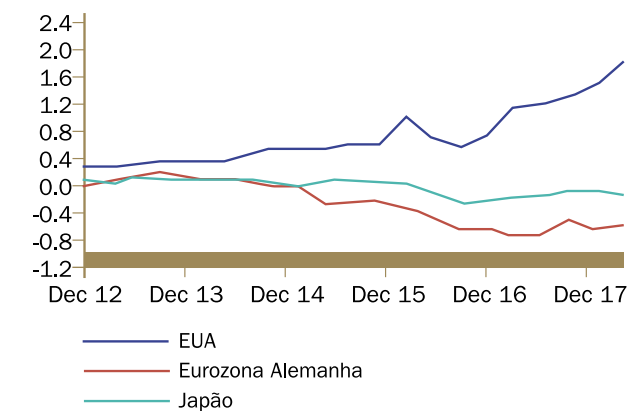
Os investimentos em títulos de Tesouros registaram ganhos moderados.

A evolução dos preços dos activos do FP e das várias moedas de investimento consiste, assim, no verdadeiro canal de transmissão entre os mercados internacionais, o valor do FP e o valor do rendimento sustentável esperado. Em termos de retornos, o ano de 2017 foi bastante positivo para o FP (+10,4%), o maior ganho anual da sua história, beneficiando dos ganhos quer dos investimentos acionistas (22,3%), como da carteira de títulos obrigacionistas (2,7%). A excelente performance dos mercados accionistas e obrigacionistas e o benefício da ligeira depreciação do dólar face às moedas de investimento, resultou no apuramento de uma rentabilidade substancial no conjunto do ano.

Nos mercados de títulos do Tesouro mundiais em 2017, assistiu-se a uma subida generalizada das taxas de juro, em particular para os prazos mais curtos das curvas de rendimentos. Ainda assim, apesar da tendência para a subida das taxas de juro, que tende a prejudicar o valor dos títulos, o FP conseguiu acumular o rendimento dos cupões recebidos, registando uma performance global de 2,7% neste tipo de investimentos.

Gráfico 1.22

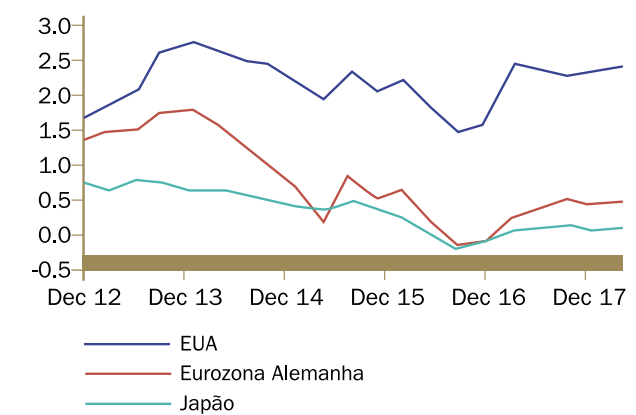
Taxas de Juro a 2 Anos - % ano



Fonte: Bloomberg

Gráfico 1.23

Taxas de Juro a 10 Anos - % ano

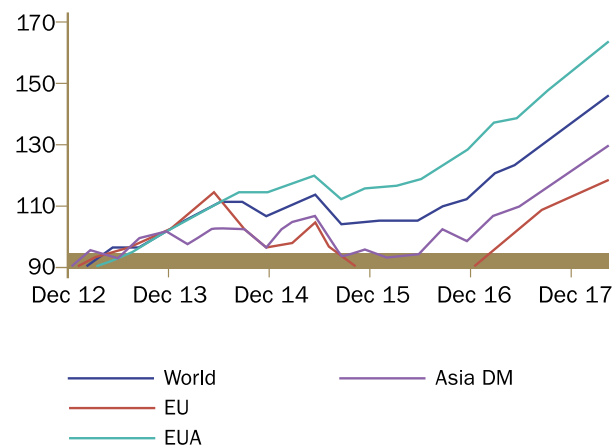


Fonte: Bloomberg

Em termos dos mercados accionistas, o benchmark accionista do Fundo (linha preta - "World") registou ganhos substanciais em 2017, maioritariamente determinados pela subida assinalável do mercado accionista norte-americano, mas também da generalidade dos mercados accionistas mundiais. Em termos cambiais, a depreciação do dólar face à maior parte das dividas de investimento do FP em 2017, ajudou a recuperar parte das perdas cambiais registadas nos anos anteriores, reforçando assim os ganhos dos mercados accionistas em moeda local.

Gráfico 1.24

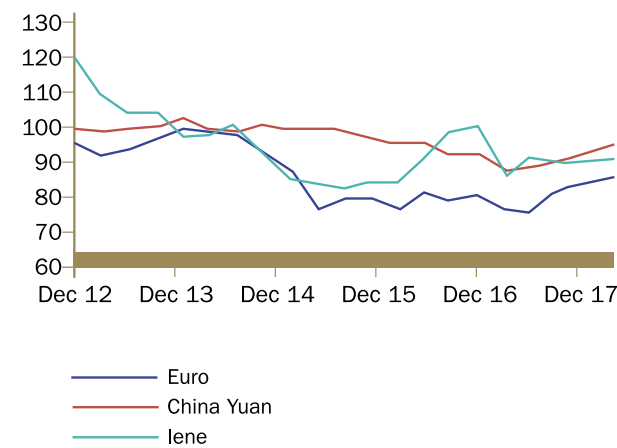
Mercados Accionistas - 2012 Dez = 100



Fonte: Google

Gráfico 1.25

Moedas face ao USD - 2012 Dez = 100



Fonte: Google

O valor e rendimento do FP continuam a depender substancialmente da evolução dos preços em dólares dos vários activos financeiros.

Em suma, o Fundo Petrolífero detém hoje uma carteira de títulos extremamente diversificada e investida nos principais mercados accionistas e obrigacionistas mundiais, o que lhe permite otimizar o respectivo perfil de retorno-rendimento. Contudo, dados os investimentos substanciais em obrigações e acções globais, podemos concluir que o valor e rendimento do FP se encontra intrinsecamente dependente da evolução dos preços globais destes activos, que é naturalmente afectada pela evolução do dólar face às divisas dos respectivos investimentos.

Num quadro de análise temporal mais longo, não nos parece marginal, hoje, o risco de que os mercados accionistas e obrigacionistas venham a registar perdas, dadas as actuais elevadas valorizações dos mercados accionistas e o nível historicamente baixo das taxas de juro das obrigações. Note-se, a este propósito, que o mercado accionista norte-americano registou em 2017 o oitavo ano consecutivo de ganhos desde 2009, quase que duplicando a sua cotação verificada em Dezembro de 2009.

Contudo, o alongado horizonte temporal do Fundo e o seu quadro institucional, dever-nos-ão permitir enfrentar as oscilações dos mercados de uma forma racional e até beneficiar dos episódios de descidas de preços, que regularmente se manifestam nos mercados.



Evolução recente da economia nacional

Capitulo 02

2.1.	Sector Real	36
2.2.	Finanças Públicas	42
2.3.	Sector Monetário e Cambial	49
2.4.	Sector Externo	57
2.5.	Balança de Pagamentos	60
2.6.	Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste	67





A última publicação das Contas Nacionais de Timor-Leste, cuja foi divulgado pela a Direcção-Geral de Estatística (DGE) em Janeiro de 2018, verificou-se que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) em 2016 foi de 5.3%, em termos reais, uma aceleração de 1.3% relativamente a 2015.

A DGE calculou um crescimento do PIB não petrolífero de 5,3% para 2016.

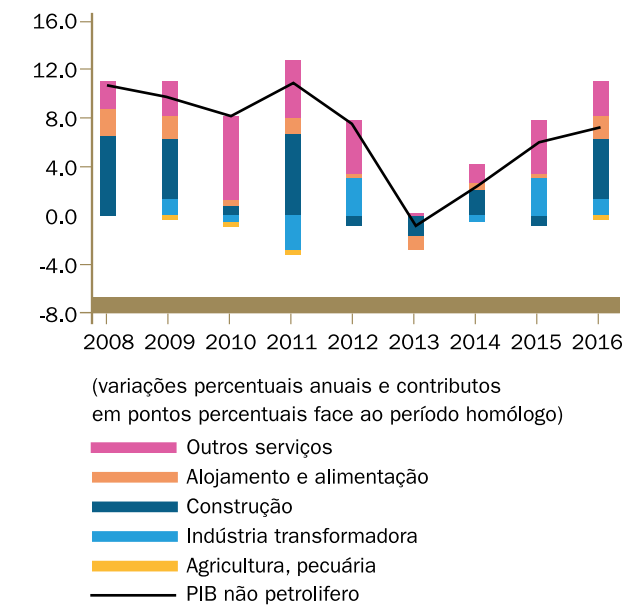
Sector Real

2.1.1. Produção, Despesa e Actividade Económicas

De acordo com esta publicação, o acréscimo do PIB decorreu maioritariamente da aceleração das actividades relacionadas com a construção e serviços da administração pública, que, com um peso combinado de 42% no PIB de 2016 (41,0% em 2015), registaram uma contribuição para o aumento do PIB de 2,8%. Pelo contrário, a contribuição combinada dos sectores da agricultura, indústria transformadora, tecnologias de informação e comunicação, alojamento e outras actividades de serviços inclui serviços financeiros, registaram um contributo de 3,2% para o crescimento do PIB, sendo, em conjunto, responsáveis por 58% do produto total (59% em 2015).

Gráfico 2.1.a

TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção



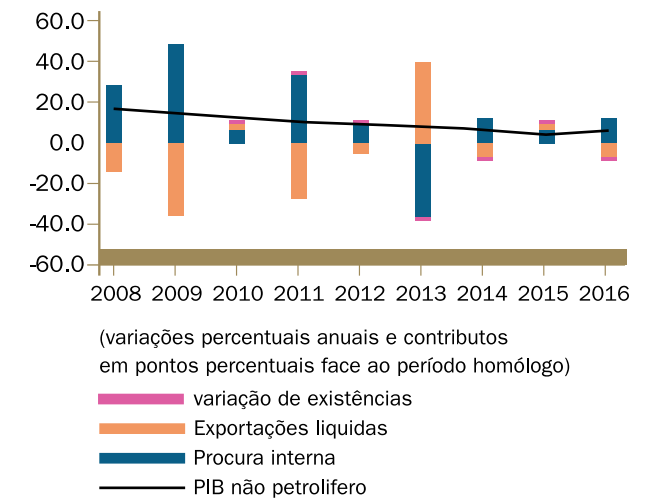
Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

A procura interna volta a crescer novamente em 2016, devida à subida do consumo privado e investimento públicos e privado

o sector da administração pública em 2016 manteve a sua posição dominante na economia doméstica.

Gráfico 2.1.b

TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa



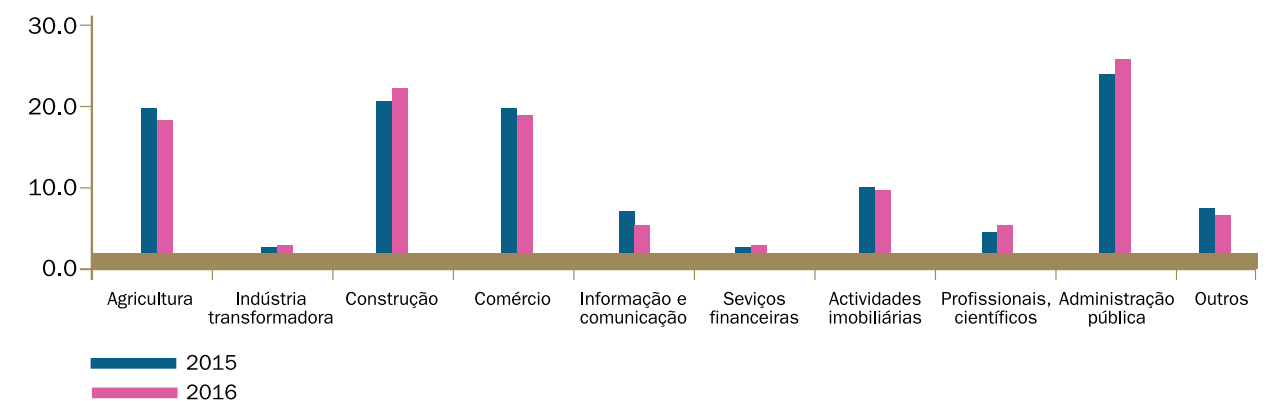
Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Os contributos para o crescimento do PIB, na óptica da despesa, podem ser observados no gráfico 1.b. A procura interna, depois de ter registrado um abrandamento significativa em 2015, voltou a crescer novamente em 2016. O aumento da procura interna foi principalmente devido à subida do consumo privado, do investimento públicos e privado bem como da importação, que registaram acréscimos da ordem dos 6,0%, 18,3% e 7,2%, e 8,2%, respectivamente. Enquanto o consumo público registou um decréscimo de 0,2%.

Note-se que, em termos sectoriais, segundo o gráfico 2.2, a administração pública manteve a sua posição dominante na economia em 2016, ao ser responsável por 24,2% do total do PIB, seguido pelos sectores do comércio (18,3%), construção (17,3%), que é também bastante dependente dos níveis de investimento público, agricultura (16,9%, cuja importância no PIB continuou a descer), actividades imobiliárias (11%), e indústria transformadora e serviços financeiros, cujo apenas representa 1,3% e 1,2% respectivamente.

Gráfico 2.2

TL: Estrutura do PIB por sectores (%)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

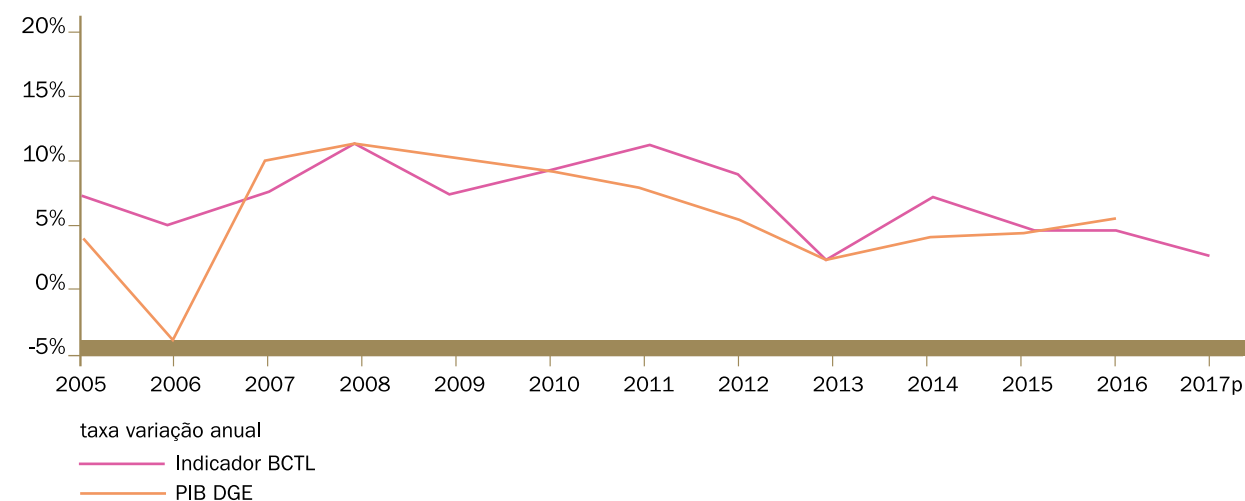
O Governo, estima, no OGE 2017, uma taxa de crescimento de 5,4% e 3,9% para 2016 e 2017

O Governo, na sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017 (referimos ao OGE de 2017 pelo facto de que ainda não existe o programa e OGE para 2018), estima uma aceleração do PIB para 2016 de 5,4%, e um novo abrandamento para 3,9% em 2017 (OGE17 - Livro 1, pg. 18).

Note-se também que, seja as estimativas das Contas Nacionais anuais têm demorado cerca de 2 anos até serem divulgadas publicamente – no início de 2018, apenas existiam dados oficiais para 2016 – no entanto houve algum progresso, publicado mais cedo do que previamente. O BCTL, ao suportar o seu análise, desenvolveu e utilizava um indicador de actividade económica que lhe permite calcular de um modo simplista, mas em tempo útil, a evolução da economia doméstica. Este indicador utiliza toda a informação disponível relativa a um conjunto de sectores da economia nacional – importações, despesas públicas (despesa total e de capital desenvolvimento, sector financeiro e receitas doméstica – para calcular uma média simples das variações anuais de um conjunto de componentes relevantes extraído dessa base de dados. Com efeito, este indicador não pretende substituir os dados relativos às contas nacionais, mas antes complementar e permitir medir o comportamento da economia doméstica de uma forma atempada e relevante para a discussão e formação de políticas económicas adequadas.

Conforme se evidencia no gráfico 2.3, o indicador do BCTL permite-nos calcular taxas de crescimento anuais da economia para 2017.

Gráfico 2.3
Crescimento do PIB real e Indicador Económico

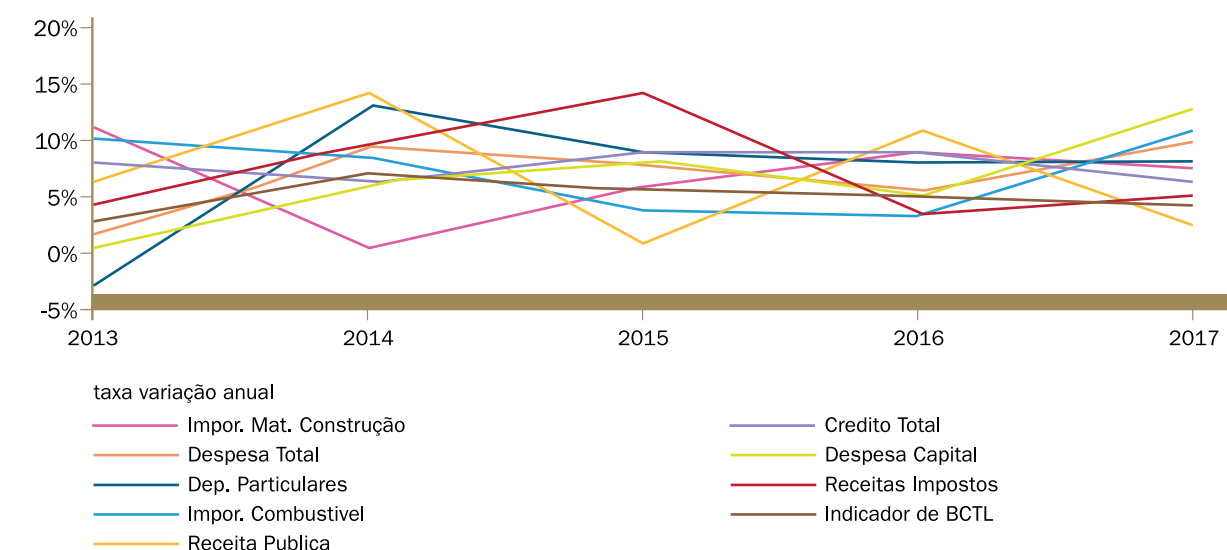


Fonte: DGE, Ministério das Finanças e BCTL

De acordo com o indicador do BCTL, a economia doméstica parece ter desacelerado em termos de crescimento em 2017, para 3,5%, face ao crescimento de 4,4% (5,3% das Contas Nacionais do DGE) registado em 2016. Será ainda de notar que o comportamento da economia em 2017, medido pelo nosso indicador, se encontra em linha com as previsões do Ministério das Finanças (3,9 – OGE 2017) e do FMI (Art. IV, Outubro 2017), embora a previsão do FMI para 2017 seja ligeiramente inferior (3%), face ao valor apurado pelo nosso indicador de actividade (3,5%).

No sentido de melhor perceber a evolução da economia não petrolífera nacional, apresentamos ainda em baixo o desempenho dos vários componentes do indicador de actividade, que nos fornecem uma indicação da evolução económica dos sectores domésticos mais relevantes (e para os quais existem actualmente dados), como as importações, as despesas públicas e o sector financeiro, bem como as receitas domésticas. O gráfico 2.4 apresenta a taxa de crescimento de cada sub-indicador, normalizada em termos da taxa média de crescimento da economia/PIB não petrolífero.

Gráfico 2.4
Indicador de Actividade Económico



Fonte: DGE, Ministério das Finanças e BCTL

Conforme se pode constatar, a desaceleração do crescimento em 2017 (linha a preto) deve-se a uma descida do ritmo de expansão dos componentes do indicador nos mesmos anos, com a excepção das actividades das importações de combustíveis materiais de construção, crédito e receitas de impostos. Será ainda de destacar que, apesar da descida dos vários componentes, assistiu-se apenas a um ritmo global de abrandamento ligeiramente em 2017 (3,5%).

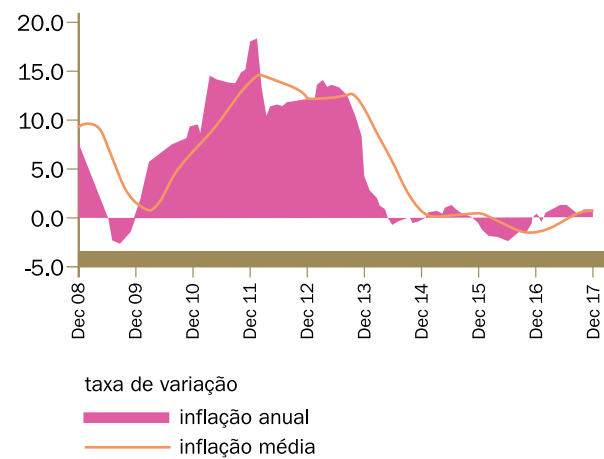
Todavia, não obstante a manutenção de taxas de crescimento positivas entre 2013 e 2017, com um crescimento de 4%, em média, a economia doméstica registou um abrandamento substancial face aos ritmos de expansão verificados entre 2008 e 2012 (com taxas médias de 8% por ano). Se bem que parte desta desaceleração tenha resultado do abrandamento do ritmo de aumento da Despesa Pública, resultando positivamente na estabilização das pressões inflacionistas domésticas, a evolução económica dos últimos 5 anos revela também que a nossa economia continua altamente dependente das políticas e programas de despesa pública, continuando a adiar-se a concretização de um processo de desenvolvimento e de investimento liderado pelo sector privado.

Continuamos a destacar de que, o “arranque” do sector produtivo nacional é hoje particularmente necessário e completamente importante para fazer face aos desafios crescentes em termos da criação de emprego para a nossa jovem população e preparar o país para um cenário, a prazo, de necessidade de implementar uma redução do nível de despesa e de investimentos públicos, perante a redução substancial das futuras receitas petrolíferas e/ou dos rendimentos acumulados no Fundo Petrolífero.

2.1.2. Preços e inflação

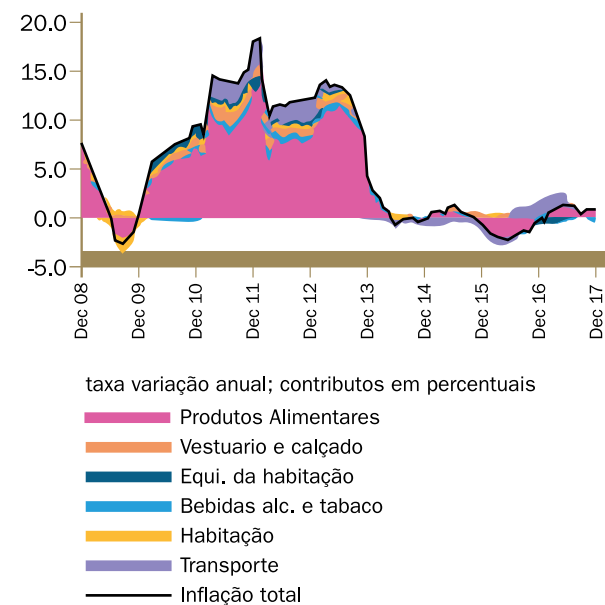
A inflação anual na cidade de Dili, segundo a DGE, situou-se nos 0,6% em Dezembro de 2017, correspondente a uma subida de cerca de 0,5 pp face aos 0,1%, verificados no mesmo período de 2016. Durante o ano de 2017, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, recuperou ao sinal positivo, em comparação com a taxa negativa durante o ano de 2016. Pode-se verificar, em termos de médias anuais, os dados do IPC de Dili revelam que a taxa de inflação anual se situou em -1,6%, e 0,6% em 2016 e 2017, respectivamente.

Gráfico 2.5
TL Inflação (Dili)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Gráfico 2.6
TL Inflação (Dili)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

O quadro 1 mostra as seguintes tendências ao nível da decomposição do IPC por grandes grupos de bens/serviços:

- Produtos alimentares – continua dominando o cabaz do IPC, com um peso de 64,3%, registaram um aumento de preços de 0,7% (0,3% em 2016), contribuindo com 0,5% para a inflação anual em Dezembro de 2017.

- Produtos não alimentares – com um crescimento anual de 0,3% nos preços (-4,2% em 2016), contribuíram com 0,09 pp para empurrar a subida da inflação total em Dezembro de 2017.

O aumento da inflação deveu-se à subida da inflação externa..

O aumento ligeiro da inflação em 2017 em parte a dever-se, maioritariamente, à subida da inflação externa, apesar da relativa estabilidade das moedas dos parceiros económicos de Timor-Leste face ao dolar, e da subida dos preços internacionais das “commodities”. No entanto, estes subida dos preços foi anulado com a depreciação das divisas regionais, resultou, assim, na diminuição do preço dos bens importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico doméstico nos últimos anos, quando comparadas com elevadíssimo crescimento verificado entre 2008 e 2012, conseqüentemente, apenas um aumento suave na inflação doméstica.

Quadro 2.1. Produtos com maior variação anual (%) - Dili

Classes de Produtos	Dez 16	Mar 17	Jun 17	Set 17	Dez 17
Produtos Alimentares	0.29	1.36	1.55	0.39	0.67
Bebidas alc. e tabaco	4.01	1.45	0.50	0.17	-0.59
Vestuário e calçado	0.94	0.00	0.00	0.37	0.47
Habitação	-1.94	-2.04	-0.49	-0.30	0.59
Equi. da habitação	-6.61	-3.90	-1.35	1.06	2.15
Saúde	2.13	2.13	0.00	0.00	0.00
Transporte	16.69	20.02	19.89	0.00	0.00
Comunicação	-9.18	-9.18	-8.56	0.27	1.23
Rec. & culto.	-26.86	-28.51	-28.51	-1.99	-0.63
Educação	-16.82	-20.00	-20.00	-1.62	-0.92
Inflação total	0.10	0.58	1.08	0.29	0.58

Fonte: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL



A política do governo em assegurar o nível prudente de despesa pública através da manutenção do volume geral do orçamento e da revisão dos programas existente, resulta na redução do OGE para 2017.

O Governo, previa o seu OGE para 2017 uma cobrança da receita interna da ordem de 206 milhões de USD....

Finanças Públicas

2.2.1. Programa Orçamental Para 2017

O Governo, previa, no seu orçamento geral do estado para 2017, conforme foi inscrito no quadro 2.2, uma previsão de cobrança de receitas internas da ordem dos 206 milhões de USD. Este valor resulta num crescimento esperado da receita total de 20,4%, dos quais 149 milhões de USD correspondiam a receitas fiscais, ou 72,4% do total da receita, traduzindo-se num aumento nominal de 28,3% deste tipo de receita relativamente a 2016 (ou 33 milhões de USD).

...e foi aprovado um valor de 1,387 milhões de USD para a sua despesa total em 2017.

Em termos da despesa, o montante global orçamentado para 2017, aprovado pelo Parlamento Nacional, foi de 1.387 milhões de USD, dos quais 1.037 milhões de USD se destinavam ao funcionamento da despesa corrente e 349 milhões de USD ao financiamento do capital de desenvolvimento (incluindo empréstimos externos), representando uma variação nominal de -7,3% e -58,1% respectivamente em relação à 2016.

Quadro 2.2. Orçamento do Estado e Execução

Rubricas	2016		2017		Taxa de variação			Taxa de Execução 2017
	Realizado	Orçamentado	Realizado	Orçamentado	2016	2017	Realizado	
					Realizado	Orçamentado	Realizado	
Receitas Totais	212	206	203	0.6	9.1	20.4	-4.0	98.4
Receitas Fiscais	142	149	127	-7.3	18.2	28.3	-10.0	85.4
Receitas Não Fiscais	46	52	48	23.7	5.0	12.6	4.2	92.4
Receitas Retenção de Agências	8	5	6	16.7	19.5	-43.4	-27.8	113.1
Outros Passivos de Longo Prazo	16	0	22		-32.0		35.9	
Despesas Totais	1718	1387	1225	24.4	28.2	-29.0	-28.7	88.3
Despesa corrente	1069	1037	961	-4.7	0.1	-7.3	-10.0	92.7
Capital Dez. (inc. Empréstimo)	650	349	264	110.5	100.8	-58.1	-59.4	75.5
Saldo Global antes Donativos	-1507	-1181	-1022	27.3	31.4	-33.7	-32.2	86.6
Donativos	160	157	153	-35.4	-28.3	9.2	-4.3	97.6
Saldo Global após Donativos	-1347	-1024	-869	39.1	45.9	-37.5	-35.5	84.9
Financiamento	1705	1181	1103	-0.6	45.7	-15.1	-35.3	93.4
RSE	545	482	482	-14.7	-14.7	-11.6	11.5	100.1
Excesso retiradas do Fundo Pet.	1130	597	597	7.3	76.5	-19.2	-47.2	100.0
Uso do saldo de caixa	0	0						
Empréstimo	30	102	24	52.9	26.9	-4.9	-21.2	23.4

Fonte: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

2.2.2. Execução do OGE em 2017

2.2.2.1. Receitas

Uma das principais prioridades do Governo é reduzir a dependência do País ao fundo petrolífero. Os esforços na constituição das receitas domésticas permanecem fundamentais nas discussões e planeamento no orçamento do governo. No livro de OGE para 2017, por exemplo, o governo descreve esta política de reforma tributária para melhorar e aumentar as receitas domésticas, oriundo dos recursos não petrolífero.

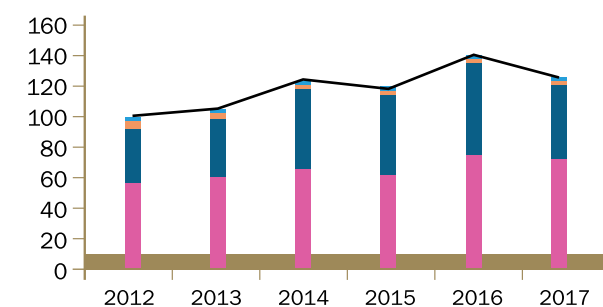
As receitas domésticas recebidas em 2017 atingiram os 203 milhões de USD, (-4% em termos anuais).

Note-se que, em linha com a expansão da economia nacional, as receitas domésticas têm subido significativamente nos últimos anos, excepto em 2017, com o abrandamento da economia, as receitas actualmente recebidas foram ligeiramente reduzidas. As receitas domésticas recebidas em 2017 atingiram os 203 milhões de USD, com uma redução nominal de 4%, o que reflectiu, principalmente, as descidas de: (i) 14 milhões de USD na componente fiscal, que passaram de 141,6 milhões de USD em 2016 para 127,5 milhões de USD em 2017; (ii) 2 milhões de USD das receitas de instituições autónomas do estado, passando de 8 milhões de USD em 2016 para 6 milhões de USD em 2017. Porém, o impacto da redução das receitas acima referido, foi contrariado pelo aumento de fundos oriundos de receitas não fiscais (principalmente de taxas/"fees" e taxas de serviços) de 2 milhões de USD, de 46 milhões de USD em 2016 para 48 milhões de USD em 2017, e dos empréstimos de longo prazo de 6 milhões de USD, de 16 milhões de USD em 2016, para 22 milhões de USD em 2017.

O gráfico 2.7 evidencia as variações da receita total dos impostos e das suas principais componentes, designadamente, os impostos que incidem sobre o rendimento das pessoas e empresas e os impostos cobrados sobre a importação de mercadorias.

Gráfico 2.7

TL - Evolução das Receitas Fiscais



em milhões de USD

- Impostos s/mercadorias
- Taxa de serviço
- Impostos s/rendimento
- Outros impostos
- Total

Fontes: TL Portal de Transparencia e análise do BCTL

2.2.2.2. Despesa

O governo manteve um desempenho quase semelhante à de 2016, ao nível da execução da despesa, tendo gasto 88,3% do OGE. O montante efectivamente gasto foi inferior ao de 2016, avaliando-se em 1.225 milhões de USD, resultando numa redução nominal anual de 28,7%. Este redução deveu-se ao decréscimo substancial do próprio OGE para 2017 em 29%, principalmente do investimento público, de 58,1% relativamente à 2016, passando de 833 milhões de USD em 2016 (inclui o orçamento rectificativo) para 349 milhões de USD em 2017.

Despesa Corrente

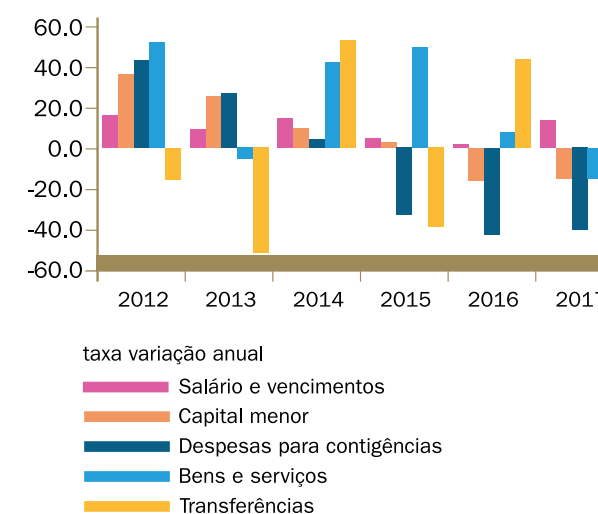
A despesa efectivamente executada avaliou-se em 1.225 milhões de USD, correspondendo a uma taxa de execução global do OGE de 88,3%.

A redução substancial da despesa pública global, foi como consequência também da descida do nível de despesa corrente, registou um decréscimo nominal de 10,% em 2017. Note-se que as despesas correntes continuaram a ser o principal componente dos gastos públicos, ao registarem 961 milhões de USD, ou cerca de 78,5% da despesa total em 2017, depois de ter registado 1.069 milhões de USD em 2016 ou 62,2% da despesa total.

O gráfico 2.8 apresenta a evolução da taxa de crescimento das principais componentes da despesa corrente. A execução é calculada como a soma dos "pagamentos" e as "obrigações" assumidas para cada categoria.

Gráfico 2.8

TL Evolução das Despesas Correntes



Fontes: TL Portal de Transparencia e análise do BCTL

As transferências e subsídios continuam a ocupar a maior posição em termos das despesas correntes (41,7%,) em 2017

Os gastos correspondentes a transferências (sobretudo subsídios pessoais e institucionais) continuam a ocupar a posição de maior componente dentro das despesas correntes (41,7%) em 2017, depois de ter ultrapassado a despesa em bens e serviços em 2016. Bens e serviços, por sua vez, ocuparam segundo lugar ou cerca de 35,5%, seguido dos salários e vencimentos (20,4%). Note-se ainda que, dentro de componente das transferências públicas, inclui a alocação do orçamento para o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (171,9 milhões de USD), integrada no projeto da Zona Especial de Economia Social de Mercado – ZEESM, dos quais regista uma descida nominal de 21,1% relativamente à 2016, representando 42,9% do total de transferências efectuadas em 2017. Por outro lado, o orçamento alocado ao programa de apoio social, incluindo subsídios a ex-combatentes de libertação nacional atingiu 23,6% do total orçamento para a categoria de transferências, ou 7,7% do total do OGE, tendo reduzido cerca de 3,2% face ao ano de 2016, com uma taxa de execução de 92,8% face aos 97,8% de 2016.

Despesa de Capital e Desenvolvimento

As despesas em bens de capital foram orçadas em 349 milhões de USD....

O governo estimava no OGE de 2017 uma despesa global em bens de capital e de desenvolvimento no valor de 349 milhões de USD, dos quais se executaram apenas 264 milhões de USD, ao que corresponde uma taxa de execução de 75,5%.

.... dos quais, a maior parte, 99,5%, se destinava a infraestruturas. A taxa de execução desta categoria foi 75.1%.

A maior parte (99,5%) da despesa do capital e desenvolvimento foi alocada ao programa de construção de infraestruturas, tendo-se executado apenas 75,1% do plano orçamentado, com o programa respeitante a estradas a ser responsável pela maior fatia dentro das despesas de infraestruturas, 38,6% do total orçamentado, enquanto que, em termos de execução, o respectivo peso atingiu 70%, seguido de projetos de Tasi Mane e água e saneamento, com um peso de 19,3% e 9,2% do orçamentado e com uma taxa de execução de 100,5% e 1% respectivamente.

O quadro 2.3 sintetiza a informação sobre os programas existentes ao nível do Fundo das Infraestruturas (FI) de valor superior a 5 milhões de USD, incluindo a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2017.

Quadro 2.3. Detalhes do Orçamento de Infraestrutura (milhões USD)

Classes de Produtos	Orçamento	Obrigações	Real	Execução %
Total	1386,83	40,13	1184,78	88,3
Capital de Desenvolvimento	349,37	23,41	240,21	75,5
Infraestrutura	349,37	22,84	239,38	75,1
Estradas	135,0	0,3	1,9	1,6
Tasi Mane	67,6	-	-	0,0
Água e saneamento	32,2	0,2	0,3	1,6
Aeroportos	18,2	-	7,2	39,3
Programa de Empréstimos	15,2	0,2	0,0	1,4
Planos integrado de desenvolvimento distrital	14,7	0,3	6,8	47,8
Energia Eléctrica	12,4	-	0,0	0,3
Pontes	7,8	-	-	0,0
Programa de Manutenção e Reabilitação	7,1	0,2	5,0	73,2
Programa Sector das Finanças	7,0	-	-	0,0
Boa governança e gestão institucional	6,8	-	-	0,0
Desenvolvimento Rural e Urbano	5,5	0,1	12,2	221,3

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

... ou apenas 25,2% do total orçamento

O primeiro ponto relevante diz respeito à quase uma manutenção da taxa de execução do FI em 2017, de 75,1% face à taxa de 76,3%, registada em 2016. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta baixou para 68,5%, uma taxa praticamente idêntica (mas um pouco acima) à do ano anterior de 67,7%.

O segundo ponto a salientar é o facto de que, pese embora o orçamento de Estado alocado ao FI representar 25,2% do total da despesa orçamentada (42,6% do OGE de 2016), as despesas efectuadas foram de 21,4% do total executado, logo inferiores à importância das despesas efectuadas ao nível do FI em 2016 (37,1%).

2.2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O Governo previa para 2017 um valor de transferências do FP de 1.079 milhões de USD para o financiamento do OGE...

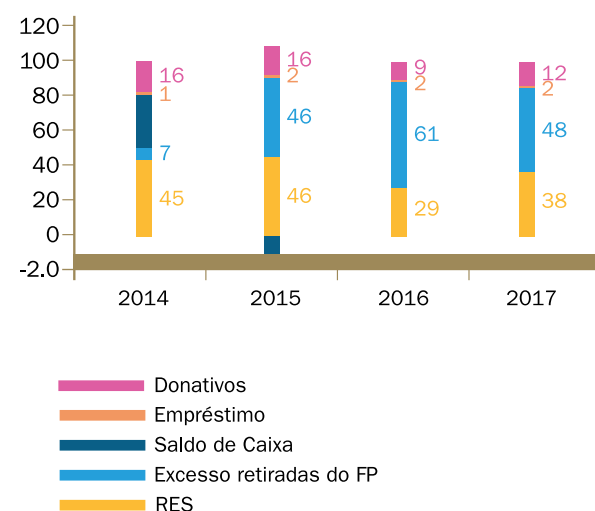
O Governo de Timor-Leste previa no seu programa orçamental para 2017, um défice global antes de doações de cerca de 1.181 milhões de USD, que seria financiado com recurso a: doações de 157 milhões de USD; empréstimos externos no valor de 102 milhões de USD; e transferências do Fundo Petrolífero (FP) no valor de 1.079 milhões de USD. No que se refere a fundos provenientes do FP, 482 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE) do FP e o saldo remanescente de 597 milhões de USD, a uma redução efectiva do capital do FP, dado que excede o respectivo RSE. Efectivamente, o

... dos quais apenas 482 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE)

défice global antes de doações fixou-se em 1.022 milhões de USD em 2017. Na sua execução orçamental o Governo recorreu-se às seguintes fontes para o financiamento do défice: (i) Doações no valor de 153 milhões de USD, (ii) Empréstimos Externos no valor de 24 milhões de USD, e transferências do FP no valor total de 1.079 milhões de USD.

Gráfiku 2.9

TL: Fontes de Financiamento do Déficit



Fontes: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

Em 2017 o excesso de levantamentos acima do RSE do FP foi muito maior, ascendendo a 38% do déficit público.

défice global antes de doações fixou-se em 1.022 milhões de USD em 2017. Na sua execução orçamental o Governo recorreu-se às seguintes fontes para o financiamento do défice: (i) Doações no valor de 153 milhões de USD, (ii) Empréstimos Externos no valor de 24 milhões de USD, e transferências do FP no valor total de 1.079 milhões de USD.

A análise da evolução do défice e da sua estrutura de financiamento mostra que a maior parte do défice foi financiado por transferências do FP. Nota-se de que, nos últimos três anos o efectivo da retirada do FP foi superior a 100% do défice, cerca de 111,5, 111,1% e 105,6 (em 2015, 2016 e 2017) respectivamente. Porém, em 2017, a redução do capital do FP (levantamento acima do RSE) tendo financiado 38% do défice de 2017, regista uma redução nominal de 47,2% ou de 533 milhões de USD face 2016.

Estas observações permitem constatar a continuidade da enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero, num valor que excede substancialmente o rendimento sustentável do Fundo.



A Base Monetária, que é uma das variáveis determinantes em termos de política monetária, aumentou em 2017 cerca de 82,7 milhões de USD (90,7%), dos quais, maior parte deste subida, 82,1 milhões de USD (99,3%) na forma de depósitos bancários em USD no BCTL

A Base Monetária aumentou em 2017 cerca de 82.7 milhões de USD (90.7%)

2.3

Sector Monetário e Cambial

2.3.1. Base Monetária (BM)

(principalmente relativos a contas da liquidação dos bancos junto do BCTL) e 0,6 milhões de USD na forma de numerário fora do banco central, cujo valor se estimava, no final de Dezembro de 2017, em 15,1 milhões de USD, regista um crescimento de 4,2% face 2016 (14,5 milhões de USD em 2016).

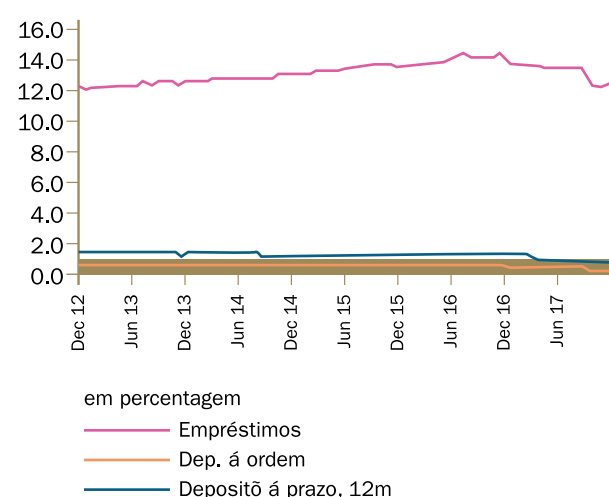
2.3.2. Taxas de Juro

Em 2017 a taxa de juro dos empréstimos bancários ao sector privado diminuiu em 2,02 pb para 12,5%.

O nível das taxas de juro médias ponderadas dos empréstimos continuam a ser relativamente elevadas, se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a convergir. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui o risco de credito de incumprimento dos devedores domésticos e o próprio risco do país.

GráfiKu 2.10

TL: Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos



Fonte: BCTL

As taxas de juro dos empréstimos bancários ao sector privado diminuíram em 2,02%, conforme se pode observar no gráfico 2.10, para 12,46 em Dezembro 2017. Em termos média anuais, as taxas de juros de empréstimos situou em 12,9%, contra 14,2% em 2016. Pelo contrário, a taxa média paga pelos depósitos aumentou-se, no mesmo periodo, em 0,30%, fixando-se nos 0,61%, o que fez com que o “spread” (diferencial) entre as taxas activas e passivas diminuisse em 0,46%, para 12,68% em Dezembro de 2017.

Quadro 2.4. Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais
(Em percentagem)

Periodo	Empréstimos + 6 meses Libor	Depósitos a Ordem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo				
				1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	
2016	Dez	14.46	0.54	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
2017	Jan	12.94	0.35	0.26	1.28	1.49	1.76	2.08
	Fev	12.94	0.35	0.26	1.26	1.47	1.72	2.04
	Mar	12.95	0.41	0.26	1.36	1.52	1.77	2.09
	Abr	12.95	0.41	0.26	1.41	1.55	1.76	2.07
	Mai	12.88	0.43	0.25	1.44	1.59	1.77	2.06
	Jun	12.85	0.41	0.26	1.56	1.63	1.77	2.04
	Jul	12.87	0.42	0.26	1.60	1.67	1.80	2.04
	Ago	12.88	0.41	0.26	1.61	1.68	1.79	2.04
	Set	12.86	0.35	0.26	1.56	1.63	1.74	1.99
	Out	12.88	0.35	0.26	1.56	1.66	1.80	2.04
	Nov	12.92	0.35	0.26	1.59	1.70	1.86	2.09
	Dez	13.09	0.30	0.27	1.62	1.72	1.85	2.08

Fonte: BCTL

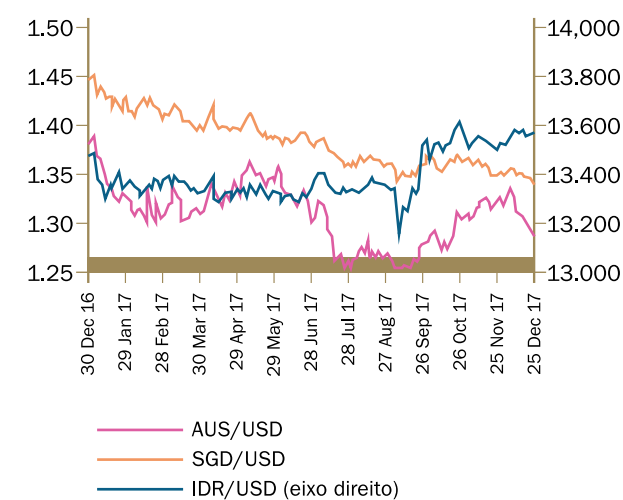
2.3.3. Taxa de Câmbio

O dólar norte americano continuou a apreciar-se em relação às principais moedas dos parceiros comerciais do país.

O dólar norte americano, a moeda oficial de Timor-Leste, registou uma ligeira depreciação face às divisas dos principais parceiros económicos ao longo do primeiro semestre de 2017, mas retomou a tendência de apreciação dos últimos segundo semestre do ano, conforme pode-se observar no gráfico 2.11. No conjunto do ano, o dólar apreciou-se em 0,7% face à rupia Indonésia, o principal parceiro de comércio de Timor-Leste. Ao contrário o que se passa com a rupia Indonésia, em média, o dolar norte americano desvalorizou-se face o dolar australiano por 2,9% durante o ano de 2017.

GráfiKu 2.11

TL: Taxas de Câmbio Nominais



Fonte: Bloomberg

Sendo o nosso país altamente dependente da importação de bens e serviços para satisfazer a procura doméstica, uma apreciação do dólar contribui para conter os preços de produtos importados e, por sua vez, estabilizar a inflação doméstica.

2.3.4. Massa Monetária

A compilação de estatística monetária e financeira permite analisar o desenvolvimento e mudanças no sistema monetário e financeiro do país.

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel vital no sentido de facilitar o crescimento económico e a redução da pobreza. A compilação e análise de estatísticas monetárias e financeiras permitem aferir o desenvolvimento e mudanças no sistema monetária e financeiro de um país. O Banco Central de Timor-Leste tem vindo a recolher e a compilar estas estatísticas com o objetivo de adquirir uma visão abrangente e detalhada dos sectores financeiros de Timor-Leste, a fim de apoiar o BCTL nas funções macro prudenciais e de condução da política monetária. Contudo e até à data, o BCTL ainda não dispõe de instrumentos de política monetária visto que o nosso país continua a utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano.

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária M2.

O saldo do M2 ascendeu a 822,9 milhões de USD no final de Dezembro de 2017 – um aumento de 89 milhões de USD (16,3%)

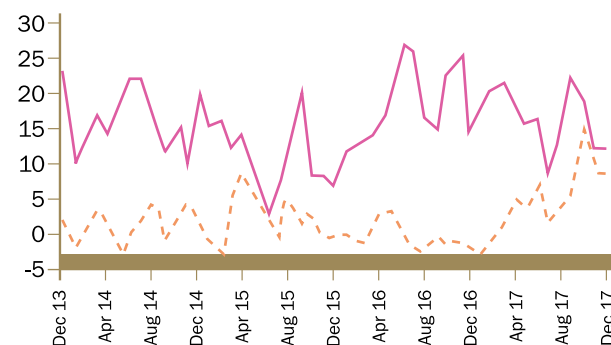
No gráfico 2.12 e 2.13, apresenta-se a evolução da massa monetária, o M2 aproximado para Timor-Leste, ao longo do período de 2013 a 2017. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exatidão o valor das notas e moedas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena e estável dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda - serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

O saldo do M2 assim calculado ascendia a 822,9 milhões de USD no final de Dezembro de 2017 – aumento de 89 milhões de USD (16,3%) em relação ao mesmo período de 2016, o que se deve, naturalmente, à confiança dos agentes económica a sua própria actividade económica doméstica, estimulada pela as políticas económica do governo. É ainda importante analisar a evolução das componentes da massa monetária, conforme se pode observar no gráfico 13, do qual se constata o seguinte:

- Os depósitos totais foram determinantes no aumento da massa monetária, com um fluxo de 88,4 milhões de USD (aumento de 12,3%), registaram um crescimento quase idêntica ao do ano anterior, de 89 milhões de USD (14,1%). Enquanto as notas e moedas em circulação cresceram apenas 0,61 milhões de USD (4,2%), inverso ao um crescimento de 19,4% observa em 2016;
- Em termos de denominação, a componente de depósitos em moeda nacional (USD) cresceu em 88,4 milhões de USD (12,3%) e os depósitos titulados em moeda estrangeira diminuíram em 8 mil USD (-1,7%).
- Quanto à sua titularidade por sector institucional, conforme se pode observar no gráfico 2.14, constata-se que 63,3% de depósitos são detidos por particulares (aumentarem em 0,9% face 2016) e 36,7% por empresas privadas.

Gráfiku 2.12

O crescimento do agregado monetário

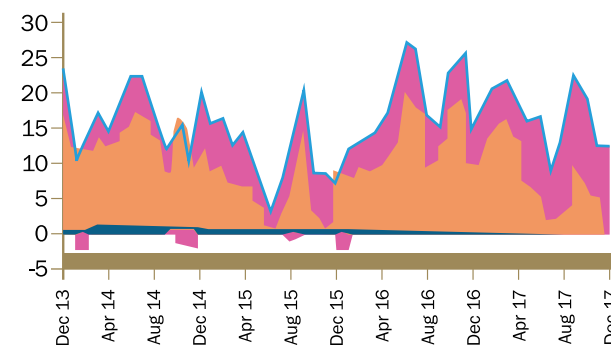


Taxa de variação homóloga, em percentagem
 — M2
 - - - Crédito ao setor privado

Fonte: BCTL

Gráfiku 2.13

M2 e os seus componentes



Taxa de variação homóloga; contributos em pontos percentuais

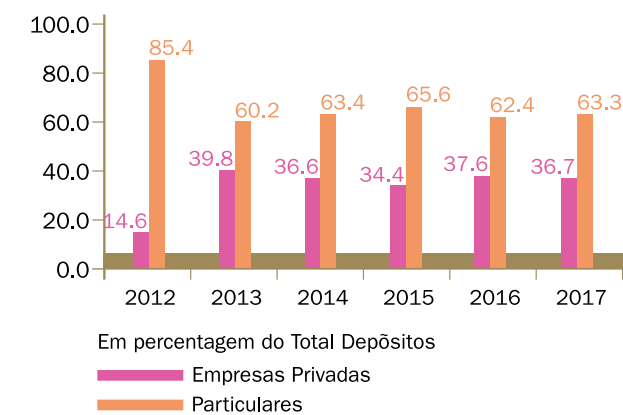
— Outros depósitos
 — Depósitos transferíveis
 — Moeda em circulação (centavos)
 — M2

Fonte: BCTL

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária agregada (o agregado M2,) que na maior parte dos países se usa como uma medida da disponibilidade de meios de pagamento, excepto a moeda em circulação. Como é habitual, a massa monetária em Timor-Leste é calculada pela soma da notas e moeda em circulação com os depósitos à ordem (que, como a parcela anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda” (os depósitos de poupança e prazo), valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para efectuar pagamentos.

Gráfiku 2.14

Peso dos Depósitos por Titularidade



Em percentagem do Total Depósitos
 — Empresas Privadas
 — Particulares

Fonte: BCTL

O endividamento do sector privado junto ao sistema bancário aumentou-se em 38.35 milhões de USD (21%)...

De acordo com o quadro 2.5 em baixo, a variação dos activos externos líquidos no valor de 158,8 milhões de USD foi a principal fonte de expansão monetária em 2017, a par do aumento dos outros responsáveis líquidos, no valor de 64,8 milhões de USD, os depósitos do governo de 56,6 milhões de USD, e o crédito a economia, no valor de 51,7 milhões de USD (aumento de 25%), uma expansão significativa na concessão de crédito durante os últimos anos.

Quadro 2.5. Principais factores de variação da Massa Monetária (M2)
Em milhões de USD

	Fluxo Anual 2016	Fluxo Anual 2017
Crédito à Economia	-3,909	51,661
Governo	-76,855	-56,616
Reclamações do BCTL	0,001	-0,001
Depósitos	76,856	56,615
Activos Externo Líquidos	76,165	158,796
Outros liq.	-96,103	64,846
M2	91,504	89,017

Fonte: BCTL

2.3.5. Crédito à Economia

Em 2017, o endividamento directo do sector privado junto do sistema bancário de Timor-Leste aumentou-se em 38,355 milhões de USD (21%), para um saldo de 220,9 milhões de USD, conforme se pode verificar no quadro 2.6.

Quadro 2.6. Evolução do Crédito à Economia

Em milhões de USD

Sector	Saldo		Variação		contributos em pontos percentuais	Peso (%)
	Dez 16	Dez 17	Nominal	%		
Agricultura, Água e Florestas	3.95	5.74	1.79	45.4	1.0	2.6
Indústria e fabricação	2.47	11.43	8.96	362.0	4.9	5.2
Construção	48.62	64.88	16.26	33.4	8.9	29.4
Transportes e Comunicação	2.07	3.39	1.32	63.7	0.7	1.5
Comércio e Finanças	32.98	44.20	11.23	34.0	6.2	20.0
Turismo e Serviço	17.72	27.75	10.03	56.6	5.5	12.6
Particulares	74.69	63.46	-11.23	-15.0	-6.2	28.7
Total	182.50	220.86	38.35	21.0	21.0	100.0

Fonte: Bancos Comerciais e análise de BCTL

A análise da evolução de crédito à economia em 2017 mostra que o aumento (variação nominal) mais expressiva ocorreu no sector da construção, cujo crédito se subiu em cerca de 16,3 milhões de USD (33,4%), seguido do comércio e finanças (11,2 milhões de USD ou 34%), turismo (10 milhões de USD ou 56,6%), e indústria (9 milhões de USD ou 362%), que, de fato, em termos de variação percentual, apresentou maior crescimento do que os outros setores no período. A agricultura e transporte, por sua vez, registaram um crescimento significativo, no entanto, com uma variação nominal muito reduzido, situa em 1,8 e 1,3 milhões de USD respectivamente. Porém, a diminuição do crédito ao sector individual amorteceu o aumento do total crédito no período, registando este sector uma descida de 11,2 milhões de USD (-15%) em 2017.

Os empréstimos de fraca qualidade tem vindo a reduzir-se nos últimos anos: representavam apenas 14% do crédito concedido no final de 2017

Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”. No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade reduziu-se nos últimos anos: para 14% do total de crédito concedido no final de 2017 face aos 27%, 23% e 15% em 2014, 2015 e 2016 respectivamente. Porém, as instituições bancárias continuam bastante robustas em termos da sua capacidade de fazer face a este tipo de créditos de fraca qualidade, visto que o valor das provisões para risco de crédito já constituídas é mais do que suficiente para cobrir estas perdas, ascendendo a 17% do crédito concedido no final de 2017.

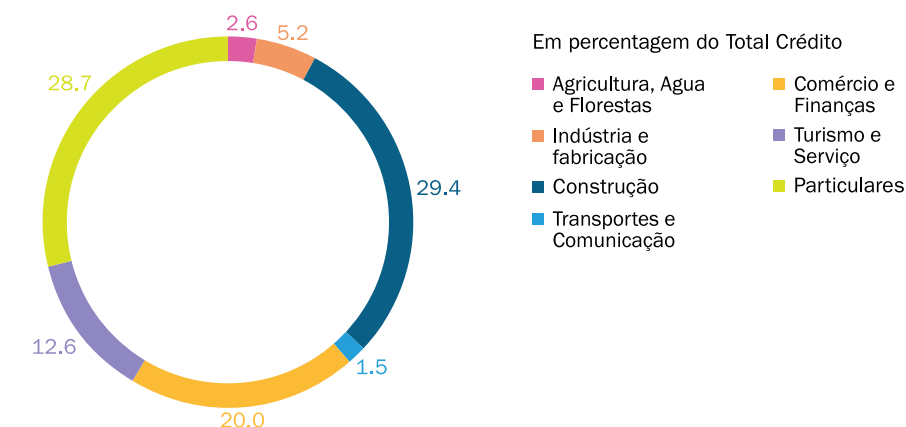
De facto, a dimensão substancial deste crédito de cobrança duvidosa tem sido um dos factores justificativos da dificuldade na expansão do crédito bancário em Timor-Leste. Assim sendo, o valor agregado do crédito tem-se mantido em níveis muito inferiores aos dos depósitos captados, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que tende a ser aplicada preferencialmente pela banca em depósitos no estrangeiro.

Os empréstimos a construção são a parcela mais importante do crédito bancário, com peso de 29,4 % do total.

Em termos de composição do crédito, os empréstimos a construção retoma a posição, com um peso de 29,4%, seguido pela particulares (28,7% do total), cujo foram os maiores parcela em 2016 (40,9%), e comércio e finanças (20%). Os sectores da agricultura e indústria, dois importantes sectores para o desenvolvimento económico do País, representam apenas 2,6% e 5,2% do total de empréstimos concedido.

Gráfiku 2.15

Crédito por Sector de Actividade - Dez 2017



Fonte: BCTL



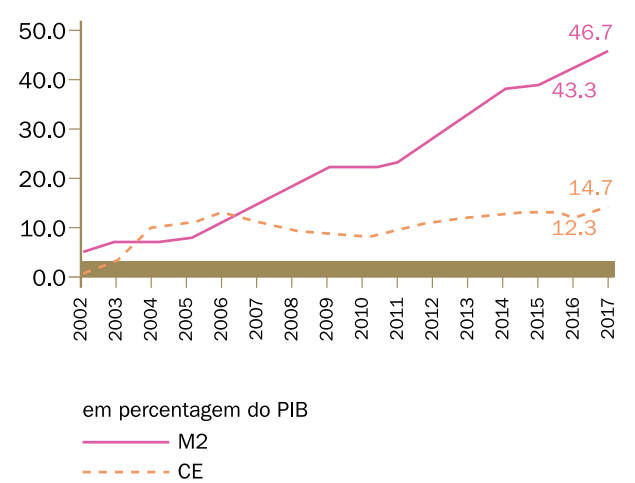
No final de 2017, o saldo das reservas internacionais líquidas fixou-se em 533 milhões de USD, correspondendo a uma subida de 263 milhões de USD no ano, depois da descida de 157 milhões de USD em 2016. Este saldo corresponde a 7 meses de cobertura de importação de bens e serviços (3 meses em 2016).



2.3.6. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

O grau de aprofundamento financeiro, também é conhecido por grau de monetização da economia, dos quais pode ser medido com recurso ao rácio do M2 sobre o PIB. Este rácio aumentou 3,4% em 2017, para 46,7%. Por outro lado, outro indicador que podia ser utilizado para a monitorização do grau de aprofundamento financeiro, é o rácio de crédito sobre o PIB, cujo situou-se em 14,7%, subiu 2,5% no mesmo período em análise.

Gráfico 2.16
O crescimento do agregado monetário



Fonte: DGE, MoF Livro 1 OGE 2017 e BCTL análise

Sector Externo

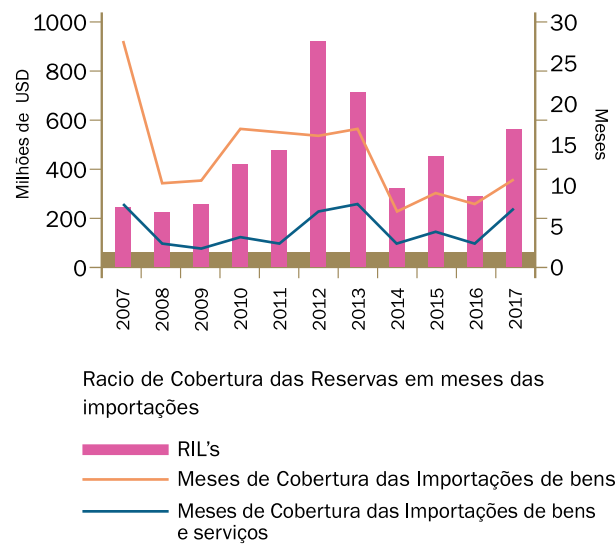
2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

O saldo das reservas internacionais líquidas, no final de 2017, registou uma subida de 263 milhões de USD.

As RIL correspondem a 7 meses de cobertura de importação de bens e serviços

O acréscimo das RIL do país em 2017 deveu-se, sobretudo, ao aumento de outros depósitos no montante de 249,7 milhões de USD, especialmente do investimento overnight, e de divisas/do saldo de caixa do BCTL (caixa forte e caixa de depósito bancário) no valor de 14,3 milhões de USD. Estas componentes, em conjunto com os diversos recebimentos e pagamentos ordenados pelo Estado e o levantamento de recursos do Fundo Petrolífero a favor da conta do Estado junto ao banco central (1,079 milhões de USD em 2017) determinaram a evolução das reservas internacionais do país.

Gráfico 2.17
Reservas Internacionais Líquidas



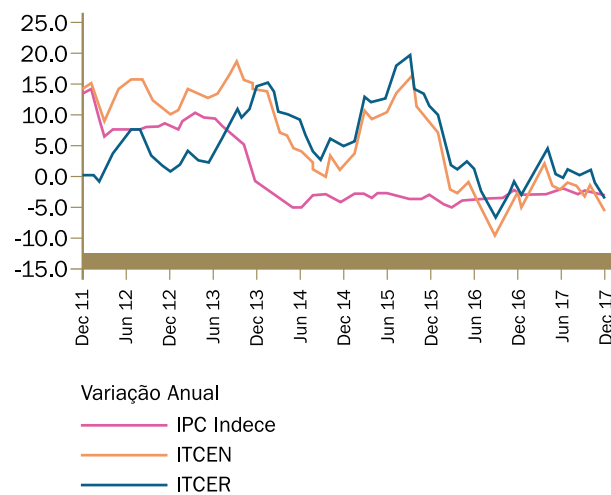
Fonte: DGE e BCTL

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O ITCER depreciou, em termos anuais, 2,7% em 2017

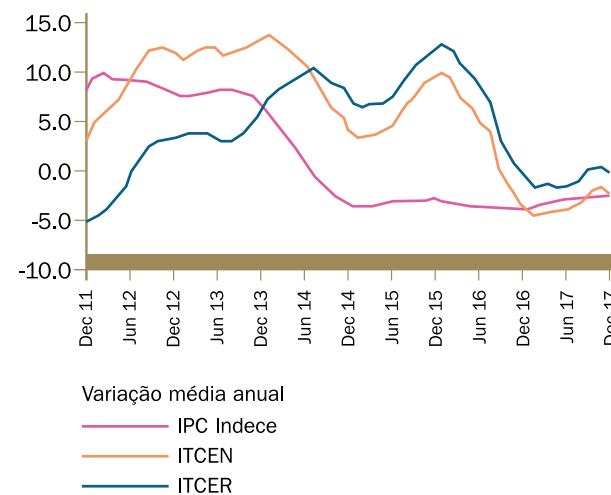
O Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – um indicador que é utilizado para a avaliação da competitividade do país em termos de produtos nacionais transaccionáveis – depreciou-se 2,7% (variação homólogo) em 2017, após uma depreciação de 0,7% em 2016 (gráfico 2.18). Quanto, em termos média anuais, o ITCER apreciou-se no final do ano em 0,5%, depois de ter registado uma ligeira apreciação de 0,3% no final do ano de 2016 (gráfico 2.19).

Gráfico 2.18
Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real



Fontes: Bloomberg e BCTL análise

Gráfico 2.19
Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real



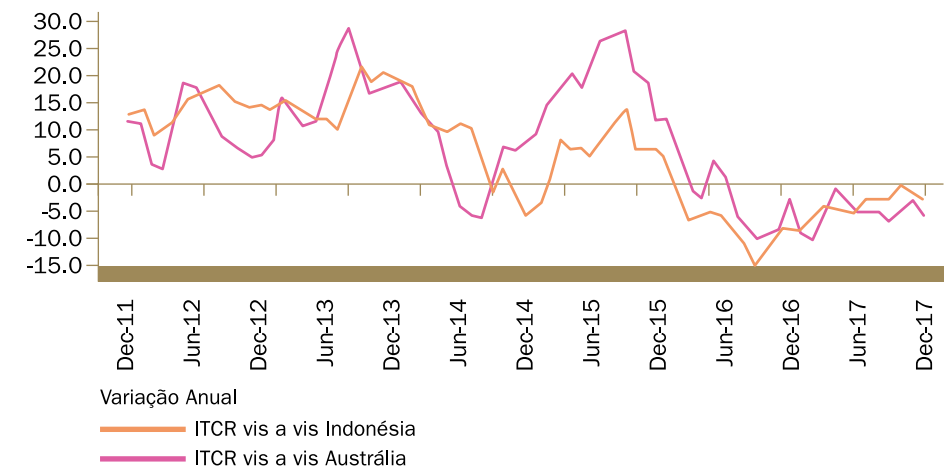
Fontes: Bloomberg e BCTL análise

Em termos bilaterais, face à moeda da Indonésia e Austrália, o ITCER depreciou, em 1,7% e 5% respectivamente

Esta evolução foi, por sua vez, determinada pela depreciação registada pelo Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) em 5% (variação homólogo), após uma depreciação de 2,4% em 2016.

Em termos bilaterais, especificamente face às divisas da Indonésia e Austrália, dois dos principais parceiros comércio do país que compõem o índice, registou-se uma depreciação real de 1,7% e 5% respectivamente, após uma depreciação de 5,9% e 2,6% em 2016 (gráfico 2.20).

Gráfico 20
Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real



Fonte: Bloomberg e BCTL análise

A exportação de café continua a ser a principal, e quase única, exportação do nosso país, Timor-Leste. Contudo, os preços internacionais continuam a ser o determinante mais forte do preço deste tipo de exportação, visto que os respectivos volumes exportados são fracamente influenciados pela evolução destas taxas de cambio efectivas. Contudo, uma vez que a nossa economia continua a ser altamente dependente das importações para satisfazer a procura agregada doméstica, a depreciação do TCER deverá traduzir-se no aumento dos preços dos bens importados no mercado nacional e, conseqüentemente, das respectivas aceleração inflacionistas. Em termos bilaterais, nota-se que, os preços dos bens importados da Indonésia é mais competitivo do que da Austrália.



O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a deteriorar-se em 2017, no entanto, mostrou um ligeiro redução do défice da conta corrente (que exclui outros rendimentos primários) de 64 milhões de USD para 705 milhões de USD, o equivalente a 40,1% do PIB de 2017 (projecção), menos 5,3% face a 2016. Adicionalmente, o défice conjunto das contas correntes e de capital em 2017, que determina a necessidade global líquida de financiamento externo da economia Timorense, diminuiu em 4,5%, para 38,1% do PIB.

O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a agravar-se em 2017

... reflectindo a deterioração do défice da conta corrente (que exclui outros rendimento primário) para 705 milhões de USD

2.5

Balança de Pagamentos

Naturalmente, e por uma questão de equilíbrio contabilístico, este elevado défice das contas corrente e de capital teve que ser financiado por um saldo equivalente, mas de sinal contrario, na conta financeira. Em termos de fontes de financiamento do défice externo salienta-se a importância dos recursos relativos a participações no capital e investimento directo estrangeiro, depósitos do sistema bancário aplicados no estrangeiro, e ao investimento público (do fundo petrolífero) no exterior. Contudo, a necessidade de fazer face aos pagamentos para o exterior durante 2017, resultaram na redução global das reservas internacionais do país para 263 milhões de USD (15% do PIB).

Quadro 2.7. Balança de Pagamentos

	Milhões de USD			% PIB	
	2016	2017	Var %	2016	2017
Conta Corrente exclui Outros Rendimento Primário	-769.2	-705.2	-8.3	-45.4	-40.1
Conta Corrente	-545.5	-283.5	-48.0	-32.2	-16.1
Conta de Bens	-546.5	-614.8	12.5	-32.3	-34.9
Conta de Serviços	-568.6	-342.8	-39.7	-33.6	-19.5
Conta de Rendimentos Primários	543.1	735.3	35.4	32.1	41.8
Conta de Rendimentos Secundários	26	61	-329.9	1.6	-3.5
Conta Capital	47	34	-28.2	2.8	1.9
Conta Financeira	485	475	-2.1	28.7	27.0
Investimento Directo	-7	7	-193.4	-0.4	0.4
Investimento de Carteira	690	340	-50.7	40.7	19.3
Outro Investimento	-197	128	-164.9	-11.7	7.3
Erros e Omissões Líquidos	-144	38	-126.2	-8.5	2.1
Saldo Global	-13	226	-1890.1	-0.7	12.8
Activos de Reserva	157	-263	-268.0	9.3	-15.0

Fonte: BCTL

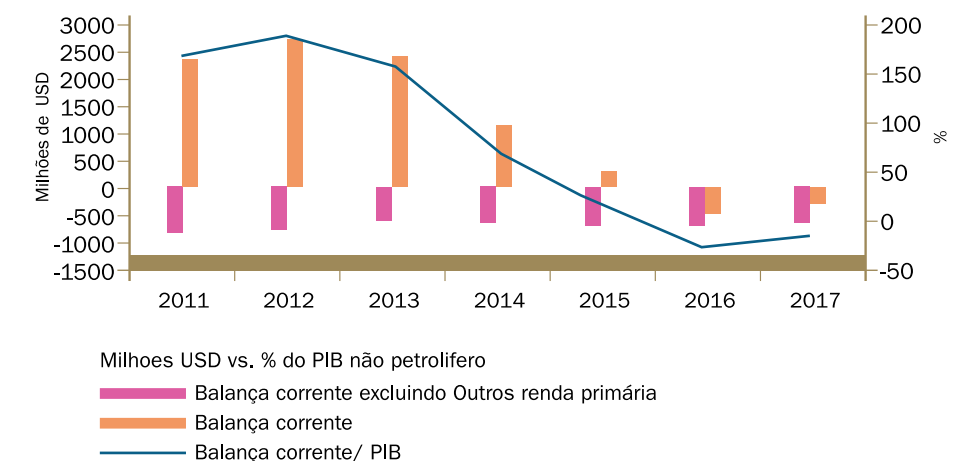
2.5.1. Conta Corrente

O aumento do rendimento do Mar de Timor e com a redução dos níveis de importações de serviços são os principais determinantes da diminuição do défice da conta corrente

Os dados relativos a transacções comerciais entre Timor-Leste e os seus parceiros em 2017, permitiram-nos apurar um défice corrente de 283 milhões de USD (incluindo outros rendimentos primários), ou cerca de -16% do PIB não petrolífero. Este saldo representa uma melhoria do défice em 48%, ou de 261 milhões de USD relativamente a 2016. O ligeiro aumento do rendimento dos recursos explorados no Mar de Timor (os impostos e royalties) em 2017, e com a redução dos níveis de importações de serviços são os determinantes principais da diminuição de défice da conta corrente da balança de pagamento de Timor-Leste em 2017. Contudo, a conta corrente (incluindo outros rendimentos primários - receitas petrolíferas) continua a registar-se um défice global em 2017.

Gráfico 2.21

TL BdP Conta Corrente

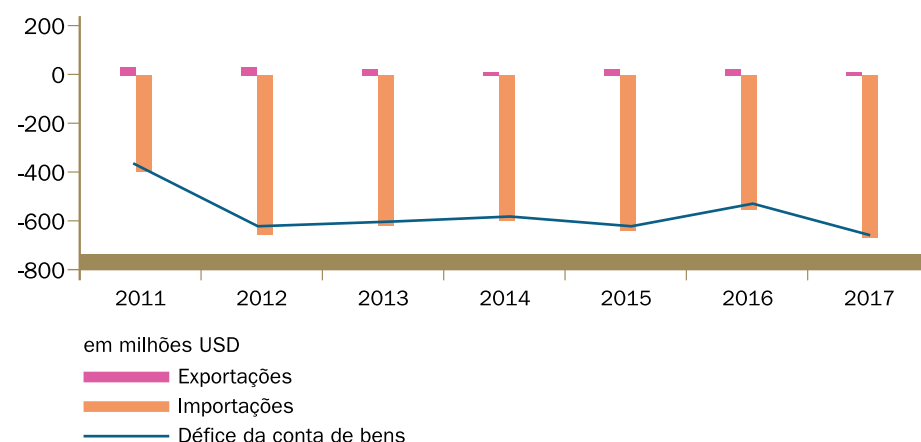


Fonte: BCTL

2.5.1.1. Conta de Bens

No ano em apreço o saldo devedor líquido da conta de bens foi de 615 milhões de USD, tendo deteriorado 12,5% em relação a 2016. Esta deteriorização foi explicada pelo uma diminuição de 16,7% das exportações para 17 milhões de USD, mas, sobretudo, pela aceleração das despesas com a importação de bens em 31,6% para 567,6 milhões de USD em 2017.

Gráfico 2.22
Conta Parcial de Bens



Fonte: BCTL

Exportações de Bens

Como é sabido, a quase única exportação do país — pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística — é o café. A exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita.

Quadro 2.8. Exportações por países

	Milhões de USD			% PIB	
	2016	2017	Var %	2016	2017
Estados Unidos de América	7.143	4.894	(31.5)	0.42	0.28
Indonésia	0.269	1.083	302.0	0.02	0.06
Portugal	0.283	0.937	231.0	0.02	0.05
Austrália	0.470	0.531	12.9	0.03	0.03
Alemanha	3.309	3.297	(0.4)	0.20	0.19
Taiwan	0.094	0.573	507.1	0.01	0.03
Japão	0.574	0.547	(4.7)	0.03	0.03
Outros	6.007	2.095	(65.1)	0.35	0.12
Total	18.149	13.955	(23.1)	1.07	0.79

Fonte: DGE e BCTL análise

O valor do café exportados em 2017 diminuiu 23,1% face a 2016, para 14 milhões de USD, o equivalente a 0,8% do PIB, (baixou 0,3%). O principal destino das nossas exportações de café durante o ano de 2017 continua a ser os E.U.A., que, com um peso de 35,1%, recebeu 4,9 milhões de USD deste produto (quadro 2.8), menos 31,5% em relação a 2016.

Importações de Bens

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo

Em 2017, registou-se um acréscimo das despesas com a importação de bens de 31,6% para 567,6 milhões USD.

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas mecânicas. Os bens energéticos representaram cerca de 19% do total de importações em 2017, tendo aumentado 42% para um sub-total de 120 milhões de USD.

Os cereais, que, por sua vez, representam apenas 5,4% do total das mercadorias importadas, registaram uma aceleração de 9,7% face o ano de 2016, após um aumento de 36% observado em 2016. O ligeiro aumento do valor de importações deste tipo de produto, em comparação com o do 2016, deveu-se à subida no preço dos mesmos cereais, embora com algumas depreciação das moedas dos parceiros comerciais em relação ao dólar.

A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro 2.9.

A China tem vindo a aumentar a sua importância em termos comerciais, representando 15,5% do total da importações em 2017

Quadro 2.9. Importações por países

	Milhões de USD			Peso	% PIB	
	2016	2017	Var %		2016	2017
Indonésia	136.78	179.28	31.1	31.6	8.1	10.2
China, República popular da	88.08	83.50	-5.2	14.7	5.2	4.7
Singapura	51.99	75.69	45.6	13.3	3.1	4.3
Hong Kong	52.17	59.22	13.5	10.4	3.1	3.4
Viet Nam	26.87	36.96	37.6	6.5	1.6	2.1
Thailândia	10.38	17.58	69.4	3.1	0.6	1.0
Austrália	11.48	13.55	18.1	2.4	0.7	0.8
Malaysia	10.91	15.74	44.2	2.8	0.6	0.9
Japão	5.74	10.95	90.9	1.9	0.3	0.6
Brasil	9.66	15.17	57.0	2.7	0.6	0.9
Portugal	8.41	6.42	-23.7	1.1	0.5	0.4
Korea, República da	8.94	5.56	-37.8	1.0	0.5	0.3
Outros	24.53	48.04	95.9	8.5	1.4	2.7
Total	445.91	567.65	27.3	100	26.3	32.2

Fonte: DGE e BCTL análise

Porém, a Indonésia tem-se mantido como principal parceiro comercial do país

A composição geográfica das importações de bens não tem sido estável nos últimos anos. Saliente-se, contudo, que a importância relativa China tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos últimos anos. Este país mantém a sua 2ª posição, cujo foi alcançado no ano passado, em termos da origem das mercadorias importadas, ultrapassou a Singapura, ocupa 14,7% do total de importações, equivalente a uma descida de 5,2% para 83,5 milhões de USD. A Indonésia, que se tem mantido como o principal parceiro comercial do país, alcançou um peso de 31,6% em 2017, com as importações originárias deste país tenham aumentado substancialmente em 2017 (31,1%).

Quadro 2.10. Importações por tipo de produtos

	Milhões de USD			Peso	% PIB	
	2016	2017	Var %		2016	2017
Cereais (10)	29.08	31.91	9.7	5.4	1.7	1.8
Petróleo (27)	84.72	120.29	42.0	20.5	5.0	6.8
Máquinas mecânicas (84)	44.43	42.06	-5.3	7.2	2.6	2.4
Máquinas Elétricas (85)	25.77	31.40	21.8	5.4	1.5	1.8
Veículos (87)	56.89	69.97	23.0	11.9	3.4	4.0
Outros	205.03	291.13	42.0	49.6	12.1	16.5
Total	445.91	586.77	31.6	100.0	26.3	33.3

Fontes: DGE e BCTL análise

Nota: 1 - o número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira

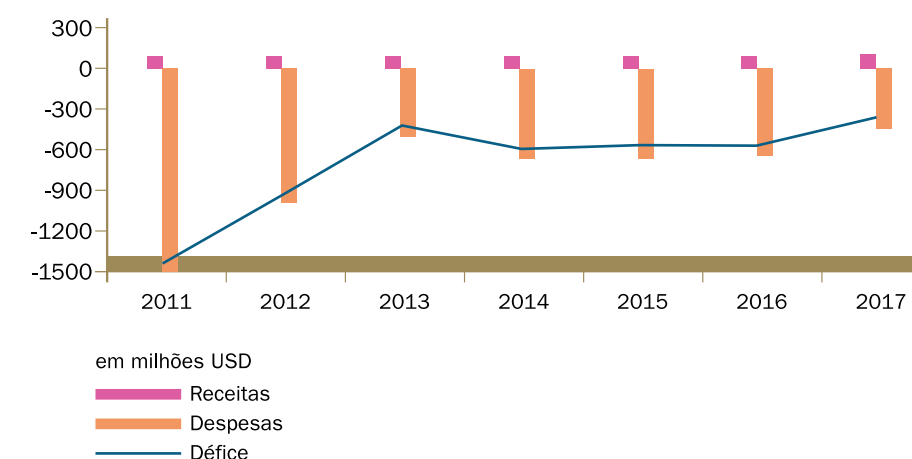
2.5.1.2. Conta de Serviços

Registou-se um saldo défice de 348 milhões de USD na conta de serviços em 2017.

Em 2017, registou-se um saldo défice de 348 milhões de USD para a conta de serviços, uma redução de cerca de 38,7%, equivalente a 220 milhões de USD quando comparado com o saldo de 2016. Segundo o gráfico 2.22, a redução foi liderada pelas exportações de serviços de (i) transporte, com uma melhoria de 42,7%, (ii) de viagem, com uma melhoria de 26,2%, (iii) e de outros serviços (incluindo serviços governamentais), com uma melhoria de 6,7%. Pelo contrario, o défice externo melhorou-se para os serviços de importações de construção em 67,3%, outros serviços de negócios em 26%, e de serviços governamentais em 34,4%.

Gráfico 2.23

TL Conta de Serviços



Fonte: BCTL

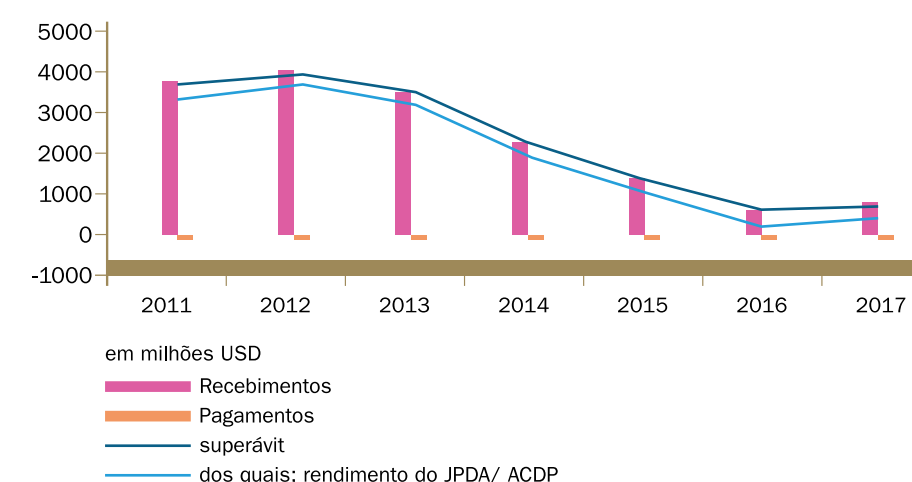
2.5.1.3. Conta de Rendimentos Primários

O ligeiro aumento dos rendimentos do fundo petrolífero resultou numa redução no défice do saldo global da balança de pagamentos de Timor-Leste

A subida dos preços do petróleo, em 2017, impulsionou um ligeiro aumento dos rendimentos do fundo petrolífero, as taxas e royalties recebidos da exploração petrolífera no Mar de Timor - a área conjunta de desenvolvimento do petróleo (JPDA) - e resultou num aumento ligeiro do saldo da conta de rendimentos primários em 2017. Este aumento resultou, por sua vez, na redução no défice do saldo global da balança de pagamentos de Timor-Leste. O gráfico 2.23 evidencia o aumento dos rendimentos da JPDA em 2017, que subiu 88,5% para 422 milhões de USD em 2017, em comparação com os 224 milhões de USD em 2016. O saldo da conta de rendimentos primários ascendeu a 24% do PIB não-petrolífero em 2017, face aos 13% de 2016.

Gráfico 2.24

TL Conta de Rendimentos Primários



Fonte: BCTL

2.5.1.4. Conta de Rendimentos Secundários

Os rendimentos secundários registaram uma saída líquida de recursos de 61 milhões de USD, em 2017, justificada pela redução dos desembolsos de doações para o apoio directo ao orçamento do estado de 35,2%, para 119 milhões de USD, e de uma desaceleração na saída líquida de remessas de trabalhadores de 12,7% para 263 milhões de USD (quadro 2.11).

Quadro 2.11. Remessas de Trabalhadores
Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Entrada	11	23	71	76	57	76	83
Saída	83	84	91	140	124	233	263

Fonte: BCTL

2.5.2. Fluxos Financeiros

A conta financeira registou uma saída líquida de fundos de 509 milhões de USD

No período em análise, a conta financeira, que inclui os fluxos relativos a fontes de financiamento externo da economia, registou uma saída líquida de fundos de 509 milhões de USD, cerca de 29% do PIB não-petrolífero, que corresponde a uma melhoria do défice da conta de 25 milhões de USD. A evolução da conta financeira continua a ser determinada pelos fluxos de investimento de carteira, que registou uma saída total de 340 milhões de USD (menos 350 milhões de USD do que em 2016). A redução da produção petrolífera no mar de Timor, seja com um aumento do preço do petróleo em 2017, em conjunto com os levantamentos de capital do fundo petrolífero para financiar o Orçamento do Estado, resultaram na manutenção da diminuição líquida dos activos externos do país em 2017, de facto regista uma ligeira melhoria. (quadro 2.11).

Quadro 2.12. Fontes de Financiamento
Em milhões de USD

	2016	2017
Conta de Operações Financeiras	485.48	475.24
Investimento directo em Timor-Leste	-7.19	6.72
Investimento de carteira	690.06	340.39
d/q. investimento do FP nos estrangeiros	690.06	340.39
Outro investimento, activos	-200.52	86.92
Outro investimento, passivos	3.13	41.22

Fonte: BCTL



O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário.

Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste

2.6.1. Estrutura Patrimonial

2.6.1.1. Evolução e Estrutura do Activo

Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2017, por um banco sediado em Timor-Leste — o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste — e quatro agências bancárias de quatro importantes

O sistema bancário continuou estável em 2017

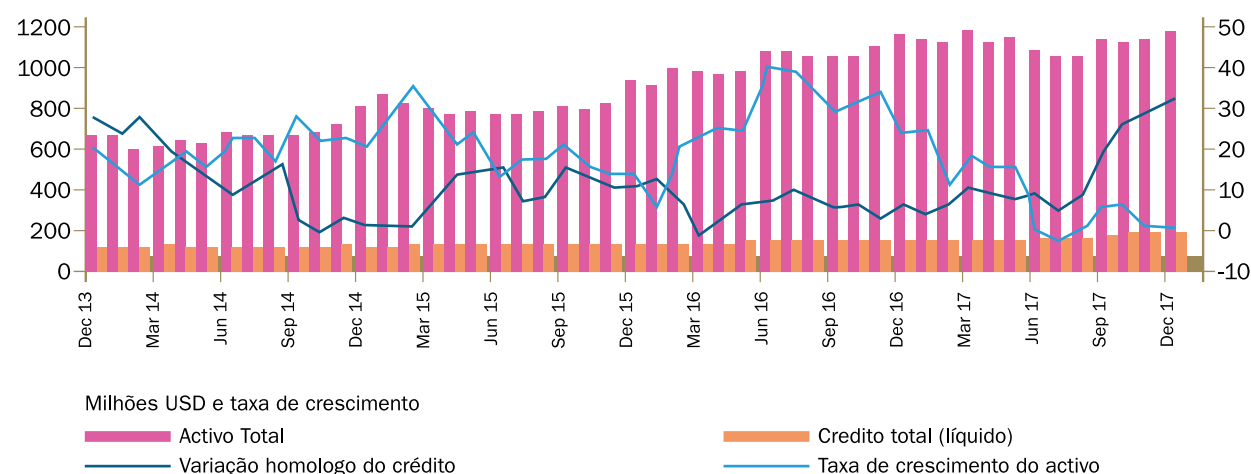
Os activos bancários aumentaram cerca de 1,8% face a 2016.

bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri e o BRI, o novo banco que foi concedida a licença de operação pelo o Banco Central no País em 2017).

O total de ativos do sistema bancário registou um crescimento de 1,8% em finais de 2017 (24% em 2016) para 1170 milhões de USD, tendo aumentado 21 milhões de USD em relação a 2016 (gráfico 24). Aquela evolução resultou, sobretudo, do aumento das aplicações efectuadas junto do Banco Central (54,1%), mas também do aumento do: crédito (líquido) (32,3%), dos activos tangíveis (31,6%) e dos outros activos (14,5%). Enquanto, a aplicação junto de outras instituições de crédito reduziu-se em -11,4%, e não houve aplicação nos investimentos durante o período.

Nota-se de que, a desaceleração da taxa de crescimento dos activos financeiros, em resultado da diminuição dos depósitos, principalmente, em boa parte, dos depósitos dos bancos comerciais em Timor-Leste aplicados noutras instituições de crédito no estrangeiro e/ou nas suas próprias sedes no estrangeiro.

Gráfico 2.25
Evolução do Activo

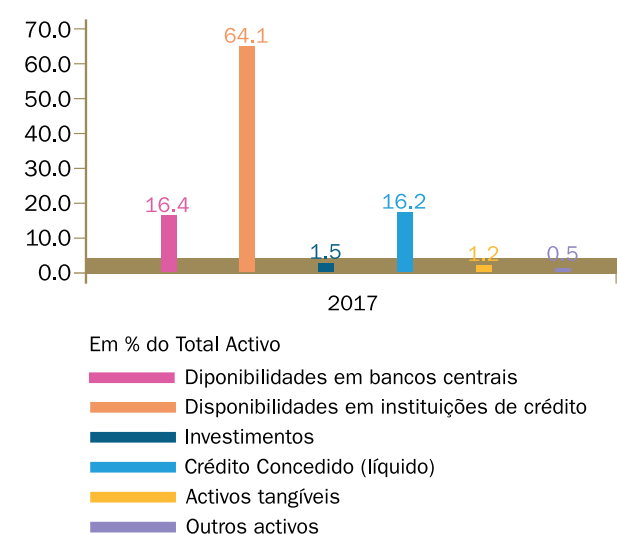


Fonte: BCTL

As aplicações efectuadas noutras instituições de crédito continuam a dominar os activos bancários.

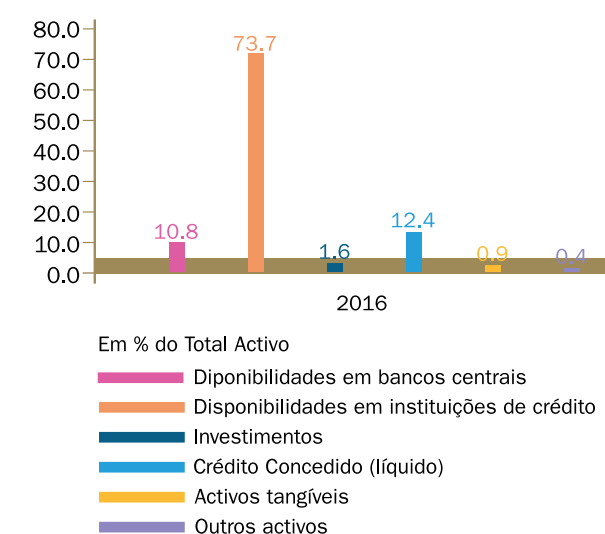
A aplicação de activos junto de outras instituições de crédito, apesar de diminuindo, no entanto continua a dominar a estrutura dos activos bancários, o seu peso voltando a diminuir, representa 64,1% do total dos activos (750 milhões de USD) em finais de 2017, contra os 73,7% (847 milhões de USD) registados em 2016 (gráfico 2.26).

Gráfico 2.26.a
Estura do Activo



Fonte: BCTL

Gráfico 2.26.b
Estura do Activo



Fonte: BCTL

Os depósitos junto do Banco Central passou a ocupar a segunda posição na estrutura de activo, por contrapartida dos créditos concedidos ao sector privado. Em Dezembro de 2017 o valor global das disponibilidades aplicadas no Banco Central de Timor-Leste ascendeu a 192 milhões de USD, o que corresponde a 16,4% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 54,1% face a Dezembro de 2016.

A carteira de créditos bancários (líquidos), passaram a ocupar a terceira posição, porem o seu peso do total dos activos em finais de 2017 aumentou em 16,2%, face aos 12,4% alcançados em finais de 2016.

Quadro 2.13. Estrutura dos Activos dos Bancos Comerciais
Em milhões de USD

	Dez 16	Dez 17	Peso	Variação	
				%	Valor
Diponibilidades em bancos centrais	124	192	16.4	54.1	67
Disponibilidades em instituições de crédito	847	750	64.1	-11.4	-97
Investimentos	18	18	1.5	0.0	0
Crédito Concedido (líquido)	143	189	16.2	32.3	46
Activos tangíveis	11	14	1.2	31.6	3
Outros activos	6	7	0.6	14.5	1
Total	1149	1170	100	1.8	21

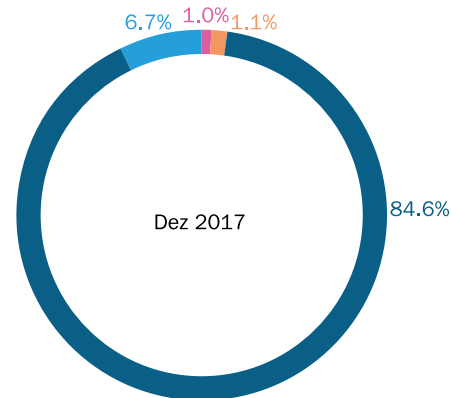
Fonte: BCTL

2.6.1.2. Passivo

A captação de depósitos continua a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, tendo registado um aumento do seu peso no passivo de 4,8% para 84,6% em Dezembro 2017 em comparação com 79,8% em Dezembro 2016 (gráfico 2.26). Em termos de variação nominal, os depósitos captados pelo sector bancário aumentaram 7,9% face Dezembro 2016.

Em 2017, os recursos obtidos do Banco Central registaram uma redução de 87,6%, em comparação com um crescimento de 22,1% registado em 2016, como o resultado, se tenha observado uma descida do seu peso no total do passivo, dos 7,9% de 2016 para 1% em Dezembro 2017. Por outro lado, os depósitos recebidos de outras instituições de crédito registaram um declínio de 54,6% em Dezembro 2017, face um aumento significativo de 141,6% registada em 2016.

Gráfico 2.27.a
Estrutura do Passivo Elegível



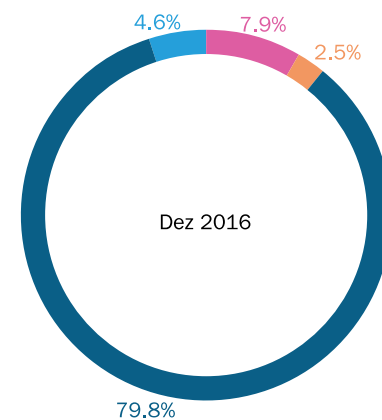
Em percentagem do Total Crédito

- Devido ao BCTL
- Depósitos
- Depósitos de outros bancos
- Outros

Fonte: BCTL

O crescimento dos depósitos à prazo ultrapassou as do depósitos à ordem durante 2017

Gráfico 2.27.b
Estrutura do Passivo Elegível



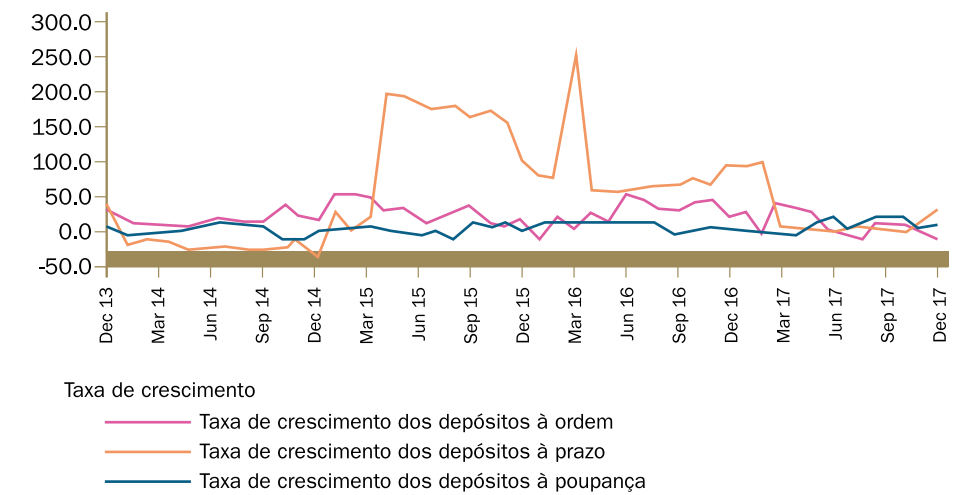
Em % do Total Passivo

- Devido ao BCTL
- Depósitos
- Depósitos de outros bancos
- Outros

Fonte: BCTL

As taxas de crescimento dos depósitos à prazo ultrapassou as do depósitos à ordem durante 2017, registando um valor de 34,6% face a 2016. Por outro lado, os depósitos à ordem registaram uma taxa de crescimento negativa em 2017, diminuindo 2,4% no final do ano em termos homologos.

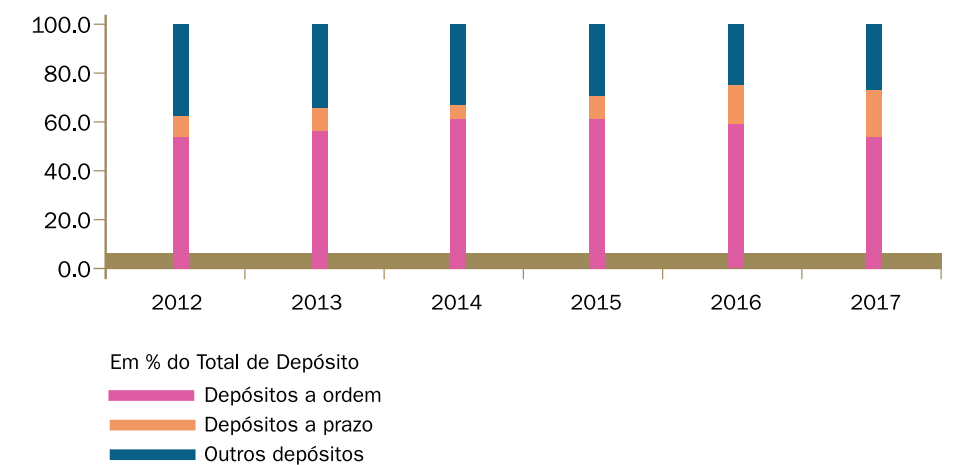
Gráfico 2.28
Evolução dos depósitos



Fonte: BCTL

A estrutura dos depósitos continua a registar as tendências registadas nos anos anteriores. Os depósitos “à vista” continuaram a representar a maior componente do total de depósitos, atingindo cerca de 54,7% do total, apesar de terem registado uma ligeira redução face Dezembro de 2016 (60,5%). Os depósitos de poupança, representavam, por sua vez, cerca de 26,2% do total de depósitos no final de 2017, face aos 24,2% de 2016. O montante aplicado em depósitos a prazo continuou a aumentar substancialmente, ascendendo a 19,2% do total de depósitos captados, em comparação com os 15,4% do ano anterior.

Gráfico 2.29
Estrutura dos Depósitos



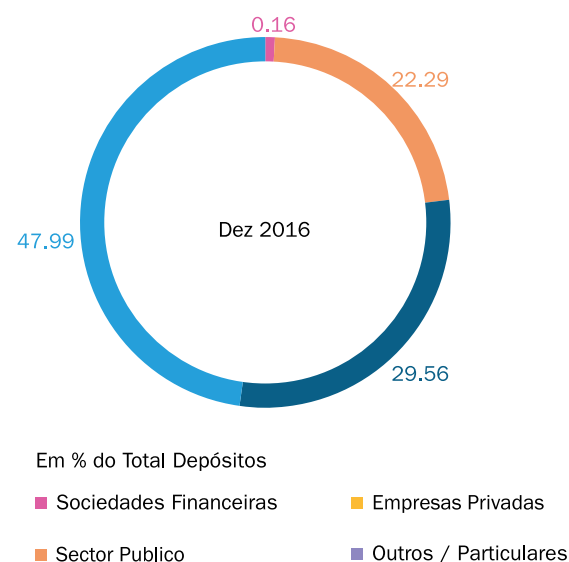
Fonte: BCTL

A estrutura revela que os depósitos de particulares continuam a representar a maior componente dos depósitos captados

Relativamente aos depósitos detidos por residentes, não houve alterações significativas em termos de composição, com os depósitos de particulares a continuar a representar a maior componente dos depósitos captados, aumentou a sua importância de 48% em 2016 para 50,5% do total em Dezembro de 2017 (gráfico 2.29). Os depósitos de empresas privadas mantiveram a segunda posição na estrutura de depósitos, com um peso de 30 (+0.4% face a 2016). Porém os depósitos do sector Estado registaram um aumento de apenas 25,8 milhões de USD em relação ao Dezembro de 2016. No final de 2017, os depósitos do Estado desacelerou à 193,4 milhões de USD, ou 19,5% do total, o que correspondeu a um decréscimo de 2,8% em relação a 2016.

Gráfico 2.30.a

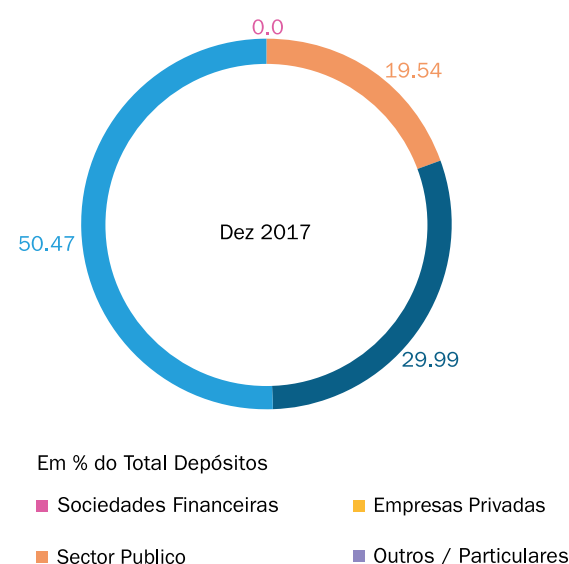
Estrutura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

Gráfico 2.30.b

Estrutura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

2.6.1.3. Rentabilidade

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e comissões cobradas aos seus clientes, que ascenderam a um total de 41,6 milhões de USD. Este valor corresponde a um crescimento anual de 19%, ou de 6,6 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2017 (os valores de 2016 destinam-se a facilitar a comparação):

Quadro 2.14. Resultados das Actividades Bancárias

Em milhões de USD

	Dec 16	Dec 17
Rendimento Bruto	34.93	41.57
Rendimento líquido antes de impostos	13.21	16.87
Impostos sobre o rendimento	0	0
Rendimento líquido depois de Impostos	11.89	15.78

Rendimento em % dos activos	Dec 16	Dec 17
Juros recebidos de bancos	0.73%	0.54%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1.71%	1.62%
Outros juros recebidos	0.32%	0.34%
Outros rendimentos operacionais	2.76%	1.31%

Fonte: BCTL

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o ROA, ou Return On Assets) subiu para 1,4% em 2017, face aos 1,04% de 2016. O incremento do RoA fica a dever-se sobretudo ao aumento do valor das receitas brutas equivalente a 6,6 milhões de USD. Em termos de determinantes, o aumento do RoA decorreu do aumento das taxas de juro recebidas das aplicações noutros bancos e dos empréstimos em 2017, quando consideradas em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos exigidos pelo Banco Central.

2.6.2. Serviços de Transferência

2.6.2.1. Serviços de Transferência de Dinheiro (MTS)

As transferências para o exterior ascenderam a 1,5 bilhão de USD.

Durante o período de 2017, os serviços de transferência de dinheiro, reportados pelo os bancos comerciais que operam em Timor-Leste, registaram um total de transferências para o exterior de 86,2 mil transações, com um valor nominal de 1,5 bilhão de USD, representando uma redução de 9,4% em relação a 2016. Por seu lado, as transferências provenientes do exterior totalizaram 12,4 mil operações, com um valor nominal de 590,0 milhões de USD, o que representa uma redução de 36,3% em relação a 2016.



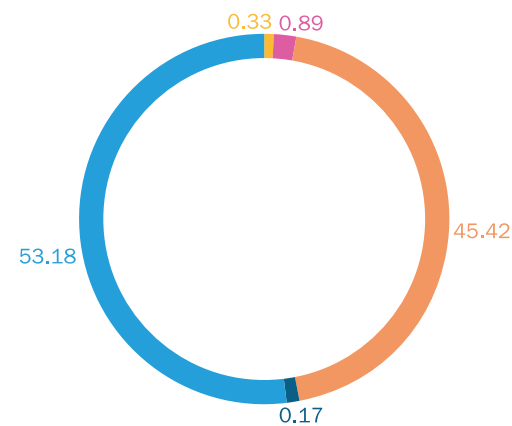
2.6.2.2. Operadores de Transferência de Dinheiro (MTO)

Os MTOs registaram um total de transferência externas de 128,6 milhões de USD

Em 2016, este sector registou um valor total de transferências para exterior de 128,6 milhões de USD, enquanto as transferências provenientes do exterior registaram um montante de 51,8 milhões de USD. Estes valores representam taxas de crescimento anuais de 7,1% e 24,8%, respectivamente. Note-se ainda que as transferências pessoais, continuaram a representaram o maior contributo para o crescimento de ambos os tipos de transferência (para (18%) e provenientes (52%) do exterior). Em termos de destino, a maior parte das entradas foram provenientes da Europa, responsáveis por uma contribuição de 24,1%, para o crescimento de 2017. Estes fluxos foram maioritariamente explicados pelo envio de remessas de trabalhadores timorenses a residir e trabalhar na Europa. As saídas de remessas foram, na sua maior parte, encaminhadas para a região da Ásia Pacífico (17,9%), especialmente para a Indonésia (17,8%), ocupa 75,8% do total remessas, que beneficiou assim das remessas de cidadãos indonésios a residir e a trabalhar em Timor-Leste.

O gráfico 2.31 apresenta o peso das transferências efectuadas por cada setor por recurso aos operadores de transferência de dinheiro em 2017.

Gráfico 2.31.a
Transferência para o Exterior

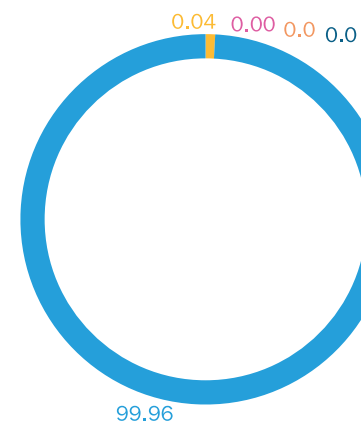


Em percentagem do total transferência

- Setor público
- Empreza privada
- ONG
- Indivíduo
- Outros setores

Fonte: BCTL

Gráfico 2.31.b
Transferência proveniente do Exterior



Em percentagem do total transferência

- Setor público
- Empreza privada
- ONG
- Indivíduo
- Outros setores

Fonte: BCTL



BCTL missão e mandatos principais, organização, governação e actividades

Capitulo 03

3.1.	Principais mandatos e funções	77
3.2.	Organização e governação do BCTL	78
3.3.	As actividades do BCTL em 2017	80





A missão principal do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) consiste em continuar a assegurar e melhorar a qualidade dos serviços que presta à Comunidade, mantendo, em simultâneo, um sistema monetário estável, assim como, em promover um sistema financeiro robusto e funcional.

Esta missão é prosseguida mediante a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, do funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras — mediante a implementação de normas legais e regulamentadas apropriadas e da supervisão bancária — a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional, suportados por estatísticas úteis e de qualidade.

Tendo em conta a missão do BCTL, este capítulo faz uma análise global dos mandatos e funções da instituição, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes, levadas a cabo durante o exercício de 2017, bem como o seu plano de acção para 2018. Este breve sumário de actividades anuais detalha ainda as principais iniciativas desenvolvidas ao longo do ano por cada uma das várias áreas funcionais do BCTL.

3.1

Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma pessoa colectiva de direito pública, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. O BCTL, os seus órgãos, funcionários e agentes, gozam de independência e não podem receber instruções de entidades que lhes sejam externas, assegurando a sua Lei Orgânica a necessária independência do Banco Central face ao Governo.

Como é usual na maioria dos bancos centrais a nível internacional, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços domésticos. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios de

uma economia de mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione a favor dos cidadãos e da economia em geral. Tendo como linha directora estes objectivos e princípios, o Banco Central deve ainda apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, são funções do BCTL, nos termos da lei:

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste — neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contractos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que lhe sejam atribuídas por lei.

Actualmente, algumas destas funções não são ainda desempenhadas pelo Banco Central de Timor-Leste, devido à adopção do dólar norte americano (USD) como moeda oficial do país.



A autoridade máxima do BCTL é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

3.2 Organização e governação do BCTL

O Governador é o órgão executivo do BCTL e o responsável pela gestão corrente, sendo assistido por dois Vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos Directores e responsáveis dos vários departamentos do Banco. No final de 2017, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era composto pelo Governador, dois Vice-Governadores e três membros não-executivos. Em 2017, um Vice-Governador deixou o seu cargo para assumir a nova tarefa como o Vice-Ministro das Finanças, Sra. Sara Lobo Brites, e como o seu sucessor foi nomeado o Sr. Venancio Alves Maria em Novembro 2017. Por outro lado, um dos membros não-executivos, ao mesmo tempo, deixou este cargo para assumir o novo responsabilidade como o Ministro dos negócios

estrangeiro, o Dr. Aurélio Guterres. A composição do Conselho de Administração e do Comité de Gestão é apresentada no final do capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Algumas Divisões e Gabinetes reportam directamente ao Governador, designadamente: a Unidade Jurídica, a Auditoria Interna, a Divisão de Economia e Estatística e a Unidade de Informação Financeira. A Divisão de Contabilidade e Orçamento encontra-se na dependência do Vice-Governador responsável pela área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração do BCTL continua a adoptar o lema abreviado pela sigla TIMOR, representando a Transparência, a Integridade, a Mobilização, a Obrigação e a Responsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

T ransparência I ntegridade M obilização O brigação R esponsabilidade

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

Encontra-se igualmente em vigor, no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus funcionários, do topo à base, incluindo também entidades externas que se relacionam com o Banco. O código de ética inclui normas estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros elementos remuneratórios, de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.



No âmbito da missão do BCTL, consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira, no desenvolvimento do sistema financeiro e na promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias atividades foram planeadas e implementadas em 2017.

As atividades do BCTL em 2017

Na continuação da implementação do Plano Director para o Sector Financeiro em Timor-Leste, o BCTL, em 2017, continuou a organizar o programa de treino em literacia financeira para as escolas primárias. Este programa de formação contou com a participação de 56 professores de 39 escolas primárias de 12 municípios, e a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA).

Antes da cerimónia do Dia Nacional de Poupança, o BCTL organizou várias actividades educacionais a 27 de novembro, em coordenação com a Autoridade da RAEOA, em particular com a Direcção de Educação. O tema destas actividades e da celebração do dia Nacional de Poupança foi “poupa agora para um futuro melhor”. A cerimónia de celebração do terceiro

aniversário do dia nacional de poupança na RAEOA, a 29 de novembro de 2017, contou com a participação do Ministro da Educação e Cultura, o Presidente em exercício da autoridade da RAEOA, os alunos e professores de Escolas Primárias e representantes dos bancos comerciais.

No final de 2017, foram abertas 10,9 mil contas “Ha’u-nia Futuru” com um valor nominal de poupanças de 2,5 milhões de USD, o que representa um crescimento de 63% em termos do número de contas, e de 176% em relação ao seu valor.

Dentro das iniciativas de promoção da poupança nacional, foi lançado oficialmente um “Road Show” nacional para o Programa de Educação Financeira, no Dia Nacional de Poupança. Depois desta inauguração, o BCTL desenvolveu e lidereou o programa em todo o território, com o objetivo de incentivar as pessoas a melhorar seus hábitos de despesas e a aumentar a sua poupança.

Tendo em consideração as questões identificadas nas avaliações nacionais de risco realizadas em 2016, especialmente os riscos e vulnerabilidades relacionadas com o branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo no setor financeiro, o BCTL, em colaboração com o Grupo do Banco Mundial, realizou um “workshop” para introduzir a abordagem da base de dados de riscos para prevenir o branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo aos Bancos, ODTI e MTOs.

O BCTL realizou igualmente a monitorização e avaliação do programa de formação no registo e contabilidade das empresas, incluindo Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), com o objetivo de observar e avaliar o desempenho de participantes, para que BCTL e Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) possam medir a eficácia do programa e relevância para os participantes.

Em 2017, o BCTL Assinou um acordo de cooperação com RAEOA/ ZEEMS sobre a execução do programa de literacia financeira em ensino básico na região. Para começar a ensinar o programa de literacia financeira nos ensino básicos da RAEOA, o BCTL assinou o memorando de entendimento com a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno em 17 de fevereiro de 2017 em Oecusse.

O BCTL assinou ainda um acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a partilha de custos, por 3 meses, relativos à implementação do plano de acção da estratégia nacional de inclusão financeira.

Durante o ano, a unidade de suporte do R-TIMOR no BCTL apoiou bancos e o Estado em várias iniciativas para fortalecer a integração eletrónica (do tipo STP, ou Straight Through Processing) entre o R-TIMOR e seus sistemas internos. Em Março de 2017, o BCTL contratou a SIBS Internacional de Portugal para o fornecimento e implementação de um Cartão Nacional e um Interruptor de Pagamentos. O interruptor, designado de “P24” (o “P” associado às palavras Pagamentu, Pagamento e Pembayaran) oferecerá uma gama de serviços.

Finalmente, no sentido de aprofundar a relação com suas instituições homólogas, o BCTL organizou em 2017 o XVII Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.

As principais actividades do BCTL, realizadas durante 2017, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

3.3.1. Sistema Nacional de Pagamentos

3.3.1.1. Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária

Durante o período a que refere este relatório — o ano de 2017 — o Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, de modo a manter sempre uma reserva de caixa suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o BCTL assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento das transacções financeiras através do módulo da “Câmara de Compensação” Automática e o de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS). O quadro 3.1 sintetiza os movimentos registados no Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária (CEL) de Dili. O sistema CEL funcionou de forma estável em 2017, tendo sido processados 22,1 mil transacções, correspondentes ao valor de 134,4 milhões de USD. Contudo estes movimentos representaram uma redução de 1,9% em termos de quantidade de 1,8%, em relação a 2016.

Quadro 3.1. Transacções na CEL de Dili
(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

Mês	Cheques 2016		Cheques 2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	1.659	12.118	1.684	12.365	1,5	2,0
Fevereiro	1.859	11.178	1.732	10.455	-6,8	-6,5
Março	1.877	12.233	1.959	12.358	4,4	1,0
Abril	1.842	11.393	1.698	10.536	-7,8	-7,5
Maio	1.763	9.733	1.986	11.790	12,6	21,1
Junho	2.132	11.897	1.896	10.844	-11,1	-8,9
Julho	1.743	10.005	1.871	12.685	7,3	26,8
Agosto	1.943	11.297	1.816	10.794	-6,5	-4,5
Setembro	1.944	12.403	1.856	10.559	-4,5	-14,9
Outubro	1.914	11.609	1.894	12.065	-1,0	3,9
Novembro	1.772	10.504	1.620	8.741	-8,6	-16,8
Dezembro	2.053	12.485	2.070	11.217	0,8	-10,2
Total	22.501	136.856	22.082	134.408	-1,9	-1,8

Fonte: BCTL

3.3.1.2. O Sistema SWIFT e RTGS (R-Timor)

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL subdividem-se em duas categorias: domésticas e internacionais. Os pagamentos domésticos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de Retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, sempre efectuados através do sistema SWIFT. Os pagamentos domésticos, principalmente no que diz respeito aos pagamentos do retalho, são directamente executados pela câmara de compensação automática, 2 vezes por dia, processando pagamentos relativos a salários, subsídios a veteranos de guerra, pagamentos a fornecedores, que, entre outros, são processados e transferidos para os bancos comerciais. Os pagamentos de montantes elevados, acima de 200 mil USD, são sempre efectuados através do RTGS.

Quadro 3.2. Pagamentos Nacionais e Internacionais
(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2016		2017		Valuation (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Pagamentos Nacionais						
Câmara de Compensação Automática			19,04	43,78		
Saída de RTGS - FICT	7,61	973,72	0,45	553,45	-94,1	-43,2
Entrada de RTGS - SCCT	44,68	254,46	3,51	136,01	-92,1	-46,5
Sub Total	52,29	1228,18	23,00	733,24	-186,23	-89,71
Pagamentos Internacionais						
Transferência para o exterior - SWIFT	4,58	1520,72	3,39	1098,24	-26,0	-27,8
Transferência proveniente do exterior - não SWIFT	0,31	23,76	0,58	320,53	87,1	1249,0
Sub Total	4,89	1544,48	3,97	1418,77	-18,8	-8,1
Total	57,18	2772,66	26,97	2152,01	-205,0	-97,9

Fonte: BCTL

O quadro 3.2 evidencia as estatísticas dos pagamentos, tanto nacionais como internacionais, durante o período em apreço. No que respeita aos pagamentos nacionais, foram processados 23 mil documentos, correspondentes a um total de 733,24 milhões de USD, representando uma desaceleração de 186,2% em termos de número e 89,7% em relação ao valor face a 2016. A desaceleração registada para os pagamentos nacionais foi determinada pela redução da quantidade de pagamentos efectuada via RTGS (o sistema R-TIMOR), tanto de saída, bem como o da entrada, em média regista uma descida de 93% em termos da quantidade, e 45% de valor, respectivamente. Por seu lado, no âmbito da actividade de pagamentos internacionais, foram processados 4 mil documentos, correspondentes ao valor de 1.419 milhões de USD, representando uma descida

de 19%, em termos de quantidade e de 8% em relação ao valor, face a 2016. Esta diminuição da actividade deveu-se, fundamentalmente, à redução do número de transferências efectuadas para o exterior.

Adicionalmente, os movimentos englobados em transacções internacionais, correspondentes a transacções de transferência e recebimento realizadas pelos bancos comerciais em 2017 são apresentadas no quadro 3.3.

As operações de transferência externa recebidas e realizadas em 2017, via SWIFT, ascenderam a um total de 28,18 mil, correspondentes ao valor de 317,3 milhões de USD, representando uma redução de 0,1% em termos de quantidade e 9,5% em relação ao valor. Entretanto, as transferências para o exterior totalizaram 72,4 mil transacções, correspondentes ao valor de 1,483 milhões de USD, representando um incremento de 6,3% em termos de quantidade e uma descida de 4,2% o que diz respeito ao seu valor transferido.

Quadro 3.3. Entradas e Saídas de Transferências (SWIFT)

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transferências proveniente do exterior						
SWIFT	28.2	350.7	28.2	317.3	-0.1	-9.5
Non-SWIFT	6.2	147.7	6.5	141.1	4.5	-4.4
Sub Total	34.4	498.4	34.7	458.5	0.7	-8.0
Transferências para o exterior						
SWIFT	22.0	1103.4	23.6	1069.8	7.3	-3.1
Non-SWIFT	46.1	443.8	48.8	413.3	5.8	-6.9
Sub Total	68.2	1547.2	72.4	1483.0	6.3	-4.2
Total	102.6	2045.6	107.1	1941.5	4.4	-5.1

Fonte: BCTL

3.3.1.3. Banca Electrónica

O quadro 3.4 mostra a evolução das transacções em dinheiro e outros meios, que não espécie, realizadas pelos bancos comerciais em Timor-Leste. Como se pode constatar, o número de transacções em moeda no país totalizou, em 2017, cerca de 15,6 mil, ou 98% do total das transacções, com um valor de 2,9 milhões de USD. O nível de actividade registou um decréscimo de 2,9% em termos de quantidade e uma redução de 42,4% do valor face a 2016. Note-se que, as transacções em meios que “não em moeda” representam apenas 2% do número total de transacções no país, apenas 287 mil, mas correspondem a um valor de transacção de 2,4 milhões de USD, cerca de 45,3% do total. Estes totais representam um decréscimo de 3,3% e 30% em termos de quantidade e do valor, respectivamente, face 2016.

Quadro 3.4. Transacções em Moeda e não em Moeda

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

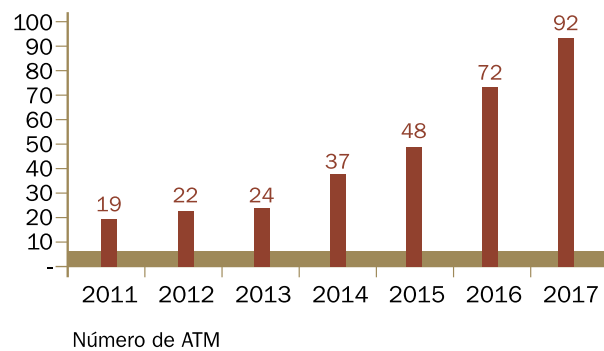
	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transacções em Moeda	16070	5065	15604	2915	-2.9	-42.4
Transacções não em Moeda	366	2562	287	2410	-21.8	-5.9
Total	16436	7626	15891	5325	-3.3	-30.2

Fonte: BCTL

O BCTL pretende que a liquidação de operações na economia se torne progressivamente mais eficiente e eficaz através da utilização de meios de pagamentos electrónicos e os serviços financeiros digitais. Consequentemente, o BCTL continua focado em alargar substancialmente a rede de serviços de pagamento automático, que não utilizam uma base monetária, que utilizem o “switch” nacional para a expansão dos serviços de pagamento, estimulando a utilização generalizada de cartões de débito e crédito e do telemóvel como plataforma de pagamento.

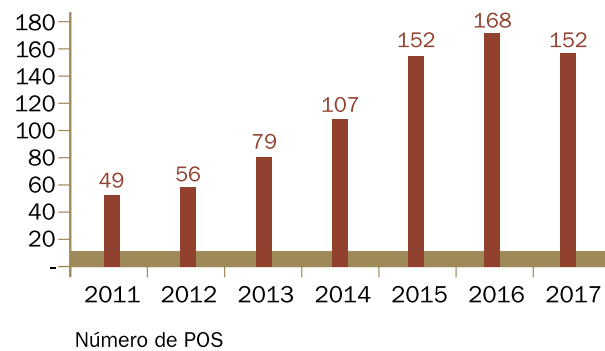
O gráfico 3.1 e 3.2 mostram o total de terminais de pagamento instalados no país, entre eles, as caixas automáticos (ATM) que totalizavam 92 unidades em 2017 e 152 unidades de Terminais de Pagamento Automático (POS). Comparado com Dezembro de 2016, estes valores representam um crescimento de 28% para os ATM, enquanto que o número de POS registou uma redução de 10 terminais, provavelmente explicado pelos danos nas máquinas utilizadas.

Gráfico 3.1
Caixas de Pagamento Automático



Fonte: BCTL

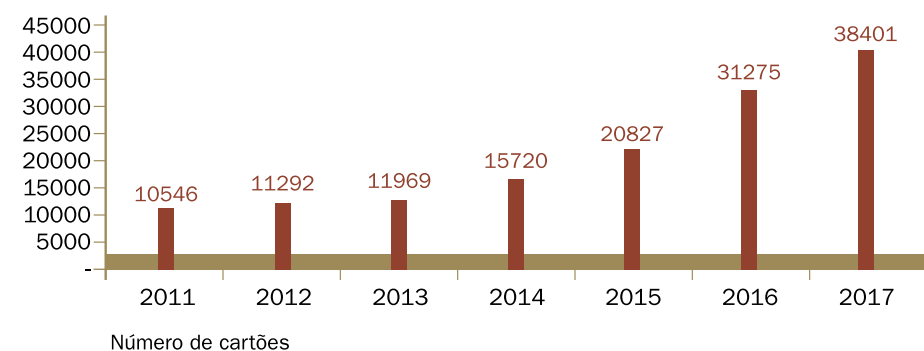
Gráfico 3.2
Terminais de Pagamento Automático



Fonte: BCTL

A evolução de cartões bancários emitidos em Timor-Leste pode ser observada no gráfico 3.3. A quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2017, cerca de 38,4 mil, o que corresponde a um aumento de 23% face a Dezembro 2016. Quanto à composição do total dos cartões em circulação no país, cerca de 61% eram de débito (23,4 mil), e 39% de crédito (15 mil). De facto, em 2017, os cartões de débito registaram uma desaceleração em termos de crescimento, crescendo apenas 11%, em comparação com o aumento de 83% observado em 2016. Por outro lado, o número de os cartões de crédito cresceu 48%, face ao crescimento de 10% registado em 2016.

Gráfico 3.3
Contas Bancárias



Fonte: BCTL



Caixa 1. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira

Em 2016, o BCTL realizou uma iniciativa histórica e publicou, em Setembro de 2016, o relatório de Inclusão Financeira, baseado em dados dos principais prestadores de serviços financeiros do país, incluindo bancos comerciais, seguradoras, microfinanças, cooperativas de crédito, operadores de transferência de dinheiro, e agências de câmbio. O relatório elencou e descreveu o atual nível da inclusão no País, e destacou a necessidade imperiosa da melhoria do nível de compreensão e de inclusão financeira no País, assim como os seus desafios. Após a publicação do relatório de inclusão financeira, o BCTL continuou a ter como principal prioridade a implementação da estratégia para a inclusão financeira. Em 2017 o BCTL definiu especificamente a estratégia de inclusão financeira nacional, estabelecendo planos de acção para os próximos cinco anos, de 2017 a 2022.

O relatório descreve a respectiva “visão” em termos de inclusão financeira, em conjunto com a identificação dos principais obstáculos. O BCTL decidiu ainda adoptar quatro estratégias principais, ou pilares, que irão poiar a respectiva “visão” para a inclusão financeira. A execução dos planos de acção específicos, identificados para cada uma destas estratégias, será prioritizada e sequenciada ao longo do prazo previsto.

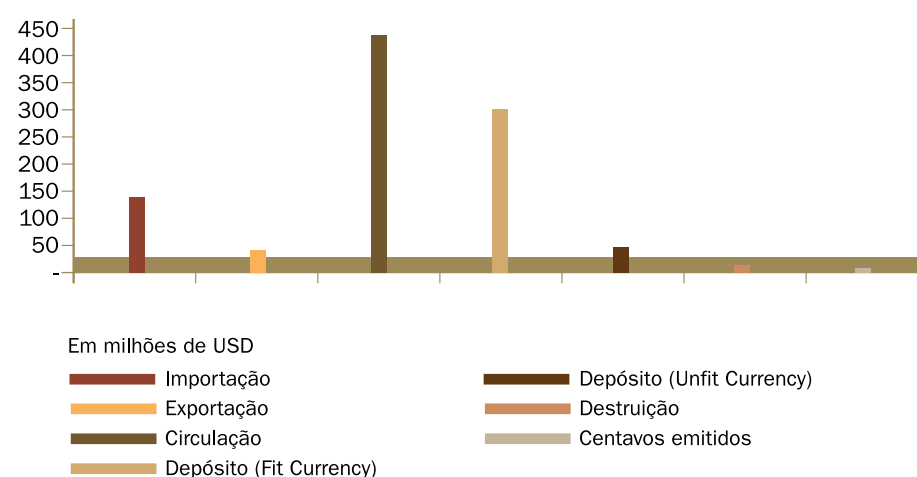
O relatório encontra-se disponível no site do BCTL em: Publicações > Principais publicações > Estratégia Nacional de Inclusão Financeira:
https://www.bancocentral.tl/uploads/documentos/documento_1504856113_7162.pdf

3.3.1.4. Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central consiste em assegurar que a economia nacional disponha de meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Neste sentido, o Banco Central desempenha a função de proteger a confiança pública na moeda do país, através do fornecimento de notas que, em todos os momentos, devem cumprir a procura do público e da garantia da integridade física das notas. Visto que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

Gráfico 3.4

TL: Transacções de Moeda



Fonte: BCTL

Durante o ano de 2017, o BCTL importou 137,7 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos, representando um decréscimo de 9,1% em relação ao 2016, tendo colocado em circulação um total de 423,6 milhões, incluindo moedas. De facto, o montante colocado em circulação é maior do que importado, devido às entradas de depósitos e à detenção das reservas. Note-se também que as notas de 20 USD continuam a ser as que mais se utilizaram em transacções no país, representando 53,7% da total de importação, representam 62,5% da circulação na economia, e 65% do total (re)depositado pelos bancos junto ao banco central (Quadro 3.5). Quanto às moedas, note-se que, em Setembro 2017, o BCTL emitiu e lançou em circulação a nova moeda de 200 centavos, cujo montante total emitido até Dezembro 2017 era de 261 mil centavos.

As denominações de 100 e 50 centavos continuam a ser as mais procuradas nas transacções em Timor-Leste, ascendendo a 1,752 milhões de centavos e 1,243 milhões, que representam 43,9% e 31,1% do total centavos em circulação respectivamente. Porém, estes números correspondem a um ligeiro acréscimo em 3,1% para a moeda de 100 centavos, e um crescimento de 27,4% (165,4% em 2016), em termos da denominação de 50 centavos face a 2016.



Quadro 3.5. Movimento da Moeda
(Valores em milhões de USD)

Denominação	Importação		Re-circulação		Depósito		Peso 2017			Variação (%)		
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	Importação	Re-circulação	Depósito	Importação	Re-circulação	Depósito
100	12.800	6.400	11.600	6.400	1.700	0.800	4.8	2.8	1.5	-50.0	-44.8	-52.9
50	19.200	23.200	23.650	17.450	3.750	1.750	17.2	5.8	4.2	20.8	-26.2	-53.3
20	76.800	72.320	256.580	272.841	171.261	206.061	53.7	62.5	65.0	-5.8	6.3	20.3
10	33.280	27.840	103.150	107.220	68.750	82.050	20.7	25.1	25.6	-16.3	3.9	19.3
5	6.160	4.960	15.515	15.660	10.598	8.481	3.7	3.8	3.7	-19.5	0.9	-20.0
Total	148.240	134.720	410.496	419.572	256.059	299.143	100	100	100	-9.1	2.2	16.8

Fonte: BCTL

Caixa 2. Modernização do Sistema de Pagamentos de Timor-Leste

1. R-TIMOR

O lançamento do sistema R-TIMOR em Abril de 2015 permitiu edificar os quatro pilares-chave do Sistema Nacional de Pagamentos, designadamente:

- Um sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) que confere aos bancos a capacidade de efectuar pagamentos urgentes e de alto valor entre bancos em tempo real;
- Uma rede financeira interbancária que fornece aos participantes uma rede eletrónica segura e protegida para efectuar transferências e outras atividades financeiras, assente numa rede de fibra óptica, com o backup de uma rede de micro-ondas redundante;
- Uma Câmara de Compensação Automatizada (ACH) que confere aos participantes a capacidade de realizar pagamentos de baixo valor e não urgentes individualmente ou em lotes; e
- A Contabilidade de liquidação para clientes do BCTL, nomeadamente os bancos comerciais e várias entidades governamentais.

Durante o ano, a unidade de suporte do R-TIMOR no BCTL apoiou bancos e o Estado em várias iniciativas para fortalecer a integração eletrónica (do tipo STP, ou Straight Through Processing) entre o R-TIMOR e seus sistemas internos, nomeadamente:

- O Bank Rakyat Indonesia obteve uma licença bancária em Março de 2017 e finalizou a sua integração completa de STP com o R-TIMOR pouco tempo depois.
- O Banco Mandiri implementou o seu STP para submissão de pagamentos ao R-TIMOR.
- O Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) implementou em Setembro uma nova infra-estrutura tecnológica global de suporte ao negócio bancário, que exigiu o desenvolvimento e teste de uma nova aplicação de STP, no âmbito da implementação daquela plataforma tecnológica;
- O Ministério das Finanças registou progressos substanciais durante o ano em termos da integração de STP do seu sistema GRP com o R-TIMOR, que foi formalmente lançado pelo Primeiro Ministro numa cerimónia realizada em Fevereiro de 2018.

2. Cartão Nacional e o Interruptor de Pagamentos

Em Março de 2017, o BCTL contratou a SIBS Internacional de Portugal para o fornecimento e implementação de um Cartão Nacional e um Interruptor de Pagamentos. O interruptor, designado de “P24” (o “P” associado às palavras Pagamentu, Pagamento e Pembayaran) oferecerá uma gama de serviços, nomeadamente:

- Permitirá aos titulares de cartões de crédito e débito emitidos em Timor-Leste utilizarem os ATMs de qualquer banco para efetuar levantamentos em numerário, inquéritos de saldo, transferências de fundos, pagamentos de contas e outras funções no sistema P24. Existem atualmente cerca de 100 mil cartões de débito e crédito emitidos para clientes de bancos em Timor-Leste.
- Permitirá que os titulares de cartão de qualquer banco adquiram bens e serviços em qualquer comerciante com recurso a terminais do tipo “Ponto de Venda (POS)”.

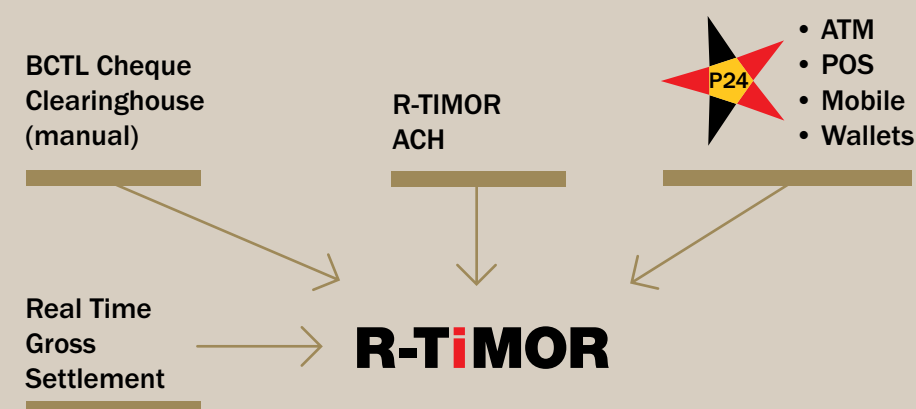
- Fornecerá serviços bancários móveis, incluindo a consulta de saldos, compra de serviços não bancários (telecomunicações e electricidade) e transferências, a clientes bancários com um telefone móvel e internet, estimados em cerca de 400 mil pessoas.
- Fornecerá serviços de carteira móvel que permitirão que todos com um telefone móvel e internet, com ou sem conta bancária, efectuem pagamentos para outros utilizadores do produto carteira.

O projeto tem sido o mais complexo realizado pelo Banco Central até à data, porque envolve a implementação do núcleo do sistema P24, mas também porque implicou que cada banco participante criasse uma equipa de projeto dedicada para completar as interfaces com seus principais sistemas bancários para permitir realizar uma grande variedade de transações, incluindo a emissão e gestão de cartões, verificação de saldos, gestão de caixa e processamento de transações.

O sistema P24 irá fazer uso da rede interbancária R-TIMOR e será vinculado ao R-TIMOR, permitindo que o P24 liquide automaticamente o valor líquido das transações de cada banco, numa base diária.

O Banco Central acredita que o sistema P24 trará benefícios substanciais para a nossa economia, nomeadamente em termos da promoção da inclusão financeira, particularmente porque reduzirá a dependência de dinheiro físico no âmbito das transações diárias dos nossos cidadãos, e também porque permitirá que pessoas sem contas bancárias, e ou aquelas que se encontrem distantes de bancos, possam dispor de meios de pagamento eletrónicos, para além do dinheiro, que serão aceites em mercados e lojas locais.

Quando o sistema P24 for lançado, de acordo com o plano, no segundo trimestre de 2018, os elementos principais do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste estarão em vigor. A imagem que se segue mostra os vários sistemas desenvolvidos até à data e o modo como se enquadram no R-TIMOR.



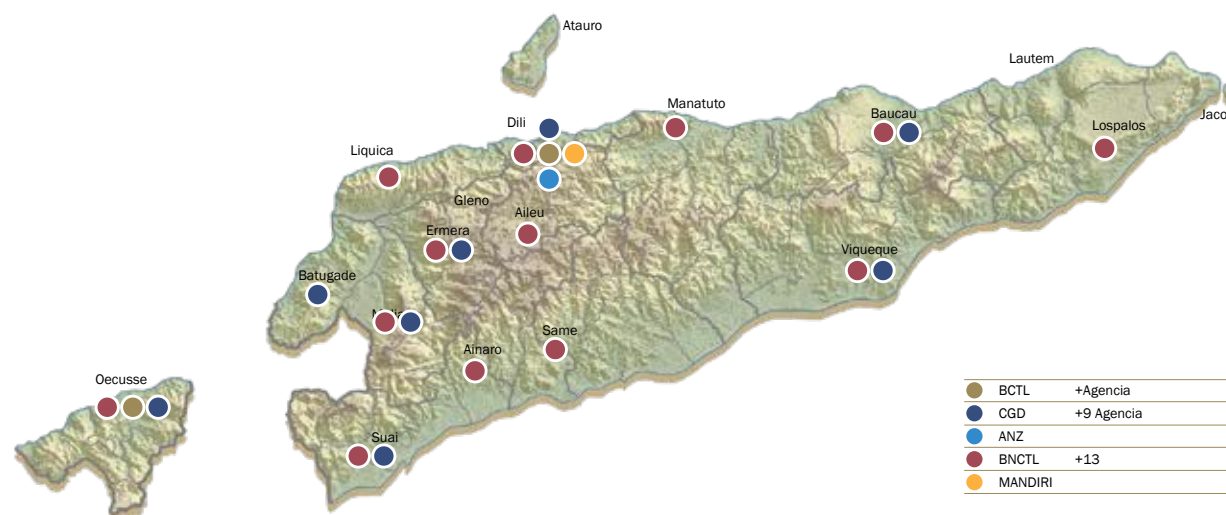
Encontrando-se sujeitos a confirmação, os desenvolvimentos futuros do sistema P24 podem vir a incluir a capacidade de se: efectuem pagamentos fiscais e outros diretamente ao governo, facilitando, por exemplo, a venda de plafonds de electricidade (pulsa da EDTL); permitir que os clientes bancários solicitem crédito electronicamente, expandindo a gama de opções de pagamento de contas e uma gama de outros serviços de pagamento eletrónico.

3.3.2. Sistema financeiro e serviços bancários

3.3.2.1. Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguros, outras instituições receptoras de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro evoluiu de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

Serviços bancários em Timor-Leste



Os artigos 5.º e 29.º da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho e a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, concedem ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras. A Divisão de licenciamento e regulamentação é responsável pela avaliação de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições receptoras de depósitos e operadores de transferência de dinheiro (MTO).

Durante o exercício de 2017, a Divisão submeteu à aprovação do Conselho de Administração o licenciamento de: uma aprovação de licença bancária ao PT. Bank Rakyat Indonésia (Persero), Tbk. para estabelecimento de uma sucursal em Timor-Leste, e uma aprovação preliminar de requerimento de licença de operadores de transferência de dinheiro à Loja 21 de Junho Unipessoal, Lda. Ao mesmo tempo, submeteu a aprovação do Conselho de Administração a recusa de concessão de licença a três operadores de transferência de dinheiro e a um banco a estabelecer em Timor-Leste.

A Divisão continua a trabalhar em conjunto com a Divisão de Supervisão Bancária e a Divisão de Seguros na monitorização das actividades dos operadores/prestadores de serviços de transferência de fundos, em conformidade com as leis e regulamentos em vigor e outras empresas/pessoas suspeitas de realizarem serviços de transferências de fundos sem se encontrarem devidamente licenciadas pelo BCTL. Durante o ano o BCTL, no contexto desta supervisão, decidiu aplicar uma multa monetária ao indivíduo que foi identificado como um operador de transferência de dinheiro sem licença.

Caixa 3. Implementação das Estratégias Nacionais do Programa da Educação Financeira Em Timor-Leste

3.1. Programa de Literacia Financeira nas Escolas Primárias

Conforme foi descrito no relatório anual de 2016, os funcionários do BCTL iniciaram o programa de literacia financeira nas escolas primárias no território de Timor-Leste, que, depois do acordo com o Ministério da Educação, foi incluído como um programa extracurricular.

A fim de melhorar as suas capacidades de ensino no programa de Educação Financeira, o BCTL organizou sessões de actualização da formação dos atuais grupos de professores e sessões de formação de um novo grupo de professores, que foram responsáveis pela implementação do programa de educação financeira nas suas escolas, a partir de meados de 2017.

Os professores encontram-se, assim, mais capazes para desempenhar a sua missão e disseminar o material de formação, para que o conhecimento possa chegar a todas as escolas primárias nas suas áreas municipais. O BCTL continua a coordenar com o Ministério da Educação a monitorização do desempenho dos professores durante o programa.

A fim de manter a qualidade do ensino do programa de literacia financeira nas escolas primárias, bem como observar os problemas que são enfrentados pelos professores, a equipa do programa de literacia financeira do BCTL continuará a monitorizar as escolas primárias em que estava a gerir directamente o programa de literacia financeira. Os problemas descobertos durante o processo de motorização, serão utilizados para melhorar a qualidade deste programa.

A equipa da literacia financeira viajou e visitou todas as escolas que administram o programa de literacia financeira, tendo sido reconhecido que há ainda muitas etapas a cumprir para termos um programa de boa qualidade e capaz de atingir os objectivos traçados.

Atualmente, existem 56 professores de 39 escolas primárias que ensinam o programa de literacia financeira no país, e o programa abrange já 12 municípios e a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse.





3.2. Dia Nacional da Poupança

A celebração do terceiro aniversário do Dia Nacional de Poupança foi realizada no Salão Paróquia Numbei, na Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA).

Os participantes da cerimónia do Dia Nacional da Poupança incluíram o Ministro da Educação e Cultura, o Presidente em exercício da Autoridade da Região Administrativa Especial Oé-Cusse Ambeno (RAEOA), representantes dos bancos comerciais e professores e alunos das escolas primárias da RAEOA.



Antes da cerimónia do Dia Nacional de Poupança, o BCTL organizou atividades educacionais em 27 de novembro em coordenação com a Autoridade RAEOA, em particular com a Direcção de Educação. O tema para as actividades que antecederam o evento e a celebração do dia nacional da poupança foi: “poupa agora para um futuro melhor”. O objetivo consistiu em aumentar o conhecimento e a consciencialização dos alunos, particularmente aqueles nas escolas primárias, sobre os benefícios da poupança para o futuro.

As atividades pré-evento incluíram o desenho, a fala e a poesia. Oito escolas primárias juntaram-se a uma competição de desenho, discurso e poesia, resultando em quatro vencedores, enquanto que uma competição na forma de questionário resultou em quatro grupos vencedores.



Ocorreu também a entrega de certificados a professores que mais contribuem e continuam a demonstrar uma grande dedicação no ensino de literacia financeira nas suas respectivas escolas, desde o início do programa. Estes certificados de reconhecimento do BCTL foram entregues à: Sra. Onarata Martins, professora da EBF Dona Ana Lemos, do município de Ermera; Sra. Aurelia da Costa, professora de EBF Uma Forma do município de Ainaro; e ao Sr. Rudolfo Do Carmo Soares, professor da EBC Perola de Atauro do município de Dili.

O objetivo da atribuição destes certificados é o de demonstrar o reconhecimento da contribuição desses professores na implementação do programa de literacia financeira nas escolas primárias, o que deverá reforçar a sua motivação e dos outros professores que ensinam actualmente o programa.

Durante esta cerimónia, o governador Abraão de Vasconcelos declarou que o programa de educação financeira e o “road show” são programas para educar

as pessoas, particularmente as crianças, para serem responsáveis pelo seu próprio destino financeiro e o BCTL vai solicitar que o programa fosse incluído no programa curricular do Ministério da Educação RDTL. O governador acrescentou que 53 professores de 39 escolas estão agora a ensinar o programa de literacia financeira, que abrangeu já um total de 8,640 estudantes. O governador referiu também que um total de 10.945 contas de poupança de crianças (chamado “Ha’u Nia Futuru” ou “Meu futuro”) foram já abertas nos cinco bancos comerciais que operam em Timor-Leste, desde final de 2015 até 31 de outubro de 2017, acumulando uma poupança total de 2,5 milhões de USD.

Nessa cerimónia, o Ministro da Educação reconheceu que este programa é muito importante, e que o programa de literacia financeira deve ser ensinado desde o ensino básico, de forma a incentivar os jovens a poupar para o seu futuro. O Ministro apoiou as iniciativas positivas do BCTL e a implementação do programa de literacia financeira nas escolas.

O RAEOA, por meio do Presidente em exercício, expressou o seu apoio a este programa e a sua intenção de expandir o programa de literacia financeira na Região, de modo a que todas as escolas primárias da RAEOA venham a poder ensiná-lo.

3.3. Programas Itinerantes de Educação Financeira

O “Road Show” nacional para o Programa de Educação Financeira foi lançado oficialmente durante a cerimónia do Dia Nacional de Poupança.

O programa itinerante faz parte do programa de educação financeira para incentivar as pessoas a melhorar seus hábitos em termos de despesas e a aumentar a sua segurança e estabilidade financeira ao pouparem mais.

Nos dias que se seguiram ao lançamento oficial do “road show” do programa de educação financeira, representantes do BCTL, bancos comerciais e autoridades locais continuaram a campanha educacional em três posto administrativos, nomeadamente Pante Makasar, Oesilo e Nitibe. O objetivo da iniciativa consistiu em divulgar informações sobre a importância da poupança para um futuro melhor, novamente através do produto de poupança de crianças “Ha’u Nia Futuru”. Um total de 151 novas contas foram abertas durante os dois dias de actividade. As atividades itinerantes continuarão em doze municípios em 2018.





Caixa 4. Implementação do Plano Director de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste

4.1 Formação em contabilidade e registo para empresas

Conforme mencionado no relatório anual do BCTL de 2016, o BCTL concluiu o programa de formação de quatro grupos, que contaram com 20 participantes em cada grupo.

Em 2017, o BCTL em cooperação com a CCI-TL e a entidade formadora realizaram um programa de motorização e avaliação de todos os participantes que concluíram a formação. O objectivo deste programa de motorização e avaliação consistiu em observar e avaliar o desempenho de cada participante para que o BCTL e a CCI-TL possam avaliar a eficácia do programa.

A equipa visitou e observou o progresso registado pelos participantes. Esta actividade deverá continuar a ser implementada para os próximos grupos de formandos.

Observou-se ainda que a maioria dos participantes começou a preparar e a realizar os seus relatórios, como o: balanço patrimonial, a conta de resultados e a demonstração de fluxos de caixa nas suas atividades diárias. Além disso, foram-se habituando a arquivar estes documentos e a informação de suporte das transações financeiras. A maioria dos participantes também manifestou a sua vontade em continuar a participar em futuras sessões de formação.

Apesar dos resultados positivos, também foi observado que o BCTL e a CCITL precisam de melhorar a qualidade do processo de selecção, designadamente em termos do nível de conhecimento, compreensão, capacidade técnica e negócios dos participantes. Além disso, a formação deve incluir mais mulheres empresárias para que haja equilíbrio de género.



4.2. Estratégia Nacional De Inclusão Financeira

Em 2017, o BCTL lançou a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2017-2022. A estratégia servirá como um Guia para definir o trajecto rumo a um sector financeiro mais forte, mais inovador e inclusivo para Timor-Leste. A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira é um apelo à acção, para aproveitar e alinhar os esforços de todas as partes interessadas (stakeholders) de modo a conseguir um desenvolvimento do setor financeiro inclusivo e sustentável.

A inclusão financeira consiste na prestação de serviços financeiros essenciais a custos acessíveis

para todos os segmentos da sociedade. Isso permitirá que mais Timorenses aumentem as suas poupanças, consigam gerir os riscos financeiros e se capacitem mais pessoas para que, a longo prazo, possam melhorar a educação dos seus filhos, poupar para a reforma e suportar os respectivos cuidados de saúde.

As principais partes interessadas neste objectivo contribuirão ativamente para o desenvolvimento da estratégia e o seu compromisso será essencial para sua implementação.

Financial Inclusion Broad Strategies



Guia também inclui planos de acção específicos que se concentram nas mulheres. O objetivo é o de criar um contexto propício que acelerará a inclusão financeira das mulheres.

A estratégia estabelece planos de ação para os próximos anos, cobrindo o reforço do: acesso a serviços financeiros, o desenvolvimento de produtos financeiros, adequação de preços de produtos, capacitação, arranjos institucionais, literacia financeira e protecção do consumidor. Também inclui os resultados de uma análise aprofundada da situação actual em termos de inclusão financeira, define os objetivos de desenvolvimento do sector financeiro e estabelece “benchmarks” baseados nas melhores práticas internacionais.

4.3. Workshop sobre a Abordagem Baseada no Risco

Tendo em consideração as questões identificadas nas avaliações nacionais de risco realizadas em 2016, especialmente dos riscos e vulnerabilidades em termos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo no sector financeiro, o BCTL, em colaboração com o Grupo do Banco Mundial, realizou um “workshop” para introduzir a Abordagem Baseada nos Riscos do Branqueamento de Capitais e no Combate ao Financiamento do Terrorismo, destinada aos Bancos, ODTI e MTOs. Este workshop realizou-se de 3 a 5 de maio de 2017 e foi apoiado financeiramente pelo governo do Canadá.

O “workshop” de dois dias contou com a participação de todos os bancos comerciais, ODTI e MTOs que são licenciados e operam actualmente em Timor-Leste. Este workshop contou com a presença de três oradores do Banco Mundial com um alto nível de conhecimento em AML / CFT. No final do workshop, todos os participantes receberam o respectivo certificado.

O objetivo do workshop consistiu em aumentar a capacidade, em termos de identificação e avaliação dos riscos do ML / TF em Timor-Leste, a fim de aplicar medidas corretivas e de mitigação dos riscos, contribuindo assim para definir e implementar as Políticas de Supervisao e Controlo do BCTL neste contexto.

O Programa do Workshop abordou os seguintes sub-temas:

1. Introdução à Avaliação Nacional de Riscos neste contexto;
2. Abordagem RBA em termos de supervisão, designadamente: Ferramentas de Supervisão e Alertas, Transações KY, Origens e Destinos de fundos, justificativos de Transacções, comportamento de Clientes, Intermediários de KY (Em toda a cadeia de pagamentos), Agentes de KY, Ameaças de Financiamento ao Terrorismo; e o Relatório de transações suspeitas).
3. Implementação da Abordagem RBA e medidas concretas de supervisão, nomeadamente: Necessidade de Envolvimento da Gestão, definição do papel e funções do “Compliance Officer”, Políticas e Procedimentos de controlo do AML / CFT e desenvolvimento dos procedimentos de controlo interno das instituições.





4.4. Prémio do Banco Central Para Promotores De Inclusão Financeira

O Prémio do Banco Central foi criado em 2017 para evidenciar o apreço do Banco por pessoas que se destaquem na contribuição para o desenvolvimento do Sector Financeiro de Timor-Leste e para a promoção da Inclusão Financeira no nosso País.

Durante as comemorações do 6º aniversário do BCTL, o primeiro ano do prémio, a equipa de gestão do BCTL reconheceu a destacada contribuição do Director do Conselho do BNCTL, Dr. Brígido de Sousa e do Director Nacional do BNU / CGD, Dr. Fernando Torrão Alves. Os dois Directores foram distinguidos pelo facto de terem vindo a liderar projectos de inclusão financeira nas suas organizações e terem demonstrado um elevado grau de compromisso profissional e pessoal com o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste.



Caixa 5. Assinatura de memorando de entendimento (MdE) com a RAEOA

5.1. MoU Celebrado com a RAEOA / ZEEMS Relativo À Execução Do Programa de Literacia Financeira Nas Escolas Primárias

O começo do programa de literacia financeira nas escolas primárias da RAEOA, foi antecedido pela assinatura do memorando de entendimento com a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno, em 17 de fevereiro de 2017 em Oecusse. Este memorando de entendimento é válido por um período de 2 anos com a possibilidade de ser alargado, garantindo que o programa de literacia financeira será ensinado como um programa extracurricular. O próprio MOU foi assinado pelo governador Abraão de Vasconcelos e o Presidente da RAEOA, Dr. Mari Bim Amude Alkatiri.

O objetivo da assinatura do Memorando é estabelecer o quadro para a implementação conjunta entre o BCTL e Autoridade de RAEOA sobre o programa de literacia financeira para professores nas escolas primárias e avaliação conjunta, bem



como o processo de monitorização da implementação do projeto, nas escolas primárias em RAEOA.

O âmbito do Memorando inclui a: colaboração no acompanhamento da implementação do programa de literacia financeira nas escolas primárias na RAEOA; participar e colaborar com a equipa de gestão de projectos sempre que necessário, colaborar na avaliação do projeto a ser realizada pela equipa do BCTL afecta a este programa, oferecer apoio e assistência mútua no programa de literacia financeira, em particular, se for estendida ao ensino secundário.

Também inclui a possibilidade de o BCTL auxiliar a RAEOA na preparação dos materiais do projecto; o dever da Autoridade da RAEOA de encorajar os professores a participar no programa de educação financeira e, no âmbito da implementação do projecto nas escolas, disponibilizar o que for necessário, em termos de recursos.

Finalmente, o âmbito do Memorando também descreve que tanto o BCTL como a RAEOA devem receber e avaliar os relatórios mensais apresentados pelos professores e cooperar para encontrar soluções de financiamento para os custos do projeto e, se for o caso, apoiar financeiramente os professores participantes.

No seu período inicial, apenas 2 professores de 2 escolas primárias ensinaram o programa de literacia financeira nas suas escolas. No final de 2017, existiam já 6 professores em 4 escolas primárias da RAEOA que ensinam o programa de literacia financeira, designadamente na: a EBF 1 de Maio Palaban, EBF 28 de Agosto, EBF Mahata e EBF Santo António. A Autoridade de RAEOA expressou ainda o seu apoio para expandir este programa, de modo a cobrir todas as escolas primárias da RAEOA.

5.2. Assinatura do MdE com o PNUD

Durante o ano, o Banco Central de Timor-Leste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram um Acordo de partilha de custos por 3 meses relativo à implementação do plano de acção da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

A implementação abrangeu a necessidade de coordenação de todas as partes interessadas





relevantes, no sentido de estabelecer o Comité Nacional de Coordenação (NCC) e um Comité Técnico (TC) em Timor-Leste (a seguir designado como Projecto de Estratégia Nacional de Inclusão Financeira), conforme descrito no documento da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. A cerimónia de assinatura foi ractificada entre o Governador do BCTL, Dr. Abraão de Vasconcelos e o Sr. Claudio Providas, Director do PNUD e Representante Residente do PNUD.

Este foi o primeiro Acordo de partilha de custos assinado pelo BCTL, focado na necessidade imperiosa de promover a inclusão financeira no nosso país, que é considerada um dos pilares básicos de suporte da estabilidade macroeconómica e financeira do país.

Caixa 6. Reuniões e Encontros

6.1. XVI Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa

Realizou-se em Dili, nos dias 12 e 13 de setembro de 2017, o XVI Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença de delegações dos Bancos Centrais de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal e de Timor-Leste.

Os pontos principais debatidos e partilhados neste encontro foram os seguintes:

1. Desenvolvimentos recentes na estrutura e actividades dos Departamentos de Recursos Humanos;
2. Gestão de Talento nos Bancos Centrais como estratégia para a captação, retenção e desenvolvimento de competências e carreiras dos quadros e elevação do desempenho e excelência organizacional;
3. Papel da formação no desenvolvimento das competências dos colaboradores, na coesão das equipas e na Identidade e Cultura dos Bancos Centrais;
4. Melhoria do Perfil de Gestão e Liderança nos Bancos Centrais.

Este é a segunda vez que o BCTL realiza um encontro dos Bancos Centrais da Língua Portuguesa, tendo sido o primeiro o 9.º Encontro de Estatística realizado em 2016, o qual decorreu de forma satisfatória.

3.3.2.2. Seguradoras

Companhia Seguradoras

Em 2017, o sector segurador continuou a contar com a existência de três companhias seguradoras em Timor-Leste: a NITL-National Insurance of Timor-Leste, a SinarMas (SMI) e a Federal Insurance Timor, (FIT) S.A.. Tem-se registado uma melhoria progressiva do conjunto de serviços oferecido pelas companhias seguradoras no país, a provisão seguros gerais para os vários sectores de actividade, com taxas acessíveis e um nível de concorrência adequado.

O total de ativos do sector registava um montante de 7,5 milhões de USD em Dezembro 2017, tendo aumentado cerca de 32% relativamente a 2016. Ainda durante o ano de 2017, o total dos passivos aumentou 12%, perfazendo a quantia de USD 4,3 milhões de USD no final do ano. O capital próprio do sector registou um aumento de 73%, para USD 3,2 milhões de USD.

O gráfico 3.5 ilustra o desempenho do negócio das companhias de seguros em Timor-Leste durante o período.

Gráfico 3.5. Desempenho do negócio de Seguro



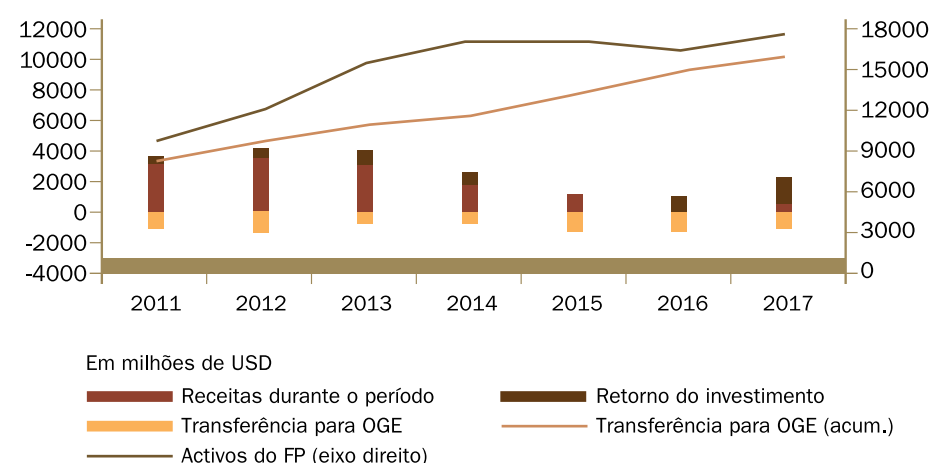
Fonte: BCTL

3.3.3. Gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o enquadramento definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continua a ser responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2017, o seu capital ascendia a 16.799 milhões de USD, registando um aumento cerca de 6% em relação ao ano anterior. As receitas petrolíferas anuais – impostos e “royalties” – cifraram-se em 422 milhões de USD (979 e 224 milhões em 2015 e 2016 respectivamente). Por outro lado, os levantamentos destinados ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2017 avaliaram-se em 1.079 milhões de USD (1.244,8 milhões em 2016), registando uma redução de 13,3%. As despesas de gestão do Fundo, tanto externas como internas, ascenderam a 13,421 milhões de USD em 2017, registando uma diminuição de 8,2% face 2016.

Gráfico 3.6

Evolução dos Ativos do Fundo Petrolífero



No que se refere ao desempenho durante o ano, o Fundo acumulou rendimentos brutos (médio) de 409 milhões de USD, o que corresponde a 2,5% do valor médio investido no Fundo em 2017 (16.564 milhões). A decomposição destes rendimentos, permite-nos observar que o rendimento decorrente do recebimento de juros e dividendos totalizou 0,5% do valor médio do Fundo em 2017, enquanto que as mais valias registadas, durante o exercício, ascenderam a 1,48%, equivalente a uma subida de 0,80pp em relação a 2016.

Somando estas 2 parcelas, o Fundo obteve uma rentabilidade bruta de 2%, sem contar com os efeitos cambiais. Contudo, a ligeira depreciação do dólar norte-americano em 2017 face às moedas em que se encontra denominada parte dos investimentos do Fundo, resultou num ganho (em média) de natureza cambial de 78,1 milhões de USD em 2017, ou de 0,2% do valor do Fundo, depois de uma perda de 302 e 28,9 milhões de dólares ocorrida em 2015 e 2016 respectivamente. Note-se ainda que o rendimento absoluto do Fundo em 2017 foi

de 1,7 mil milhões de USD, o valor absoluto mais elevado na história do FP. Este rendimento anual deveu-se a: ganhos cambiais de 312,4 milhões de USD, e 983 milhões maioritariamente justificados pelos ganhos resultantes de variações dos preços de mercado dos títulos do Fundo.

Em termos de actividades e desenvolvimentos relevantes nesta área, é de assinalar que o Fundo continua a manter a alocação estratégica proposta, investindo 40% do total do Fundo em mercados accionistas.

O BCTL continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), no sentido de reavaliar e monitorizar continuamente a adequação da alocação estratégica do Fundo, sempre dentro dos parâmetros definidos pelo quadro legal do Fundo Petrolífero. Refira-se especificamente que o BCTL participou activamente nas discussões mantidas, ao nível do CAI, relativas à expansão do universo de investimento, aumento do grau de diversificação e adopção de novas políticas de gestão para permitir atingir o rendimento esperado do Fundo de 3% em termos reais, numa base plurianual.

Até o final do ano, os gestores dos investimentos em títulos de rendimentos fixo continuam a ser 4, dos quais 3 são gestores externos - o “Alliance & Bernstein”, o “Wellington Management”, e o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS) - e o gestor interno, o próprio BCTL. Os gestores dos investimentos em acções são 3 empresas internacionais - Schroders Investment Management, SSgA International Equity e o BlackRock Investment Management - e o próprio BCTL, que foi aprovado para gerir 1% dos activos do FP investido em acções.

O BCTL continuou a investir nas políticas de formação dos recursos humanos e no aumento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis para suportar e melhorar a gestão directa do Fundo, com o objectivo de internalizar uma fatia crescente dessa gestão. A implementação da plataforma tecnológica, a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)”, em 2015, reforçou substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos, sobretudo com a implementação da gestão interna de acções em 2016. Na vertente da formação de recursos humanos, o BCTL continuou a suportar os custos da formação académica continua dos respectivos quadros e a sua participação em módulos de formação e seminários internacionais, organizados por parceiros institucionais do BCTL.

3.3.4. Reforço institucional

O BCTL em 2017 continuou a privilegiar uma revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento UNTAET n.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária). Esta regulamento foi estabelecido e implementado no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste, sendo agora altura de se rever e atualizar o diploma, de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo das próximas décadas.

O Plano Director para o Sector Financeiro prevê ainda que o BCTL se envolva activamente, no sentido de aumentar a proteção dos clientes bancários e melhorar as relações com os clientes da banca de retalho. As normas existentes - Instrução Pública n.º 06/2010 e da seção 2.5 do Regulamento n.º 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria.

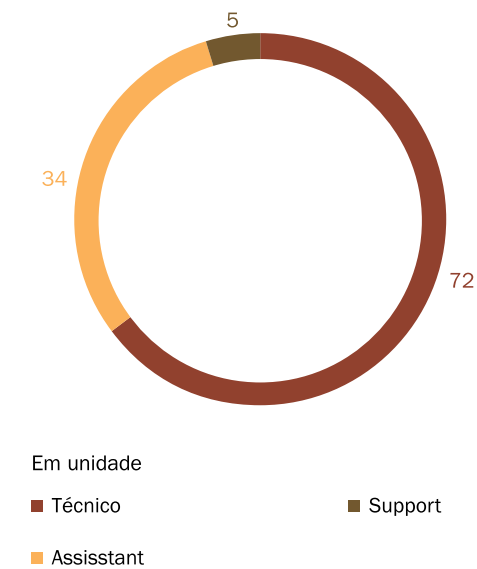
O conselho da Administração do BCTL decidiu realizar uma auditoria externa independente ao BCTL, cujo contrato foi atribuído à Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A e realizada em 2017. O BCTL conseguiu ainda completar a construção do seu edifício sucursal na RAEOA. A construção foi adjudicada à uma empresa Timorense e baseada em Oe-Cusse. O BCTL espera que, com a existência do seu edifício, se venha a melhorar a respectiva capacidade de atendimento e resposta às necessidades e cidadão desta região e, em simultâneo, expandir o número e tipo das actividades desenvolvidas no enclave.

3.3.5. Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 88 funcionários. O plano de recrutamento previsto para o ano de 2017 foi levado a cabo no mês de Fevereiro. Infelizmente o BCTL não conseguiu alcançar totalmente a sua meta na obtenção de quadros qualificados para preencher as necessidades de pessoal para as áreas chave do Banco. Foi ainda recrutado um candidato para preencher uma posição no Departamento de IT. O BCTL mantém o seu plano de recrutamento para o ano de 2018, estando prevista a contratação de 20 funcionários adicionais para as carreiras profissionais de técnicos e assistentes.

O número de colaboradores do BCTL, incluindo os funcionários a recrutar em 2018, e distribuído por categorias profissionais é apresentado no gráfico 3.7:

Gráfico 3.7
Carreiras Profissionais



Fonte: BCTL

No que diz respeito ao sistema de Avaliação de Desempenho dos funcionários do BCTL ao longo do ano de 2017, a maioria dos colaboradores conseguiu atingir os objectivos estabelecidos ao nível da instituição e dos respectivos departamentos e divisões.

O sistema de Avaliação de Desempenho é realizado pelas várias chefias com o objectivo de valorizar o trabalho dos respetivos colaboradores e analisar as suas contribuições para a atividade do BCTL.

As dimensões utilizadas na avaliação do desempenho dos funcionários mantiveram-se inalteradas em relação ao ano anterior, conforme indicado no diagrama que se segue, designadamente: Objectivos, Actividades e Competências para os colaboradores da carreira profissional de Técnico e Actividades e Competências para os colaboradores das carreiras profissionais de Assistente e de Suporte.



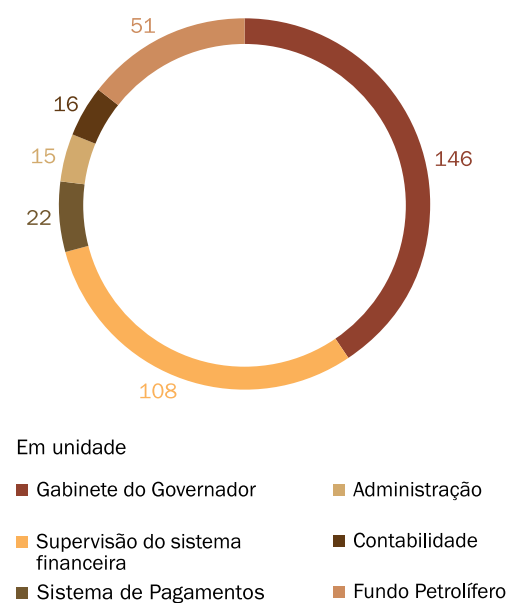
Quanto ao desenvolvimento de capacidades e conhecimentos dos seus colaboradores, o BCTL continua, anualmente, a manter a alocação de um montante adequado para o cumprimento do seu programa de formação, que passa por formações em competências técnicas atribuídas aos seus colaboradores, tanto em Timor-Leste como no estrangeiro.

Além da formação e estudos no estrangeiro, a formação interna no BCTL continuou a contribuir para uma melhoria das qualificações dos funcionários. Em 2017, a formação interna do BCTL focou-se no aperfeiçoamento das capacidades de Liderança das chefias do BCTL.

Os colaboradores do BCTL continuaram a participar igualmente em diversos programas de formação, conferências e seminários organizados por outros bancos centrais e instituições financeiras. O BCTL espera que o seu quadro de colaboradores possa continuar a usufruir deste tipo de programas e eventos de formação.

Os gráficos 3.8 e 3.9 detalham as informações relativas ao número de funcionários e dias de participação em formações, seminários e conferências ao longo do ano de 2017.

Gráfico 3.8
Número dos Dias de Treinamento e Workshops



Fonte: BCTL

Gráfico 3.9
Número de funcionários que participaram em formações



Fonte: BCTL

3.3.6. Relações externas

O BCTL continua a realizar discussões e a estabelecer acordos (Memorandos de Entendimentos) com entidades com as quais mantém parcerias ou relações institucionais, tais como o JP Morgan, a BlackRock, o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS), a Clifford Chance, a KPMG, a Credit Scheme Guarantee Berhad Malaysia, a OJK Indonesia, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal, o Reserve Bank of Australia, a Australia Prudential Regulation Authority (APRA), a Pusat Pelaporan dan Analisis Transaksi Keuangan (PPTK) Yayasan Pendidikan Internal Audit em Jakarta e a KPMG em Lisboa, no sentido de reforçar os laços de cooperação com essas entidades e vir a ser possível a realização de programas de formação e estágio, bem como a prestação de assistência técnica aos quadros do BCTL.

O BCTL tem continuado a conceder grande importância ao aprofundamento das suas relações externas, quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente, quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de formação e estágios, bem como da prestação de assistência técnica necessária. É nesta lógica que se continuou a beneficiar das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, IMF Institute Singapura, o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS em Basileia), OJK em Indonesia e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ADF em Portugal.

Além disso o BCTL continua a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JP Morgan, a Clifford chance, a KPMG, a Deloitte, Credit Scheme Guarantee berhad Malaysia, APRA PPTK, Yayasan Pendidikan Audit Jakarta e KPMG em Portugal, entre outras organizações.

Caixa 7. Plano de Acção do BCTL para 2018

O BCTL prevê desenvolver um conjunto vasto de iniciativas em 2018, das quais se destaca a continuação da implementação do Plano Director de Desenvolvimento Financeiro e do Plano para o Sistema de Pagamentos Nacional. Este capítulo elenca e descreve os vários programas e iniciativas previstos pelo BCTL para 2018.

Reformular o Quadro de Contabilidade Bancária de acordo com as normas internacionais IAS/IFRS

O Banco Central considera que o atual quadro de contabilidade utilizado pelos os bancos comerciais, incluindo as outras instituições de depósito, não está de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IAS/IFRS), pelo que, o BCTL irá substituí-lo de acordo com as IAS/IFRS. BCTL, em 2018, prevendo contratar um consultor para esse fim.

Introdução do Sistema de Garantias de Crédito no Financiamento às PMEs

O BCTL irá introduzir o primeiro sistema de garantias de crédito em Timor-Leste, no sentido de conceber o quadro do regime das garantias de crédito, especificamente direcionado apenas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O projecto piloto foi iniciado em 2015 e será financiado pelo Governo. Numa fase inicial será proposto um montante de USD10 milhões para dois esquemas: o de garantia geral para o PMEs e o de garantias destinadas à pecuária. O governo alocou, no OGE 2017, um montante de 4 milhões de USD para o projeto. O Governo aprovou o decreto Lei do Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas em Julho 2017. Ao fomentar o crescimento de crédito, o Banco Central irá continuar a implementar o programa de formação das Pequenas e Média Empresas (PMEs) na área de contabilidade básica em 2018, prevendo abranger cerca de 100 empresários e organizar a monitorização e avaliação aos empresários que já participaram na formação. O BCTL prevê ainda alargar este programa de formação para abranger conteúdos técnicos de nível intermédio. O programa será implementado em cooperação com o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) e a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCITL).

Implementação da Estratégia Nacional para a Educação Financeira

No âmbito da estratégia e plano de desenvolvimento financeiro nacional, o BCTL considera que o programa de promoção da inclusão financeira é um elemento-chave para atingir um desenvolvimento efectivo e sustentável. O BCTL considera que a educação, ou a elevação do nível de literacia financeira, será um dos factores determinantes no alargamento da prestação nacional de serviços financeiros às populações sem acesso aos bancos nas áreas rurais. Em 2018, o Banco Central prevê a continuar a realizar as iniciativas já realizadas

em 2016 e 2017 e, em simultâneo, desenvolver novas actividades em 2018, como por exemplo: a formação de líderes comunitários e religiosos no sentido de os capacitar como dinamizadores do programa; organizar uma conferência internacional com o objetivo de partilhar a discussão do modelo de melhores práticas neste campo; implementar um projeto piloto designado de clube de “Smart Money” numa universidade; e ainda concluir um levantamento qualitativo e quantitativo do nível de conhecimento financeiro da população, a nível nacional. O Banco Central irá desenvolver esforços em cooperação com o Ministério da Educação, de modo a empregar os grupos de professores no ensino básico que já têm experiência para administrar e gerir o programa de formação dos grupos de professores (ToT) através do INFORDEPE, com o objetivo de expandir o programa da educação financeira a todas as escolas básicas municipais. O BCTL vai continuar a realizar o programa itinerante (roadshow) em todos os municípios, promovendo a realização de várias actividades lúdicas e desportivas para ampliar o conhecimento do público sobre os benefícios do programa “poupa agora para um futuro melhor”.

Introduzir um Sistema de Reporte “on-line” para IF e Instalar o sistema de supervisão “off-site”

O BCTL pretende introduzir um sistema de reporte on-line para as instituições financeiras relevantes. Será também implementada uma plataforma analítica (offsite surveillance system), depois de terminado o processo de revisão do sistema, para facilitar a eficiência e abrangência do processo de supervisão. A plataforma permitirá facilitar substancialmente o processo de supervisão, possibilitando a compilação automática de estatísticas e dados bancários. Após a celebração do contrato com a companhia fornecedora do software para o sistema de “Off site”, será realizada uma formação adequada a todos os utilizadores da ferramenta e, de seguida, o lançamento efectivo do sistema, previsto para o segundo trimestre de 2018.

Implementação da Estratégia Nacional para a Inclusão Financeira

BCTL estabelecerá uma base legal menos exigente em termos administrativos para os agentes bancários e seguros, de modo a possibilitar a expansão das redes de comunicações nas áreas que não têm possibilidade de acesso, promovendo assim a inclusão financeira. Também se pretende desenvolver e implementar iniciativas que: conduzam à descida dos custos da provisão de serviços financeiros; incentivem os bancos a oferecer produtos financeiros em áreas ainda não cobertas; efectuar um estudo de viabilidade relativo à introdução de contas de poupança básicas com custos adequados ao desenvolvimento dos produtos de micro-poupança; adoptar um enquadramento legal adequado e estabelecer o regime de garantia de créditos, de modo a facilitar o acesso das pequenas e média empresas ao financiamento; e estabelecer o conselho nacional de PMEs.

Modernização do Sistema Nacional de Pagamento

A implementação do sistema STA, o R-TIMOR, representou um grande suceso para o nosso sistema financeiro. A fase seguinte do projecto consistirá em actualizar e rever os procedimentos internos de modo a alinhar e assegurar o funcionamento do sistema de acordo com as regras já definidas. O Banco Central irá introduzir também uma política adequada e medidas administrativas claras e uniformes, de modo a facilitar a previsão de liquidez intra-diária e a optimização do uso de liquidez dos Bancos no sistema R-TIMOR.

Com a implementação do “Switch Nacional” para cartões e telemóveis, o BCTL-SIPA irá preparar e introduzir as regras de gestão e operação do sistema, incluindo a definição de taxas e encargos aplicáveis aos seus utilizadores, de modo a poder cobrir os custos operacionais e investimento na infraestrutura do referido sistema.

Introduzir a Política de Financiador de Última Instância (“Lender of Last Resort”)

O BCTL, de acordo com o mandato na Lei orgânica do Banco Central, irá desenvolver um quadro legal abrangente que regule e defina regras transparentes e uniformes relativas ao seu papel de financiador de última instância, incluindo as políticas e acordos a negociar e contratualizar com o Governo e os bancos comerciais.

O Estudo sobre a Adoção de uma Moeda Nacional

O BCTL continua a incluir no seu plano estratégico o projecto de desenvolver um estudo aprofundado sobre a possibilidade de introdução de uma moeda nacional em Timor-Leste, contando com o suporte de um perito externo nesta matéria. O especialista deverá trabalhar em estreita colaboração com a Divisão de Economia do BCTL no desenvolvimento do estudo.

Estudos Económicos

O BCTL irá continuar a realizar projetos de pesquisa económica e de estudos sobre questões relacionadas com as principais funções do BCTL e estatísticas publicadas pelo Banco.

Manutenção da Operação da Bloomberg AIM

O BCTL implementou em 2015 a plataforma tecnológica de negociação - a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)” - que se destina a registar, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. O BCTL irá manter a Bloomberg AIM como “trading platform” para suportar as actividades de investimento do Banco.

Revisão de Políticas Estratégicas de Investimento

O Comité de Assessoria para o Investimento decidiu a manter a actual política e estratégia do investimento do Fundo Petrolífero. Contudo, o Comité continuará a rever anualmente estas directrizes, tendo em conta os desenvolvimentos verificados nos mercados financeiros. O BCTL irá continuar a alocar recursos suficientes para suportar a revisão anual desta política e estratégia de investimento do FP.

Implementação do Mandato de Estratégia Multifactorial para a Carteira de Acções

O Comité de Assessoria para o Investimento do FP recomendou a contratação de três gestores externos para implementar a Estratégia Multifactorial, no contexto da gestão dos investimentos em mercados accionistas. A implementação será, contudo, faseada, começando primeiro com apenas 1 gestor. A implementação será sujeita à confirmação pelos gestores de determinadas questões operacionais, principalmente relacionadas com o controlo do risco sectorial e de país, no âmbito da gestão deste tipo de investimentos. Antecipando-se uma resposta favorável dos gestores, a implementação da estratégia multifactorial em acções deverá ser operacionalizada em 2018.

Estabelecer o Fundo de Pensões do Banco Central

O estudo sobre o estabelecimento do Fundo de Pensões foi concluído pelo Comité de Revisão em 2016, que avaliou os méritos e desvantagens das opções relevantes. Em conformidade com o respectivo parecer, o BCTL irá estabelecer e implementar um Fundo de Pensões para os seus funcionários em 2018.

Dar Continuidade ao Programa das Bolsas de Estudo

BCTL continuará facilitar o programa das bolsas de estudo aos seus funcionários em 2018, incluindo ao nível de doutoramento.

Implementação do Novo Organigrama do BCTL

BCTL irá introduzir nova estrutura da organização em 2018, que terá em conta os desenvolvimentos institucionais recentes e o aumento das responsabilidades do BCTL.

Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Conselho de Administração

O Governador
Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora
Nur Aini Djafar Alkatiri

Vice-Governador
Venâncio Alves Maria

Membros não executivos
Maria Madalena Brites Boavida
Aicha B.U. Bassarewan
Francisco da Costa Guterres

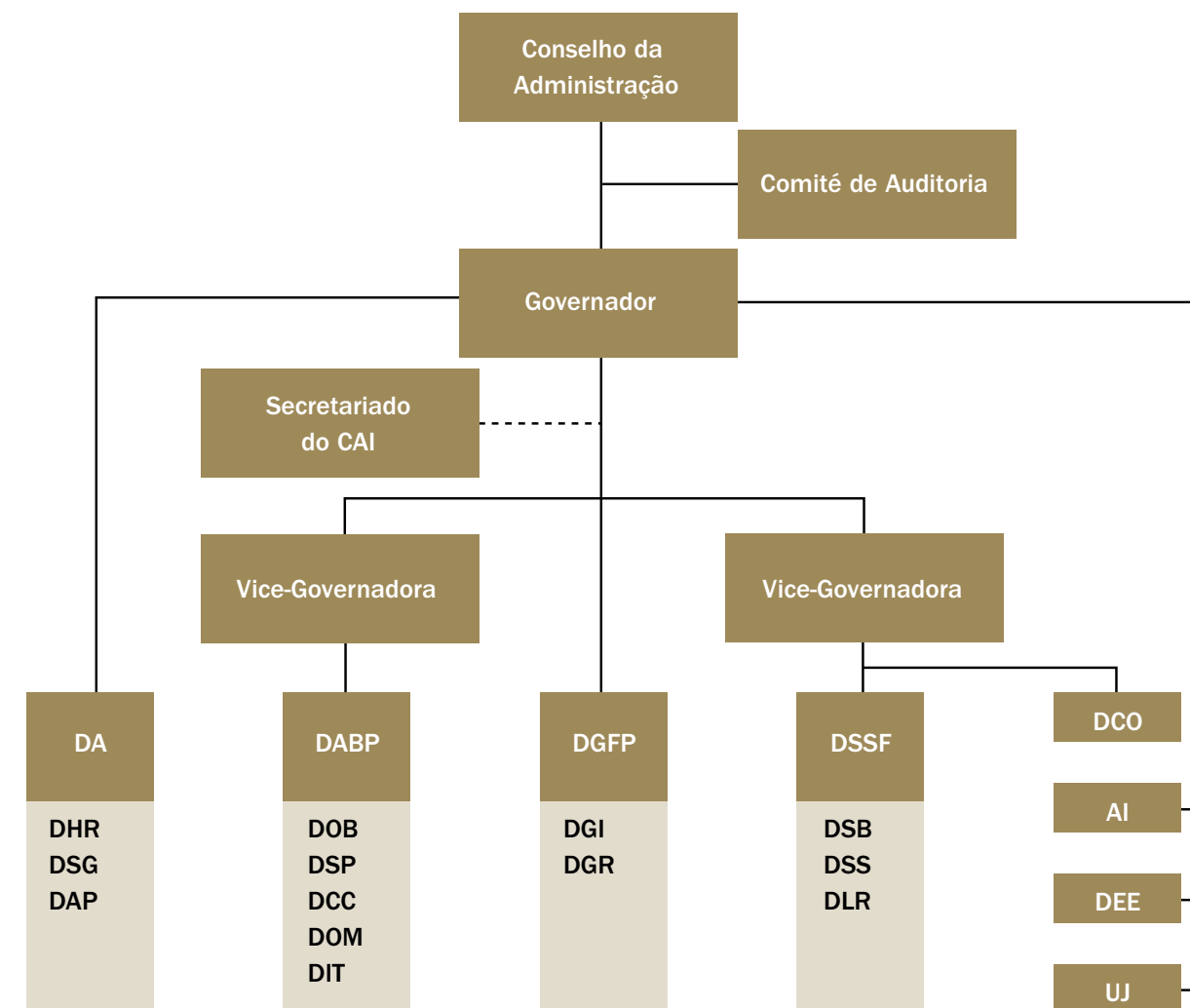
Nota: Em 2017, o Primeiro-Ministro aprovou a nomeação do Vice-Governador, Venâncio Alves Maria, como o sucessor da Sra. Sara Lobo Brites. Ao mesmo tempo, um membro (não-executivo) do Conselho de Administração do Banco Central, SR. Aurélio Guterres, deixou o seu cargo para assumir a pasta de Ministro de Negócios Estrangeiro.

Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador, Abraão de Vasconcelos
A Vice-Governadora, Nur Aini Djafar Alkatiri
O Vice-Governador, Venâncio Alves Maria
Chefe da Divisão de Contabilidade, Fernando de Carvalho
A Diretora do Departamento de Administração, Raquel Gonçalves

Organização Interna do BCTL a 31 de dezembro de 2017



Legenda:

CAI	Comité de Assessoria para o Investimento	DGFP	Departamento da Gestão do Fundo Petrolífero
DA	Departamento de Administração	DGI	Divisão de Gestão de Investimento
DRH	Divisão de Recursos Humanos	DGR	Divisão de Gestão de Risco
DSG	Divisão de Serviços Gerais	DSSF	Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro
DAP	Divisão de Aprovisionamento	DSB	Divisão de Supervisão Bancária
DSBP	Departamento do Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento	DSS	Divisão de Supervisão de Seguros
DOB	Divisão de Operações Bancárias	DLR	Divisão de Licenciamento e Regulamentação
DSP	Divisão de Sistemas Pagamento	DCO	Divisão de Contabilidade e Orçamento
DCC	Divisão de Câmara de Compensação	AI	Auditoria Interna
DOM	Divisão de Operação de Moeda	DEE	Divisão de Economia e Estatística
DIT	Divisão de Sistemas de Informação	UJ	Unidade Jurídica

Informações financeiras

Capítulo 04

4.1.	Declaração de Conformidade	119
4.2.	Demonstração de Posição Financeira	120
4.3.	Demonstração de Rendimento Integral	121
4.4.	Demonstração de Alterações no Capital Próprio	122
4.5.	Demonstração de Fluxos de Caixa	123
4.6.	Notas às Demonstrações Financeiras	124
4.7.	Relatório dos Auditores independentes	154



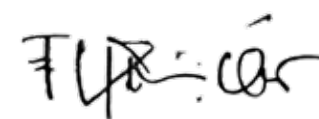
Índice

4.1. Declaração de conformidade	119
4.2. Demonstração de Posição Financeira	120
4.3. Demonstração de Rendimento Integral	121
4.4. Demonstração de Alterações no Capital Próprio	122
4.5. Demonstração de Fluxos de Caixa	123
4.6. Notas às Demonstrações Financeiras:	124
1. Entidade relatora e base estatutária	
2. Base de preparação	
3. Principais políticas contabilísticas	
4. Gestão do risco financeiro	
5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco	
6. Segmentação da informação reportada	
7. Dinheiro e seus equivalentes	
8. Títulos negociáveis	
9. Ativos e responsabilidades financeiras	
10. Instituições Financeiras Internacionais	
11. Propriedade, instalações e equipamento	
12. Outros ativos	
13. Depósitos do Governo	
14. Outros depósitos	
15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	
16. Outras responsabilidades	
17. Capital e reservas	
18. Responsabilidades contingentes	
19. Rendimento líquido	
20. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	
21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	
22. Despesas com o pessoal	
23. Despesas de administração	
24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	
25. Partes Relacionadas	
26. Autorização de publicação da declarações financeiras	
4.7. Relatório dos Auditores Independentes	154

Declaração de Conformidade

As Informações Financeiras das páginas 93 a 96 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 97 a 127, foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos constantes da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho (Lei Orgânica do Banco Central) e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de Dezembro de 2017.



Abraão de Vasconcelos, Governador

Dili, 27 de Abril de 2018

Demonstração De Posição Financeira

Para O Ano Terminado Em 31 De Dezembro De 2017

	Notas	2017 MIL USD	2016 MIL USD
Ativo			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	547.150	361.429
Investimentos	10	35.103	34.689
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	2.212	1.837
Outros ativos	12	5.405	5.203
Total dos ativos		589.870	403.158
Passivo			
Depósitos do Governo	13	287.761	212.311
Outros depósitos	14	193.919	111.379
Provisão para transferência de excedente para o Governo	17	-	698
Outros Passivos	15	28.446	8.499
Moeda emitida		15.872	14.509
Total do passivo		525.998	347.396
Capital	16	60.000	55.000
Reserva		762	762
Lucro líquido		3.110	55.762
		63.872	
Total do Passivo e do Capital		589.870	403.158

As notas das páginas 97 a 127 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração De Rendimento Integral

Para O Ano Terminado Em 31 De Dezembro De 2017

	Notas	2017 MIL USD	2016 MIL USD
Rendimento De Operações			
Rendimento de investimentos			
Juros recebidos	19	2.556	1.454
Despesas com juros	19	(84)	(34)
Rendimento líquido do investimento		2.472	1.420
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	21	14.463	13.329
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	21	(9.018)	(8.380)
Receitas líquidas de comissão		5.445	4.949
Taxas e comissões	20	706	684
Outros Rendimentos		115	126
Rendimentos totais		8.738	7.179
Despesas			
Despesas com Pessoal	22,25	1.925	1.818
Despesas com a circulação monetária		846	1.007
Despesas Administrativas	23	2.376	2.806
Depreciação do Imobilizado	11	481	850
Custos totais		5.628	6.481
Lucros / Perdas		3.110	698
Outros rendimentos / perdas		-	-
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		3.110	698

As notas das páginas 97 a 127 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração De Alterações No Capital Próprio

Para O Ano Terminado Em 31 De Dezembro De 2017

	Notas	2017 MIL USD	2016 MIL USD
Capital social			
Capital inicial	17	55.000	50.000
Aumento no capital	17	5.000	5.000
Saldo final	17	60.000	55.000
Reserva geral			
Saldo inicial		762	762
Declaração de lucros ou perdas e outro rendimento integral		3.110	698
Transferência para o Governo		-	(698)
Saldo final		3.872	762
Total do capital		63.872	55.762

As notas das páginas 97 a 127 fazem parte integrante desta declaração

Demonstração De Fluxos De Caixa

Para O Ano Terminado Em 31 De Dezembro De 2017

	2017 MIL USD	2016 MIL USD
Atividades operacionais		
Lucro operacional	3.110	698
Depreciação	481	850
Rendimento líquido de juros	(2.472)	(1.420)
Total	1.119	128
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	(202)	(554)
Alteração nos Depósitos do Governo	75.450	(110.730)
Alterações nos outros Depósitos	82.540	(28.675)
Alteração nos Outros Passivos	19.947	2.726
	178.854	(137.105)
Juros recebidos	2.556	1.454
Juros pagos	(84)	(34)
Resultado líquido das atividades operacionais	(181.326)	(135.685)
Atividades de investimento		
Alterações nos Investimentos	(413)	(10.766)
Títulos do Governo dos Estados Unidos	-	-
Aquisição de ativos fixos e equipamento	(855)	(198)
Resultado líquido das atividades de investimento	(1.268)	(10.964)
Atividade de financiamento		
Moeda emitida	1.363	2.357
Capital (subscrição pelo governo)	5.000	5.000
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	(700)	(730)
Resultado líquido das atividades de financiamento	5.663	6.627
Aumentos em 'caixa' e seus equivalentes	185.721	(140.022)
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	361.429	501.451
'Caixa' e seus equivalentes no final do ano	547.150	361.429

As notas das páginas 97 a 127 fazem parte integrante desta declaração

Notas Às Demonstrações Financeiras:

1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou “BCTL”), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei n.º 5/2011, de 15 de junho, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

O endereço oficial da sede do BCTL é Avenida Xavier do Amaral, n.º 9, P.O. Box 59, Díli, Timor-Leste.

As declarações financeiras do Banco são relativas ao ano financeiro terminado em 31 de dezembro de 2017 e, de acordo com o estabelecido no Artigo 58.º da Lei n.º 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IFRS).

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado nas leis do mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas atividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transações em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transações em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a atividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a atividade de casas de câmbio;
- autorizar, supervisionar e regular companhias e intermediários de seguros; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

2. Base de Preparação

a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IFRS) tal como emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de Abril de 2018.

b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto certos títulos de investimento.

c) Adopção dos *International Financial Reporting Standards*

As presentes contas do BCTL obedecem aos Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro em vigor a 31 de dezembro de 2017. Nenhum padrão foi adotado antes da data efetiva.

d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

e) Uso de apreciações e estimativas

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efetuar apreciações e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos ativos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das apreciações e estimativas/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se refletem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras

3. Principais políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

a) Taxas de câmbio

Transações envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalentes nas datas de transação. Ativos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio spot praticadas na data de referência do balanço.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período — ajustado com o juro efetivo e os pagamentos durante o período — e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Ativos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidos ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio spot da data em que o referido valor estimado foi calculado. As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais ativos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

	31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
Dólares australianos (AUD)	1.2840	1.3810
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0.7439	0.7438
Euro (EUR)	0.8372	0.9458

b) Método taxa de juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos ativos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos ativos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efetiva o Banco estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efetiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transação e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efetiva

c) Taxas

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito, principalmente, a taxas de transações e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

d) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos líquidos de perdas relacionadas com as transações de ativos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a exceção das alterações estimadas dos valores relativos a ativos comercializáveis).

e) Impostos

O Banco goza de imunidade tributária, nos termos do disposto no Artigo 72.º da sua Lei Orgânica.

f) Ativos e Passivos Financeiros

i) Reconhecimento

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros ativos financeiros são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um ativo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais (para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efetua transações quando adquire ativos mas não assume todos os riscos e recompensas dos ativos ou parte deles. Tais ativos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pelo Banco não são contabilizados no balanço.

ii) Classificação

Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contábilísticas” acima

iii) Eliminação dos registos contabilísticos

O Banco elimina dos seus registos um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao ativo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.

iv) Compensação

O valor dos ativos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando o Banco tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceda à compensação pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do ativo e à compensação do passivo.

v) Medição da amortização dos custos

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante ao qual esse ativo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efetivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

vi) Medição do valor justo de mercado

A determinação do valor justo de mercado para os ativos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados ativos. Um mercado é considerado como em atividade se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente atualizado das transações nele efectuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transação, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transações de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

vii) Identificação e medição de prejuízos

Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os ativos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um ativo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo nos registos do Banco e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros cash flows do ativo e pode ser estimado com confiança.

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada ativo específico quer a nível colectivo. Todos os ativos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os ativos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando ativos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do ativo e o valor presente atualizado dos futuros cash flows à taxa de juro efetiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre ativos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada diretamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

g) Dinheiro (Cash) e equivalentes

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transações em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço, que se aproxima do valor justo.

h) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transação e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável (*available-for-sale*).

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco não tem títulos de investimento. (2016 justo valor através lucros ou perdas).

1) “A manter até à maturidade”

Este tipo de investimentos são ativos “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “justo valor através lucros ou perdas” ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efetivo.

2) Justo valor através lucros ou perdas

Investimentos deste tipo são avaliados ao justo valor através de ganhos e perdas quando:

- Os ativos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os ativos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os cash flows que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

i) Transações do mercado overnight

O Banco estabelece acordos no mercado overnight no quadro das suas atividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transações são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transação.

j) Outros ativos e responsabilidades

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efetua a transação, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registados como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

k) Propriedade, instalações e equipamento

i) Reconhecimento e medição

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do ativo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transações nele realizadas.

ii) Custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranço do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão o Banco e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

O Banco divide os seus ativos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2017	2016
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos ativos fixos do Banco são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um ativo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

l) Moeda em circulação

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente subunidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de coleção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente o Banco contabiliza o valor facial das moedas de coleção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

m) Benefícios dos funcionários

i) Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos funcionários do Banco incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (accruals) de custos de pessoal são registados no balanço como outras responsabilidades.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos funcionários são contabilizados como despesas quando o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Banco tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo funcionário e a obrigação pode ser mensurada de forma confiável.

ii. Benefícios de longo prazo dos funcionários

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.

n) Mudanças das políticas contabilísticas

i. Mudanças voluntárias nas políticas contabilísticas

Durante o ano não houve mudanças voluntárias nas referências contabilísticas, pelo que se continuou a utilizar as mesmas referências do exercício anterior, cujos valores são também apresentados para facilitar a análise comparativa.

ii. Novas normas e interpretações aplicáveis no ano

Não houve impacto significativo nas políticas contabilísticas e divulgações a partir da adoção pelo Banco de novas normas, revisões, alterações e melhorias de normas e interpretações, aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2017.

iii. Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas.

O banco não prevê impactos significativos com a adoção das normas e interpretações emitidas recentemente pelo IASB, cuja aplicação é obrigatória somente para períodos anuais iniciados após o dia 1 de janeiro de 2018.

4. Gestão do Risco Financeiro

a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, as suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é orientado pelo disposto na Lei Orgânica do Banco Central, que estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artigo 19.º permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes ativos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.
- O Artigo 71.º n.º 1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer atividade comercial, comprar ações de qualquer empresa ou companhia — incluindo de qualquer Instituição Financeira —, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das atividades da sua administração e operações.
- O Artigo 39.º autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-designadas em contas especiais desde que os ativos e as responsabilidades destes fundos sejam separados dos outros ativos e responsabilidades do Banco
O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e atividades bancárias do Banco.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões do Banco responsáveis pelo investimento de fundos do mesmo.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela S&P Ratings, é como segue:

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez 2017	Rating*	Dez 2016
Dinheiro e depósitos				
Dinheiro	AAA	50.858	AAA	35.840
Depósitos em bancos centrais	AAA	479.487	AAA	230.042
Depósitos em bancos em território nacional	BB-	13.039	B	90.982
Idem, no estrangeiro	A-	3.766	AA-	4.565
		547.150		361.429
				-
Investimentos				
Fundo Monetário Internacional	N/A	35.103	N/A	34.689
Ativos totais		582.253		396.118
Sumário por tipo de rating				
		Dez 2017	Dez 2017	Dez 2016
AAA		91,09%	530.345	67,12%
A-		0,65%	3.766	1,15%
B		2,24%	13.039	22,97%
Não aplicável		6,03%	35.103	8,76%
Activos totais		100,00%	582.253	100,00%

*Quando um Banco Central não tem rating utiliza-se o rating do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes ativos aproxima-se do seu valor estimado de mercado (*fair value*).

d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um ativo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável por administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [clearing]. O BCTL está proibido, nos termos da sua Lei Orgânica, de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos — para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez — de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros restante na data de apresentação. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de compensação.

Em mil USD	Total 2016	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	361.429	361.429	-
Total dos ativos	361.429	361.429	-
Depósitos do Governo	212.311	212.311	-
Outros depósitos	111.379	76.690	34.689
Provisão para transferência excedentária	698	698	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-
Total das responsabilidades	347.396	312.707	34.689

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e spreads de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que optimiza o retorno tendo por base o risco.

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

i) Risco de Taxa de juros

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juros.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal referido acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus ativos e passivos.

Em mil USD	Total 2017	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	547.150	547.150	-
Total dos ativos	547.150	547.150	-
Depósitos do Governo	287.761	287.761	-
Outros depósitos	193.919	158.882	35.087
Provisão para transferência excedentária	-	-	-
Outras responsabilidades	28.446	28.446	-
Moeda emitida	15.872	15.872	-
Total das responsabilidades	525.998	490.911	35.087

Os ativos e passivos do Banco atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2017	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos
Dinheiro e equivalentes	547.150	-	547.150
Títulos negociáveis	-	-	-
Investimentos	35.103	35.103	-
Outros ativos	5.405	5.405	-
Total dos ativos	587.658	40.508	547.150
Depósitos Do Governo	287.761	-	287.761
Outros depósitos	193.919	35.087	158.832
Provisão para transferência de excedente	-	-	-
Outras responsabilidades	28.446	28.446	-
Moeda emitida	15.872	15.872	-
Total das responsabilidades	525.998	79.405	446.593
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	61.660	(38.897)	100.557

Mil USD	Total 2016	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos
Dinheiro e equivalentes	361.429	-	361.429
Investimentos	34.689	34.689	-
Outros ativos	5.203	5.203	-
Total dos ativos	401.321	39.892	361.429
Depósitos Do Governo	212.311	-	212.311
Outros depósitos	111.379	34.689	76.690
Provisão para transferência de excedente	698	698	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-
Total das responsabilidades	347.396	58.395	289.001
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	53.925	(18.503)	72.428

ii) Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juro

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de Dezembro de 2017 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumentasse os lucros do Banco em cerca de 515 mil USD (2016 – 40 mil USD).

iii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em atividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de dezembro de 2017 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Mil USD	Total 2017	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	547.150	547.048	60	-	42
Investimentos	35.103	-	-	35.103	-
Outros ativos	5.405	5.405	-	-	-
Total dos ativos	587.658	552.453	60	35.103	42
Depósitos Do Governo	287.761	287.761	-	-	-
Outros depósitos	193.919	158.832	-	35.087	-
Provisão para transferência excedentária	-	-	-	-	-
Outras responsabilidades	28.446	28.446	-	-	-
Moeda emitida	15.998	15.872	-	-	-
Total das responsabilidades	525.998	490.911	-	35.087	-
Exposição líquida às moedas estrangeiras	61.660	61.542	244	16	42

Mil USD	Total 2016	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	361.429	361.122	244	-	63
Investimentos	34.689	-	-	34.689	-
Outros ativos	5.203	5.203	-	-	-
Total dos ativos	401.321	366.325	244	34.689	63
Depósitos Do Governo	212.311	212.311	-	-	-
Outros depósitos	111.379	76.690	-	34.689	-
Provisão para transferência excedentária	698	698	-	-	-
Outras responsabilidades	8.499	8.499	-	-	-
Moeda emitida	14.509	14.509	-	-	-
Total das responsabilidades	347.396	312.707	-	34.689	-
Exposição líquida às moedas estrangeiras	53.925	53.618	244	-	63

iv) **Análise de sensibilidade – Risco de taxa de câmbio**

Na gestão de risco cambial, o Banco só ocupam posições líquidas pequenas em moeda estrangeira e, portanto, não é materialmente exposto a mudanças na taxa de câmbio.

f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infraestruturas utilizadas na sua atividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de atividade do Banco. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transações;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transações;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que o Banco defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de ações que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de atividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Governador e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

g) Administração do Capital

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 55.000.000 totalmente subscrito e realizado. Na sequência da subscrição de um adicional de USD 5.000.000 em 2017, o capital não pode ser reduzido abaixo de USD 60.000.000.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos totais ativos financeiros do Banco.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

A afectação de capital entre operações e atividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Artigo 39.º da Lei no.5/2011 Orgânica do Banco Central estabeleça que o Banco é autorizado a abrir e manter trust accounts nos seus livros desde que os respectivos ativos e passivos sejam separados dos ativos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e ativos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

6. Segmentação da Informação Reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

7. Dinheiro e Seus Equivalentes

Mil USD	2017	2016
Dinheiro	50.858	35.840
Depósitos em bancos centrais	479.487	230.042
Bancos no país	13.039	90.982
Bancos-não residentes	3.766	4.565
Total	547.150	361.429

8. Títulos Negociáveis

Não houve investimento em títulos e valores mobiliários para 2017.

9. Ativos e Responsabilidades Financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de ativos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos ativos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

Mil USD	2017		2016	
	Total a transitar	Valor justo	Total a transitar	Valor justo
Dinheiro e depósitos	547.150	547.150	361.429	361.429
Investimentos	35.103	35.103	34.689	34.689
Outros ativos	5.405	5.405	5.203	5.203
Total dos ATIVOS	587.658	587.658	401.321	401.321
Depósitos do Governo	287.761	287.761	212.311	212.311
Outros depósitos	193.919	193.919	111.379	111.379
Provisões para transferência	-	-	698	698
Outras responsabilidades	28.446	28.446	8.499	8.499
Moeda emitida	15.872	15.872	14.509	14.509
Total das responsabilidades	525.998	525.998	347.396	347.396

10. Instituições Financeiras Internacionais

A) Fundo Monetário Internacional (FMI)

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um ativo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

A conta de títulos do FMI reflete o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

O Banco reconhece um ativo e uma conta de responsabilidade em relação aos títulos do FMI. Os saldos subjacentes da conta do FMI são denominados como os seguintes:

	2017		2016	
	Em SDR'000	Em USD'000	Em SDR'000	Em USD'000
IMF detenção de moeda	21.250	30.263	21.250	30.118
IMF DSE detenção	3.399	4.840	3.400	4.571
Total	24.649	35.103	24.650	34.689

B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo do Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositário oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

International Bank for Reconstruction and Development

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

International Development Association

Timor-Leste subscreeveu USD 314.858, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreeveu 50 partes com um valor global de USD 54.100, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

C) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

11. Propriedade, instalações e equipamento

Cost	Edifícios	Instalações	Eqp de escritório	Comp., etc	Veículos	Trabalho em progresso	Total
	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000
Balanço de abertura 1 de Janeiro de 2016	970	386	864	2.434	557	-	5.211
Aquisições	-	6	42	124	-	-	172
Transferir	-	-	-	-	-	26	26
Balanço em 31 DEZ 2016	970	392	906	2.558	557	26	5.409
Aquisições	-	3	62	1	-	-	66
Transferir	-	-	-	-	-	789	789
Balanço em 31 DEZ 2017	970	395	968	2.558	557	815	6.263
Depreciação							
Balanço de abertura 1 de Janeiro de 2016	602	314	481	950	376	-	2.723
Depreciação no período	49	20	80	654	47	-	850
Balanço em 31 DEZ 2016	650	334	561	1.604	423	-	3.572
Depreciação no período	49	20	82	563	47	-	760
Ajustamento	-	-	-	(280)	-	-	280
Balanço em 31 DEZ 2017	699	354	643	1.887	470	-	4.052
Montantes a transitar							
Balanço em 31 DEZ 2017	271	42	325	671	87	815	2.211
Balanço em 31 DEZ 2016	320	58	345	954	134	26	1.837

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos. Os trabalhos em progresso incluem os custos incorridos com a implementação dos projetos do Sistema SINTRAF em 2016, o sistema do Pagamento Nacional de Swich e o edifício BCTL sucursal de Oecusse em 2017. Subsequentemente todos os sistema capitalizados são transferidos ao conta de equipamentos e edifícios.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

12. Outros ativos

Mil USD	2017	2016
Outros Ativos		
Contas a receber	3.569	4.445
Adiantamentos, Segurança e pré-pagamentos	68	43
Existências	1.769	716
Total	5.203	5.204

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registrar quaisquer prejuízos nestes ativos.

13. Depósitos do Governo

Mil USD	2017	2016
Fundo consolidado (OGE)	216.681	185.338
Fundo de Infraestruturas	24.090	7.031
Fundo de desenv. do capital humano	2.084	2.536
Contas de Agências Autônomo	32.636	17.406
Contas dos Municípios	12.270	-
Total	287.761	212.311

14. Outros depósitos

Mil USD	2017	2016
Instituições financeiras nacionais	158.832	76.720
Instituições financeiras internacionais	35.087	34.659
Total	193.919	111.379

15. Outras responsabilidades

O Artigo 9.º da Lei Orgânica do Banco Central, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalam a 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2017	2016
Outras responsabilidades		
Outras contas pagáveis	6.409	7.695
Impostos retidos a pagar	20	47
Provisão para a conta de serviço prolongado	89	79
Letras de crédito	1.794	-
Contas operacionais	20.135	678
Total	28.447	8.499

16. Capital e reservas

O capital do Banco é de 60.000.000 USD (2016 – 55.000.000 USD).

As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.º n.º 1 da Lei Orgânica do Banco Central:

- Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco;
- Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

17. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artigo 9.º da Lei Orgânica do Banco Central, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalem a 10 por cento do total de ativos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2017	2016
Transferência para o Governo		
Balanço da Conta Geral de Reserva	-	-
Lucro líquido do ano terminado em 31 DEZ 17	3.110	698
Transferência para/da Reserva Geral	(3.110)	-
Total Transferência para o Governo	-	698

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, a transferência do excedente será efectuada quando o Conselho de Administração aprovar a distribuição de resultados ao Estado de Timor-Leste, o que se espera ocorrer no prazo de quatro meses, depois do final do respectivo ano financeiro.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 não havia responsabilidades contingentes.

19. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2017	2016
Rendimento de juros de ativos financeiros		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	2.205	644
Juros de depósitos em bancos no país	351	810
Total do rendimento em juros	2.556	1.454
Juros pagos às responsabilidades financeiras		
Juros pagos aos depósitos do Governo	84	34
Total das despesas em juros	84	34

20. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2017	2016
Taxas e de Comissões		
Taxas por levantamento de notas/moedas	19	20
Taxas de licenciamento e supervisão	187	164
Taxas de gestão da conta do Governo	500	500
Total das taxas e comissões	706	684

21. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

Em conformidade com as disposições da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, conforme alterada) o Banco tem o direito de cobrar uma taxa de administração para a gestão operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que representa, sob um critério de razoabilidade, o custo de gestão do Fundo Petrolífero. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro 2017 (não auditado) foi de 16.799 milhões USD (2016 – 15.844 milhões USD).

O Ministério das Finanças acordou, para cobrir a taxa de administração interna, até 4 pontos base numa base anual. A taxa de administração representou 8,0 pontos base ou 14.463 mil USD (2016 – 13.329 Mil USD ou 10,0 pontos base) medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano. A taxa de administração para os serviços de custódia, gestores externos e Comité Assessoria para o Investimento é diretamente deduzida do fundo com o montante de 8.727 mil USD ou 60% do custo total. As taxas de administração deduzidas para a gestão operacional interna do fundo foram de 5.465 mil USD ou 38% do custo. No quadro infra detalham-se os rendimentos com a administração do fundo petrolífero.

Mil USD	2017	2016
Total Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	14.463	13.329
Custo gestores externos e serviços de custódia	(8.744)	(8.217)
Custo Comité Assessoria para o Investimento	(274)	(163)
Receitas líquidas de comissão	5.445	4.949

Os custos com a gestão do operacional interna do BCTL encontram-se detalhados no quadro seguinte.

Mil USD	2017	2016
Salário, capacitação e outros custos com pessoal	1.065	1.125
Serviços de IT, sistemas e dados	2.285	1.101
Pesquisa, consultoria e honorários de serviços jurídicos	1.181	1.048
Custos comuns alocados ao BCTL	871	1.606
Outro custos	44	69
Custos de gestão operacional interna do BCTL	5.445	4.949

22. Despesas com o pessoal

Mil USD	2017	2016
Despesas com o pessoal		
Salários e outras remunerações equivalentes	1.458	1.333
Prestações sociais	79	90
Despesas com a formação do pessoal	251	201
Representação em conferências e similares	137	194
Total das despesas com o pessoal	1.925	1.818

23. Despesas de administração

Mil USD	2017	2016
Despesas de administração		
Despesas de manutenção dos ativos	15	27
Comunicações	93	76
Sistemas de Informação	1.001	1.061
Despesas gerais	203	126
Despesas de expediente	91	254
Comissões a profissionais	803	1.103
Outros despesas de administração	170	159
Total das despesas de administração	2.376	2.806

24. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme disposto na Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto (Lei do Fundo Petrolífero), conforme alterada e no Anovo cordo de Administração Operacional assinado entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos e contratuais, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome junto à Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome do Banco.
3. O Banco não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus funcionários.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os ativos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os ativos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2017 eram como segue:

Mil USD	2017	2016
Ativos do Fundo Petrolífero		
Dinheiro e depósitos	318.007	108.617
Outros valores recebíveis	31.422	28.001
Ativos financeiros ao valor de mercado	16.462.178	15.715.874
MENOS: títulos com compra pendente	(12.294)	(8.165)
Total dos ativos	16.799.313	15.844.327
Capital	16.799.313	15.844.327
	19.799.313	15.844.327

25. Partes relacionadas

Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecido como entidade pública distinta e autónoma, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património própria. O Artigo 3.º n.º 2 da Lei Orgânica do Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco inclui três membros executivos, cujas remunerações, determinadas pelo Governo através do decreto do Governo n.º 3/2015 de 21 de janeiro, são as seguintes:

Mil USD	2017	2016
Compensação dos membros executivos		
Compensação dos membros do conselho (incluída nas despesas com o pessoal)	258	258
Total	258	258

Membros não-executivos

O Conselho de Administração compreende ainda quatro membros não-executivos, que não se incluem no quadro dos elementos-chave de gestão do Banco, cuja remuneração é a seguinte:

Mil USD	2017	2016
Compensação do membro não-executivo		
Subsídio de presença (incluído nas despesas de administração)	76	62
Total	76	62

Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui os três membros de categoria profissional mais elevada.

Mil USD	2017	2016
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações) (incluídos nas despesas com o pessoal)	92	87
Total	92	87

Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de relação estreita com o Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação constantes do parágrafo 18 da IAS 24 "Informação sobre entidades relacionadas" relativamente às transações com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos. A natureza e quantidade de cada transação individualmente significativas com entidades governamentais relacionadas são divulgadas em Notas 13,15,22 e 25.

26. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 27 de Abril de 2018.

Relatorio Do Auditor Independente



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

AUDIT REPORT

REPORT ON THE AUDIT OF THE FINANCIAL STATEMENTS

Opinion

We have audited the accompanying financial statements of Banco Central de Timor-Leste (the Bank), which comprise the balance sheet as at December 31, 2017 (which show a total of 589.870 thousands USD and a shareholders' equity total of 63.872 thousands USD), and the statement of profit or loss of comprehensive income, the statement of changes in equity, and the statement of cash flows for the year then ended, and notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, the accompanying financial statements present fairly, in all material respects, the financial position of Banco Central de Timor-Leste as at December 31, 2017, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with International Financial Reporting Standards.

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISAs). Our responsibilities under those standards are further described in the "Auditor's Responsibilities for the Audit of the Financial Statements" section of our report. We are independent of the Bank in accordance with the law and we comply with the ethical requirements of the ethic code of the Institute of Statutory Auditors.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Responsibilities of management and those charged with governance for the financial statements

The Bank's Governing Board is responsible for

- ▶ the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards;
- ▶ the preparation of the Management Report in accordance with the laws and regulations;
- ▶ such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error;
- ▶ adoption of appropriate accounting policies and principles for the circumstances;
- ▶ assessment of the Bank's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern.

Those charged with governance are responsible for overseeing the Bank's financial reporting process.

Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.



Banco Central de Timor-Leste
Report on the audit of the financial
statements report
December 31, 2017

As part of an audit in accordance with ISAs, we exercise professional judgment and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- ▶ identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- ▶ obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Bank's internal control;
- ▶ evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management;
- ▶ conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Bank's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Bank to cease to continue as a going concern;
- ▶ evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation;
- ▶ communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

Lisbon 27th April, 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Represented by:

António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registered with the Portuguese Securities Market Commission under licence nr.º 20161271



Banco Central de Timor-Leste
Avenida Xavier do Amaral
No. 09 P.O Box 59
Posto Administrativo Nain Feto
Suco Gricenfor, Aldeia Formosa
Dili, Timor-Leste
info@bancocentral.tl
www.bancocentral.tl